

**REORGANIZAÇÃO ESPACIAL DE
FAMÍLIAS DE AGRICULTORES EM
COMUNIDADES RURAIS ADENSADAS NO
ALTO JEQUITINHONHA, MG**

EXZOLVILDRES QUEIROZ NETO

2006

EXZOLVILDRES QUEIROZ NETO

**REORGANIZAÇÃO ESPACIAL DE FAMÍLIAS DE AGRICULTORES
EM COMUNIDADES RURAIS ADENSADAS NO ALTO
JEQUITINHONHA, MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Mestrado em Administração, área de concentração em Gestão Social, Ambiente e Desenvolvimento, para a obtenção do título de “Mestre”.

Orientadora
Prof^ª Flávia Maria Galizoni

**LAVRAS
MINAS GERAIS – BRASIL
2006**

**Ficha Catalográfica Preparada pela Divisão de Processos Técnicos da
Biblioteca Central da UFLA**

Queiroz Neto, Exzolvildres

Reorganização espacial de famílias de agricultores em comunidades rurais
adensadas no Alto Jequitinhonha, MG / Exzolvildres Queiroz Neto. – Lavras:
UFLA, 2006.

160 p. : il.

Orientador: Flávia Maria Galizoni.

Dissertação (Mestrado) – UFLA.

Bibliografia.

1. Comunidade rural. 2. Estratégia. 3. Família rural. 4. Reorganização espacial. I.
Universidade Federal de Lavras. II. Título.

CDD-306.852

DEDICATÓRIA

Ao meu filho, Vítor e a minha esposa, Madeleine, dedico este trabalho, por serem, ao mesmo tempo, parte e incentivo.

AGRADECIMENTOS

O agradecer se estabelece pelo vivenciar; é, ao mesmo tempo, interagir, influenciar e ser influenciado, ser capaz de fazer escolhas, acertar e, por certo, errar. O tempo vivenciado não é somente o passado ou o presente do instante, mas, sempre, o devir, uma possibilidade de futuro; contudo, vivenciar é guardar na memória, é construir história. Não há, obviamente, história de vida que não seja de compartilhar e apreender. O tempo do agradecimento é sempre uma construção por caminhos trilhados. Somos sempre gratos a alguém.

Algumas decisões podem ser tomadas de forma aleatória ou não, mas a decisão de mudar é um dilapidar das certezas. Assim, inicio a tessitura dos agradecimentos pela minha família, em especial ao Vítor, que é o meu melhor projeto e me ensina a arte de cultivar a paciência; a Madeleine por ter se comprometido em mudar e romper com a inércia e produzir possibilidades.

Sou grato à Prefeitura de Belo Horizonte, ao propiciar-me este frutífero período sabático e, principalmente, aos contribuintes, aos quais tributo a possibilidade deste projeto. Aos amigos da Escola Municipal Paulo Mendes Campos e do Colégio Padre Eustáquio, a diretora e professora Matilde por sua confiança no meu trabalho. A dr^a. Kátia Edlena e a sua inequívoca valorização das potencialidades humanas.

Aos entrevistados das comunidades de Campo Buriti e Poço D'Antas, que me receberam de bom grado confiando as suas histórias, em especial, ao senhor Domingos, a professora Faustina e ao seu neto Eduardo. À professora Flávia, uma orientadora que me inseriu pelo(s) Vale(s) do Jequitinhonha, propiciou autonomia, diálogo e um processo de ensino-aprendizagem e de financiamento da pesquisa. Ao professor Eduardo Ribeiro, a quem admiro pelo trabalho de ensino, pesquisa e extensão, a sua organização e habilidade de olhar pela história.

Aos professores José Aldo (DCF/UFLA) e João Valdir (FAE/UFMG) egrégios membros da banca. Ao Programa de Pós-graduação em Administração (PPGA), aos professores e colegas da turma de mestrado, em especial ao Luiz Henrique (Machado), que administra a boa interação com as pessoas, valendo-se da estética nos seus trabalhos; ao Bruno, um turismólogo, que estabelece percursos de gentilezas e perspectivas; ao Henry, o zootecnista das humanidades e a sua razão substantiva; ao André, uma boa perspectiva de futuro para a UFLA e a Juliana. A Elizabeth (Beth) secretária do (PPGA) e a sua capacidade de buscar a solução com delicadeza e disponibilidade. Aos integrantes do Núcleo de Pesquisa e Apoio à Agricultura Familiar Justino Obers (PPJ), são eles próprios o futuro da pesquisa. Aos professores Ângelo (DED/UFLA) e Robson (DAE/UFLA) pelas referências sobre o mestrado, quando do curso de GPR – *lato sensu*. Ao Centro de Agricultura Familiar Vicente Nica em Turmalina (CAV), pelos agendamentos de entrevistas, deslocamentos e pousada.

Agradeço a Deus citando São Paulo: *Combati o bom combate, completei a jornada, mantive a fé*. Gostaria de agradecer a mim mesmo, ao citar Guimarães Rosa, “Grande Gedeão” em Tutaméia. *Se diz aliás que a gente troca de sombra, por volta dos quarenta, quando alma e corpo revezam o jeito de compenetrar*.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	i
LISTA DE FIGURAS.....	ii
RESUMO.....	iii
ABSTRACT	iv
1 INTRODUÇÃO	1
2 METODOLOGIA.....	11
2.1 O espaço como sistema.....	11
2.2 Pesquisa de campo	17
2.3 O processo metodológico e a construção da amostragem.....	23
2.4 A construção do questionário e a sua utilização	27
3 UM APROXIMAR DAS REFLEXÕES COM O DEBATE TEÓRICO	30
3.1 Um breve histórico da modernização da agricultura brasileira e a questão urbano-rural	31
3.2 Análise da família e das peculiaridades da agricultura familiar: uma contextualização dos agricultores do Alto Jequitinhonha.....	42
3.3 Terra em trânsito – comunidades, povoados: razões de existir.....	48
4 COMUNIDADES RURAIS ADENSADAS DE CAMPO BURITI E POÇO D’ANTAS.....	66
4.1 Campo Buriti	67
4.2 Poço D’Antas.....	92
5 SIMILITUDES E ESPECIFICIDADES ENTRE AS COMUNIDADES	113
RURAIS ADENSADAS DE CAMPO BURITI E POÇO D’ANTAS	113
5.1 Futuro do pretérito: a complexa conjugação de fatores do cotidiano das famílias de agricultores nas comunidades rurais adensadas	115
5.2 A escola e a escolha, lendo o movimento	120
5.3 Corpos d’água, nas margens das possibilidades	127

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	140
ANEXOS	146

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 Comparativo de alguns elementos do espaço nas comunidades rurais adensadas.....	114
QUADRO 2 Processos antrópicos no sistema grota (vale)-chapada a partir dos maciços de eucaliptos.....	138

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 Minas Gerais: mesorregiões (IBGE, 1995).....	18
FIGURA 2 Geomorfologia do Alto Jequitinhonha em Campo Buriti e Poço D'antas.....	21
FIGURA 3 Articulação das análises do universo de pesquisa.....	24
FIGURA 4 Variáveis produzidas a partir da observação da realidade de pesquisa Campo Buriti e Poço D'Antas.....	25
FIGURA 5 Espaços híbridos como zonas de ambigüidades.....	62
FIGURA 6 As comunidades rurais adensadas como amálgamas dos movimentos; a partir da tomada de decisão, de famílias de agricultores em comunidades rurais dispersas.....	63
FIGURA 7 Croqui parcial de referência: Campo Buriti.....	68
FIGURA 8 Perfil parcial de Campo Buriti e o sistema de abastecimento de água do rio Fanado.....	69
FIGURA 9 Inter-relação da origem do casal na formação das famílias.....	73
FIGURA 10 Perfil parcial de Poço D'Antas.....	94
FIGURA 11 Perfil parcial de Poço D'Antas e a captação de água.....	95
FIGURA 12 Croqui parcial de referência: Poço D'Antas.....	98
FIGURA 13 Inter-relação da origem do casal na formação das famílias.....	103
FIGURA 14 Combinação de fatores e estratégias que produziram o movimento das famílias em Campo Buriti e Poço D'Antas.....	116
FUGURA 15 Croqui demonstrando a integração do terreno à microbacia.....	130

RESUMO

QUEIROZ NETO, Exzolvildres. **Reorganização espacial de famílias de agricultores em comunidades rurais adensadas no Alto Jequitinhonha, MG.** 2006. 160 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG¹.

As ações humanas ocorrem pela relação espaço-tempo. É um lidar com a história na construção de espaços através, do ambiente, das estratégias, das linguagens, dos conhecimentos, das migrações. Esta dissertação tem por objetivo analisar e dialogar sobre a construção de comunidades rurais adensadas, a gestão e as estratégias de famílias de agricultores em Campo Buriti e Poço D’Antas no Alto Jequitinhonha em Minas Gerais. Montar um mapa dos saberes, uma rede de complexas inter-relações dos entrevistados, com o espaço, suas decisões e a ação-reflexão. São análises que dialogam com cotidiano das pessoas. As perspectivas das mulheres como amálgama da família, sua inserção no trabalho, a geração de renda a partir do artesanato e como chefes de família. A composição da renda e a complexa combinação de fatores, onde se evidencia a importância da aposentadoria. A terra como elemento de espacialidade, do modo de vida das famílias, sua composição fundiária e espaço da reprodução material, onde a agricultura é um importante complemento da renda. O ambiente como um sistema de complexas inter-relações entre as ações humanas e a natureza, em especial a questão da água, a fertilidade do solo e a presença dos maciços de eucaliptos. As políticas públicas locais, os projetos de desenvolvimento e as influências externas. A escola como um dos dínamos do movimento das famílias. As formas simbólicas e a cultura. Uma sugestão de gestão integrada do espaço a partir das perspectivas das comunidades, articulando a ação-reflexão: das empresas florestais, da universidade, de organizações não governamentais e do Estado, principalmente, o poder público municipal. É um demonstrar da inter-relação dos elementos do espaço, com a história dos lugares, seus processos e os sujeitos humanos históricos.

¹ Orientadora: Flávia Maria Galizoni

ABSTRACT

QUEIROZ NETO, Exzolvildres. Spacial reorganization of farmers families in aggregated rural communities located in Alto Jequitinhonha region, MG. 2006, 160 p. Dissertation (Master in Administration) – Federal University of Lavras, Lavras, Minas Gerais, Brazil.²

Human actions happen by the space-time relation. It is leading with the history of space construction through the environment the strategies, the languages, knowledge, and the migration. The objective of this essay is to analyze and talk about the construction of aggregated rural communities, the management and strategies of families in Campo Buriti and Poço D'Antas situated in Alto Jequitinhonha in Minas Gerais. To make a knowledge map, a complex line of continuous interrelations of the interview, with the space, decisions and action-reflections. They are analysis which communicate with historic humans in their day-to-day lives. The perspective of women as the core of the family, their entrance in the workforce of society, the generation of incomes from craftwork of factors, in which retirement is evident. The land as an element of spatial importance, of the way people live, its distribution and space of material reproduction, where agriculture is an important complement of the income. The environment as a system of complex inter-relations between the human actions and nature, mostly the water issue, soil fertility, and the presence of large areas planted with eucalyptus. The local public policies, the projects of development and the external influences. School as fostering the movement of the families. Symbolic forms and culture. A suggestion of integrated management of space from the communities point of view, articulating auto-reflection: of forest companies, of university, of non-governmental organizations and of State, mostly the city government. It is a demonstration of the inter-relation of the elements of space with the history of the places, their processes and the historic human subjects.

² Adviser: Flávia Maria Galizoni

1 INTRODUÇÃO

Cada lugar é, à sua maneira, o mundo.
Milton Santos, 2002

Toda folha de papel em branco é um espaço vazio ou uma ficção entre idéias, conceitos e locuções? Uma folha em branco não fala; reclama as possibilidades da conciliação do devir com o fato; é, ao mesmo tempo, presente e futuro, uma ponta de passado. É pura estética a zombar das potencialidades. Uma folha em branco é sempre uma interrogação. Nesta mesma folha é possível colocar um universo de idéias, projetos, propostas. O início sempre nos remete às incertezas, o meio é a redenção, o final é sempre o que poderia ter sido; até mesmo uma “saudade aliviada”. Estabelece-se esta dialógica da folha em branco, pois, com certeza, todo projeto de pesquisa se rendeu a este espaço para as idéias.

Para preencher estas possibilidades, com um projeto factível, ocorreram algumas indagações sobre o que se faz pelo espaço geográfico, principalmente o rural, quais ações humanas inventam e reinventam a realidade de um Brasil das famílias de agricultores. No caso brasileiro, este espaço da dramaturgia humana povoa os imaginários, não somente no interior do país, mas também nos grandes centros urbanos, haja vista a “diáspora” da população, os processos de redistribuição pelo território, fronteiras que se abriram e se fecharam para as pessoas. Uma modernização das técnicas, atividades rurais que não são, necessariamente, agrícolas; uma estrutura agrária lastreada pela inércia das concepções de mundo e de modelos de progresso. Buscar respostas nas análises do espaço rural, dos agricultores familiares no Alto Jequitinhonha em Campo Buriti e Poço D’Antas, é encontrar complexidade, colocar à prova as teorias, é compactuar com as incertezas. São desafios epistemológicos. Caminhadas pelos

referenciais teóricos e os dados da pesquisa. É um mundo de diversidades observadas e analisadas pelo pesquisador.

Fernando Pessoa³ traduz com maestria *A eterna novidade* do mundo e escreve:

*O meu olhar é nítido como um girassol.
Tenho o costume de andar pelas estradas
Olhando para a direita e para a esquerda,
E de vez em quando olhando para trás...
E o que vejo a cada momento
É aquilo que nunca antes eu tinha visto,
E eu sei dar por isso muito bem...
Sei ter o pasmo essencial
Que tem uma criança se, ao nascer,
Reparasse que nascera deveras...
Sinto-me nascido a cada momento
Para a eterna novidade do Mundo*

Como as pessoas percebem o mundo? É, por conseguinte, uma questão estética, de escala, de método ou os referenciais se completam? Faça um pequeno exercício mudando de escala e de complexidade. De uma letra passe à palavra, ao conjunto das palavras, ao texto e à folha que o sustenta, o próprio trabalho, a luz que incide e é refletida, o cômodo onde você se encontra, a construção como um todo, o bairro, a cidade, o país, o mundo.

Cloviana filha da professora Faustina de Campo Buriti: Vale do Jequitinhonha, jamais Vale da miséria percebe o seu lugar, assim:

*A terra onde nascemos
São referências jamais esquecidas
Os fatos marcantes da infância
Momentos carregados por toda vida.
Agora com muita honra
Digo-lhes de onde sou,*

³ Citado por Chauí (2005)

*Sou do Vale do Jequitinhonha,
Um lugar que nos brotou,
Com suas ricas qualidades
Sempre nos sustentou.
Uma coisa meus amigos.
Já lhes digo coisa séria,
Não podemos aceitar, nosso Vale
Ser chamado Vale da miséria.
Se valorizamos a pessoa humana,
Valorização a natureza também merece,
Aqui não morremos de sede,
Em paz anoitece e amanhece,
Aqui não morremos de fome[...]*

Cada nível de escala interage com o outro em uma seqüência. Ora que seqüência? Não há seqüência, mas incursões pelo espaço, admirando-o. O que teme o **sujeito humano histórico**⁴? A sua percepção⁵ em contraposição a formatação das projeções pré-fabricadas pela homogeneidade ou a possibilidade de transformar a História? Talvez não se deva responder a todos os questionamentos, mas não duvide que em algum lugar do Brasil destes sujeitos, o mundo está em movimento; do vivenciar, por vezes, o que foi proposto, talvez o que foi imposto, com certeza o que se vislumbra pela **ação-reflexão**⁶.

De observador da realidade, para uma atitude científica, de fatos e acontecimentos, para os problemas e objetivos, são fronteiras e pontes a serem transpostas e construídas. Tanto a fronteira quanto a ponte dialogam em pares que separam e unem, reciprocamente, podem facilitar ou dificultar o **acesso**.

⁴ Esta expressão parte do pressuposto de que o sujeito se constitui como um todo e não em partes fragmentárias. Assim, admite-se o conceito de sujeito humano em Misrahi (1999, p. 45) “O ser humano é sujeito. Não *cogito* puro e abstrato mas carne e consciência, isto é, corpo-sujeito capaz de tornar-se sujeito no sentido pleno. E este não é pura racionalidade nem puro instinto ou pulsão: é desejo. Não *inconsciente*, mas desejo consciente (embora obscuro) capaz de tornar-se desejo refletido.” Este sujeito humano é, também, histórico na medida em que a sua *ação-reflexão* ocorre no tempo e no espaço. Para Mondin (1980, p. 88) “[...] um ser histórico compreende a si mesmo e aos outros apenas interpretando.”

⁵ Tuan (1981, p. 14) “A percepção é uma atividade, um estender-se para o mundo.”

⁶ Freire (1987) utiliza esta expressão para referir-se à práxis e aos “seres do quefazer.”

As concepções espaciais do geógrafo mesclam diversas referências e o olhar sobre o lugar vai além dos significados ali presentes. Há uma transitoriedade dos fenômenos espaciais que se multiplicam, associam, interagem, coabitam e se conflagram no mesmo espaço. O espaço geográfico existe pela presença humana que é capaz de criar variáveis no tempo e em escala, o que gera um processo dinâmico. Assim, as ações humanas modificam o espaço modificando também os próprios sujeitos e interferem de forma simbólica e concreta, deixando marcas indeléveis de sua ação. O momento desta ação reflete como este sujeito age, por ele próprio e pelo coletivo. Por conseguinte, o espaço geográfico desvela páginas impressas pelo tempo da ação da humanidade. Essa impressão da técnica e das estratégias releva, historicamente, como e quando os processos ocorreram.

Cada espaço combina o velho e o novo em interações contínuas, mesmo que a sociedade, na contemporaneidade, estabeleça o totalitarismo do novo. Há contradições em ações e atitudes mantidas por valores que o próprio sujeito humano histórico, por vezes, não mais reconhece onde absorveu determinado conhecimento no tempo e no espaço. A prática cotidiana é contínua, mas preserva uma dinâmica estabelecida e acordada no coletivo. Só podemos compreender a situação através do movimento. E **movimento** é um outro nome para o tempo (Santos 2002).

O universo rural apresenta tempos e necessidades distintas do urbano. A dinâmica do tempo–espaço é infinita; inflexões de idéias e ações transbordam em justaposições de acontecimentos. Um dado lugar existe como em um túnel do tempo onde cada observador, cada ator modifica o seu momento. A questão que aqui se coloca é saber em que medida o conhecimento espacial sobre uma realidade, pode contribuir para a interpretação da ação dos sujeitos sobre o espaço, verificando a sistemática desta e o seu resultado. Assim, se estabeleceu o seguinte problema de pesquisa: como são construídas as estratégias das famílias

de agricultores em espaços adensados no Alto Jequitinhonha, MG? É no espaço que o nó de problemas da complexidade das ações humanas se manifesta no tempo e pelo conhecimento, seja o formal ou o saber local. Analisar os elementos constituintes da ação humana no espaço é uma busca pelo universo de pesquisa e suas complexidades.

“Minas são muitas”. Vasto é o mundo da diversidade, dos recortes de uma realidade que não reflete, necessariamente, a imagem que é construída pelos interesses: políticos ou econômicos. No Alto Jequitinhonha, nas comunidades adensadas de Campo Buriti e Poço D’Antas por detrás dos maciços de eucaliptos, há um horizonte sem fim de imaginários, significados, ilusões, perspectivas, felicidades e desencontros, de distâncias, de construções culturais, sociais, arquitetônicas e históricas que superam o determinismo, seja ambiental ou ideológico. A terra é de uma vastidão desconcertante, a despeito das configurações fundiárias que podem concentrar ou expropriar. Entretanto, para além de uma dicotomia, a chapada não existe sem a grota e vice-versa. O homem não existe sem a sua terra e a capacidade de construir, no cotidiano, o seu espaço.

Assim sendo, tem-se por objetivo geral de pesquisa: identificar e analisar a mudança das famílias de um espaço disperso, nas áreas tipicamente rurais, para uma situação de adensamento populacional. Como objetivos específicos: identificar e analisar as implicações econômico-financeiras, ambientais, para as mulheres, simbólicas, culturais e de organização das famílias; analisar as causas do fenômeno de adensamento populacional e qual o conceito de espacialidade – urbana ou rural – ressoa na identidade das famílias de agricultores; identificar quais são os hiatos entre a efetivação de políticas públicas e os interesses de gestão do espaço pelas comunidades. Há no espaço

rural brasileiro, uma desterritorialidade⁷ ou uma flexibilidade das pessoas em se posicionarem frente às contingências sociais, ambientais, políticas e econômicas?

Nas comunidades pesquisadas de Campo Buriti e Poço D'Antas, formam-se **zonas de ambigüidade** ou **espaços híbridos**, que surgem em um contexto histórico de confluência de fatores: políticos, econômicos, ambientais e demandas sociais. Elas apresentam uma possibilidade urbana, mas encontram-se numa interface conceitual e de referenciais de um universo rural que tudo indica está em transformação. Nessa perspectiva, a questão urbano-rural é um dos referenciais de uma complexa realidade social, num mundo de flexíveis fronteiras ou onde as fronteiras, no Brasil, foram transformadas em expectativas humanas, principalmente no tocante às ações do Estado e à privatização do espaço público, muitas vezes em detrimento do uso comum. São espaços, possivelmente, à margem conceitual, uma vez que não se enquadram nas estatísticas oficiais ou coexistem à sombra da cidade, sustentados por uma idealização urbana, mais de controle do que de incentivo à cidadania. Entende-se por idealização urbana uma construção, no caso brasileiro, atrelada ao sentido de modernização numa perspectiva economicista, que é emblemática no processo de urbanização brasileiro. Há, no Brasil, um efeito de rugosidade⁸ na questão urbano-rural, em que circunstâncias anteriores, como modo de produção e

⁷ Processos de movimentação no espaço da população ou de influências externas em relação ao lugar. Conforme Haesbart (2002), desterritorialidade é como as influências externas afetam os sujeitos em seus lugares, por exemplo, um grande cafeicultor pode sofrer uma desterritorialidade ativa frente as influências da globalização, da demanda por tecnologia e capital; em contrapartida, com um agricultor familiar pode ocorrer uma desterritorialidade passiva frente a essas demanda. A questão da desterritorialidade não deve ser percebida de forma maniqueísta e sim dentro de um contexto.

⁸ Conforme Santos (2002, p. 140), “chamemos de *rugosidade* ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares; as rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos.”

relações de dominação, ainda perpassam o imaginário dos habitantes da cidade e do campo. A urbanização brasileira, no período de 1930 a 1980, principalmente, ocorreu sob o signo da modernização e da industrialização por intermédio de políticas implícitas, que geraram a concentração espacial das atividades econômicas. O Estado desempenhou o papel de territorializar as ações, planejar centralizadamente e fomentar programas de desenvolvimento sem o necessário vínculo com as realidades locais e regionais, produzindo desníveis de desenvolvimento.

Nesse sentido, a questão do movimento surge como um conceito para entender as ações humanas pelo espaço. O movimento é a própria história. Se traçarmos uma análise da relação da humanidade com o espaço, o que se pode dizer é que esta sempre esteve em fluxo. Desde sua origem, no continente africano, o posterior desterro e a ocupação dos outros continentes, por certo, o que se pode afirmar sobre os seres humanos é que sempre que a situação não estava muito boa, em um determinado lugar, o movimento para outras áreas era, e ainda é, uma forma de contornar os problemas. Há uma espiral contínua do mundo, segundo a humanidade, engendrada pelo tempo-espaço, uma tentativa de transformar fluxos em fixos. As ações humanas, visando ao controle dos fluxos da natureza conduzem a um processo no tempo-espaço de estruturação e de concretude, isto é, o estabelecimento de elementos fixos. Assim, transformar fluxos em fixos é uma questão de escala. A relação tempo-espaço passa, de certa feita, a estabelecer o limite e o alcance das mudanças em relação à natureza. Qualquer comportamento que requer movimento envolve a ação e a decisão do indivíduo ou do grupo seguindo uma trajetória através do espaço numa espiral do tempo. Há uma tensão entre o contexto e as estruturas do controle dos fluxos. Não é possível estabelecer uma arqueologia desta espiral, pois, não se tratam de camadas que se sobrepõem como estratos, mas coexistem no tempo e no espaço, se transformam em atitudes, estratégias, valores, significados, múltiplos

referenciais simultâneos. O demarcar dos acontecimentos produzem períodos que não têm início ou fim estabelecidos, contudo, são processos que se auto-alimentam pelo movimento e pela inércia de forma dialética. Há, portanto, uma produção de signos da terra “conquistada”. Tais signos ganham estrutura a partir da produção de significados pelos sujeitos humanos históricos.

Para a concretude das ações humanas, é fundamental uma construção de significados, de códigos e de estruturas que rivalizam-se com o tempo. Alguns efeitos desestabilizantes no Alto Jequitinhonha, como os maciços de eucaliptos, resultam do “controle” humano sobre os elementos de fluxo da natureza: o solo, os minerais, a água, as plantas, os animais e até da própria humanidade na dinâmica grotachapada. É no espaço que as ações humanas se estabelecem de forma material e imaterial. A partir destas, produzem-se estratégias, geometrizações e conhecimentos que podem conduzir à construção de limites, fronteiras e demarcações; impõe-se uma pretensa sanção sobre os fluxos.

No contexto desta pesquisa, procurou-se estabelecer uma análise do espaço, de forma relativamente descolada de um território totalmente fixo e isso se justifica uma vez que se trata de representações do espaço. Trabalha-se na perspectiva de que todo lugar por onde as pessoas passam se transforma em espaço cujos elementos se inter-relacionam pela ação do movimento; do tempo. Em alguns momentos utilizar-se-á o termo lugar⁹ como referencial de escala, isto é, de um espaço localizado de como os diversos sujeitos e as diversas ações utilizam o tempo social, as suas peculiaridades, o que não quer dizer que este termo será utilizado, simplesmente, como sinônimo de espaço. Numa concepção de organização espacial a partir da dialógica da complexidade¹⁰ entre; urbano-

⁹ Conforme Santos (2002, p. 159), “Em cada lugar, os sistemas sucessivos do acontecer social distinguem períodos indiferentes, permitindo falar de hoje e de ontem. Este é o eixo das sucessões.”

¹⁰ Ver Morin (2000)

rural, atraso e progresso, isolamento e acesso, grotas e chapadas, o ser e a terra, o mundo de dentro e o mundo de fora, a estética do artesanato e a estética dos maciços de eucalipto, as distâncias próximas e as distâncias distantes, os horizontes sem fim e o cercamento, as partes e o todo..., do pesquisador e a realidade, suas concepções, percepções, angústias e encantamentos com os lugares pesquisados.

São lugares que se revelam no acontecimento dos fatos, nas suas complexidades e na conexão das escalas; no delimitar dos conceitos, encontram-se as possibilidades. São construções de seus sujeitos que deslocaram-se das comunidades rurais dispersas adjacentes para se adensarem em novas comunidades, mas, sem perder os seus referenciais.

A terra é fixa, mas se movimenta dentro de cada um; o mundo está em movimento. A decisão do sujeito humano histórico sobre o espaço é, concomitantemente, pessoal e coletiva, cerebral e braçal, voluntária e necessária, prazerosa e conflituosa, econômica e financeira. O sujeito, ao mesmo tempo, é ação e reflexão, isto é, a metamorfose do ser em seu próprio espaço geográfico. São transformações que dialogam com a natureza, a história, a política, a cultura, a economia, materializando a ação. Numa situação em movimento, os atores sociais, políticos e econômicos não têm o mesmo ritmo e movem-se segundo ritmos próprios ou das contingências, não obstante haver um todo se movimentando.

Desnublam-se as análises a partir do método adotado na pesquisa, uma aproximação das reflexões com os referenciais teóricos e as análises dos dados de pesquisa, o que permitirá, também, uma identificação das similitudes e peculiaridades de cada espaço, reforçando a questão de complexidade dos elementos do espaço mesmo tratando-se de lugares próximos.

Contudo, seja de que mundo falar este será sempre uma construção dialógica. Não há mundo unilateral, de conceitos puros, única forma de

pronunciá-lo e interpretá-lo. Se o economicismo predomina como discurso, na forma de pensar e de planejar o espaço, há os interstícios nos quais prevalece a complexidade e a multiplicidade do pensamento humano.

Pode ser impossível responder a todas as questões do mundo. O que importa? Se há, sempre, a possibilidade de dialogar com as perguntas.

2 METODOLOGIA

2.1 O espaço como sistema¹¹

O jogador nunca deve ser maior que o próprio jogo.
Nem o teórico maior que a teoria – nem a teoria
maior que o próprio mundo.
Jean Baudrillard (1999)

Com a análise do espaço e seus elementos, não se deve ter por intento um efeito unificador, mas multiplicador¹². Os questionamentos não encaminham, linearmente, para as respostas, que conduzem à complexidade, pois, as ações humanas, pelo espaço geográfico, dialogam com as incertezas. Milton Santos (1982) propõe um método de análise em que se estabelecem as inter-relações dos elementos do espaço:

O espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida. Todavia, considerá-lo assim é uma regra de método cuja prática exige que se encontre paralelamente através da análise, a possibilidade de dividi-lo em partes. Ora, a análise é uma forma de fragmentação do todo que se caracteriza pela possibilidade de permitir, ao seu término, a reconstituição do todo (p.19).

Na perspectiva das comunidades analisadas de Campo Buriti e Poço D'Antas, como sistemas de elementos que se articulam, a ação humana toma

¹¹ É fundamental esclarecer que não se tem por perspectiva a teoria geral dos sistemas em Bertalanffy citado por Christofolleti (1978) e as suas aplicações mecanicistas, que estabelecem isomorfismos e analogias estruturais por meio de análise formal dos diversos tipos de fenômenos, desconsiderando suas diferenças estruturais, ontológicas e históricas.

¹² Segundo Foucault (2002, p. 183) “[...] uma análise comparativa que não se destina a reduzir a diversidade dos discursos nem a delinear a unidade que deve totalizá-los, mas sim a repartir sua diversidade em figuras diferentes.”

forma e altera a paisagem¹³; por sua vez, o espaço é uma construção no tempo onde ações humanas se descortinam e é na escala local de proximidade, que se pode produzir efeitos morais e éticos que, ainda, são capazes de motivar uma dinâmica coletiva, a despeito de tensões constantes nos ajustes desta sintonia.

O espaço geográfico é constituído de sistemas indissociáveis: **os sistemas de objetos e sistemas de ações** (Santos, 2002). Os sistemas de objetos são configurados: pelo ambiente-natureza (história natural) e pela produção humana (artificialização). Os sistemas de ações são as decisões, estratégias, valores, escolhas, projetos e perspectivas que produzem os processos de significados capazes de articular a coletividade. Logo, cada lugar é significante e produto de um significado para as pessoas que vivem e constroem o espaço que, também, é a sua espacialidade estruturada pelas formas simbólicas¹⁴. As técnicas, por sua vez, são um fenômeno histórico¹⁵. Entendem-se por técnicas: a produção, o transporte, sistemas de informação e comunicação (mídias). A partir das atividades, em que os sujeitos humanos históricos estão envolvidos, é possível contemplar os aspectos das ações no cotidiano. É fundamental um inventário do lugar, baseado em observações e utilização de mapas; uma observação dos elementos múltiplos e simultâneos.

Nesse sentido, os **elementos do espaço** seriam os seguintes: a humanidade, o Estado (e as instituições), as empresas, as atividades econômicas, o meio ecológico, as infra-estruturas, a circulação e a comunicação. Deve-se ressaltar que estes elementos possuem as suas funções características, que são

¹³ Conforme Santos (1997, p. 62) “A dimensão da paisagem é a dimensão da percepção, o que chega aos sentidos.”

¹⁴ Para Thompson (1995), as formas simbólicas estão inseridas em contextos sociais estruturados que envolvem relações de poder, formas de conflito, desigualdades em termos de distribuição de recursos e assim por diante. A transmissão das formas simbólicas ocorre por três processos: o meio técnico, o aparato institucional e a relação tempo-espaço.

¹⁵ De acordo com Santos (2002), por intermédio das técnicas é possível identificar o momento de sua origem. Cada técnica pode, ter a sua história particular de um ponto de vista mundial, nacional ou local. Esta seria a história contada a partir da sua instalação em um determinado ponto do ecúmeno.

intercambiáveis e se tornam mais complexos¹⁶ na medida em que aumentam os processos de desenvolvimento. Cada elemento do espaço tem um valor diferente, segundo o lugar em que se encontra. Cada elemento está sempre mudando de valor relativo dentro da área onde se situa, mudança que não é homogênea para todos e cuja explicação se encontra fora de cada um desses objetos e só pode ser encontrada na totalidade de relações que comandam uma área bem mais vasta (Santos, 1982). A especificidade do lugar pode ser entendida também como uma valorização específica (ligada ao lugar) de cada variável. Os lugares, desse ponto de vista, podem ser vislumbrados como uma interface da comunidade (e de cada pessoa) com o mundo. Logo, cada elemento constituinte do espaço possui um valor particular. Em cada momento histórico, os valores atribuídos aos elementos do espaço não são os mesmos. Assim, quanto mais sistemática uma classificação das variáveis, mais claras aparecerão as relações sociais e, em consequência, as chamadas relações espaciais. Logo, ao se estabelecer as variáveis de análise, surgem, por sua vez, as questões do lugar. Nenhum lugar pode acolher nem todas nem as mesmas variáveis, nem os mesmos elementos nem as mesmas combinações. Por isso, cada lugar é singular, e uma situação não é semelhante a qualquer outra. Cada lugar combina de maneira particular variáveis que podem, muitas vezes, ser comuns a vários lugares (Santos, 1997).

Por conseguinte, é somente a relação que existe entre as coisas que nos permite realmente conhecê-las e defini-las. Fatos isolados são abstrações e o que lhes dá concretude é a relação que mantêm entre si (Santos, 1982). Assim, quando uma variável muda o seu movimento, isso remete imediatamente ao

¹⁶ De acordo com Morin (2000) a complexidade não se reduz à noção de complicação (característica de fenômenos compostos por muitos ou vários elementos, mas de natureza semelhante), mas as questões de intercambialidade dos elementos.

todo, modificando-o, fazendo-o outro, ainda que, sempre e sempre, ele constitua uma totalidade.

O espaço está em evolução constante. A estrutura espacial é algo assim, uma combinação localizada de uma estrutura demográfica específica, de uma estrutura de produção específica, de uma estrutura de renda específica, de uma estrutura de consumo específica, de uma estrutura de produção específica e de um arranjo específico de técnicas produtivas e organizativas por aquelas estruturas e que definem as relações entre os recursos presentes (Santos, 1982). Para uma análise crítica e válida, o todo, dividido para efeitos práticos para análise, deve ser reconstituível, de modo a permitir uma definição aceitável da realidade e o reconhecimento dos seus processos fundamentais. Tal análise deve partir, também, da idéia de que o objeto de análise é o presente; toda análise histórica é apenas o indispensável suporte à compreensão da sua produção. Assim, neste caso, é importante levar em conta que não se trata de efetuar uma prospecção arqueológica que seja, em si mesma, uma finalidade. Trata-se de um meio. Isso não nos desobriga de buscar uma compreensão global e em profundidade, mas o tema de referência não é uma volta ao passado como dado autônomo na pesquisa, mas como maneira de entender e definir o presente em vias de fazer (o presente já completado pertence ao domínio do passado)¹⁷, permitindo surpreender o processo e, por seu intermédio, ensejando a apreensão das tendências que podem permitir vislumbrar o futuro possível e as suas linhas de força (Santos, 1982).

Campo Buriti e Poço D'Antas, obviamente, apresentam as suas histórias: um processo relacional de fatos e acontecimentos. Há, portanto, uma toponímia (*topos* – do grego: lugar) uma explicação dos elementos que formam estes lugares. Ademais, estes espaços mantêm intercâmbios com outros espaços e instâncias, que variam de escala no tempo e no espaço. Esses intercâmbios

¹⁷ Conforme Santos (1982)

ocorrem por elementos territorializantes ou desterritorializantes seja pela, economia, pela gestão pública – implementação das políticas públicas –, pelo fluxo migratório, pelas condições ambientais e pelos processos de comunicação. Na medida em que a função é ação, a interação supõe interdependência entre os elementos (Santos, 1982).

A viagem, o movimento é uma realidade do Alto Jequitinhonha. Já no século XIX viajantes estrangeiros, Saint-Hilaire, Spix e Martius anotaram em seus diários que muitos lavradores reclamavam da baixa fertilidade das suas terras, desencadeada pela combinação das variáveis: crescimento demográfico e pressão sobre a terra, o que gerou processos migratórios, que perduram na atualidade (Ribeiro, 1996). Contudo, a relação dos sujeitos humanos históricos com a terra produziu um conhecimento no lidar com a natureza e também um lidar com a história, o tempo das saídas definitivas ou temporárias.

Um fator que aproxima Campo Buriti e Poço D’Antas, mesmo havendo especificidades, é a migração da grota (vale) para a chapada. É a partir deste processo de ação-reflexão dos entrevistados que se pretende analisar a articulação sistêmica dos elementos do espaço. Apesar de uma questão conceitual sobre **migração interna**¹⁸ em que se encaixa a situação das famílias de cada comunidade é possível clarear sobre os fluxos populacionais, a partir de uma relação com as migrações em Woortman (1990 b)¹⁹ que, com maestria, conclui: “Não se migra de graça”. Assim, migrar tem um dispêndio estratégico e

¹⁸ O termo migração tem a conotação de fluxos populacionais, entretanto, no contexto da pesquisa, ocorrem os seguintes processos migratórios: a) a migração para as usinas em São Paulo; b) a migração interna, conforme Carvalho (1998), um processo migratório entre a grota e a chapada, que conduziu à formação das comunidades rurais adensadas de Campo Buriti e Poço D’Antas, que apresenta uma dimensão de movimentação constante, isto é, os entrevistados ainda mantêm suas terras e muitos têm na agricultura uma fonte de renda complementar.

¹⁹ Woortman estabelece como o camponês vale-se de um “planejamento estratégico” doméstico para elaborar a gestão familiar, levando em consideração a reprodução material e as questões demográficas, como o casamento, a renda, os negócios e as alternativas de geração de renda por atividades profissionais fora do contexto agrícola.

envolve uma complicada relação de vantagens²⁰ – benefícios –, cujas variáveis são, por vezes, imateriais e simbólicas. Migrar é, ao mesmo tempo, permanência; são espacialidades em movimento. Quem migra leva consigo um mundo de vivências, referenciais, expectativas e possibilidades. As famílias de agricultores que migraram jogaram com as probabilidades? No contexto deste trabalho, marcado por um hibridismo conceitual, a designação da população de Campo Buriti e Poço D’Antas como migrante pode ser justificada, na medida em que as famílias entrevistadas têm domicílio nestas localidades. Por outro lado, há uma contradição, pois não se desvincularam totalmente das suas comunidades rurais dispersas na roça, por possuírem a terra e nela terem algum tipo de atividade ou por, ainda, cultivarem o desejo de um dia voltar. Não se trata também, de uma migração sazonal ou definitiva.

Assim sendo, o conceito de migração é admissível em relação à formação das localidades pesquisadas. Entretanto, o termo **movimento** surge na perspectiva de que toda ação humana ocorre por um tempo. Admite-se o termo movimento na medida em que as famílias entrevistadas romperam fronteiras, dentro de um contexto histórico, mas possuem pontes simbólicas com os seus lugares de origem na roça. Fixa-se residência, mas mantêm-se flexíveis os sentimentos, o modo de vida, isto é, os fluxos.

Supõe-se que a construção e a organização do espaço em Campo Buriti e Poço D’Antas se articulem por três eixos de pesquisa, que são complementares, mas apresentam contingências próprias: axiológico (valores²¹, atitudes, ideais,

²⁰ O termo vantagem não deve ser entendido como uma maximização dos lucros na perspectiva do “homem econômico”, pois a migração envolve fatores diversos, como, a percepção do sujeito em relação ao lugar para onde está migrando, o nível de informações e sentimentos.

²¹ Para Barthes (2000) o valor é o domínio das articulações da realidade. Assim, que sentidos as famílias de agricultores recortam da realidade?

visões de mundo), epistemológico²² (produção do conhecimento e o saber local), normas e estratégico²³ (ação-reflexão).

Há uma lógica permeável entre estes eixos. A partir das análises das informações da pesquisa percebe-se que os sujeitos humanos históricos, no espaço, articulam-se a partir da conexão destes eixos que são concepções e, por vezes, contingências. A visão de mundo²⁴ das famílias de agricultores entrevistadas é uma construção histórica em um processo dialético com a terra, o trabalho, o **acesso** aos bens e aos serviços públicos e apresenta particularidades que, por vezes, se mantiveram nas dobras da história, principalmente da lógica capitalista. Admite-se, também que cada lugar, na medida em que é analisado, expõe a sua complexidade.

2.2 Pesquisa de campo

O valor da variável não é função dela própria, mas do seu papel no interior de um conjunto.
Milton Santos, 1982

O tempo e o espaço são dimensões indissolúveis que envolvem as ações humanas e, também, os processos naturais. Para Santos (2000).

A unicidade do tempo não é apenas o resultado de que, nos mais diversos lugares, a hora do relógio é a mesma. Não é somente isso. Se a hora é a mesma, convergem, também, os momentos vividos. Há uma confluência dos momentos como resposta àquilo que, do ponto de vista da física chama-se tempo real e, do ponto de vista histórico, será chamado de interdependência e solidariedade do acontecer (p.27).

²² Na perspectiva de níveis de saberes e estratégias específicas capazes de lidar com o fenômeno analisado.

²³ Conforme Zajdsznajder (2002) a estratégia é o modo de agir sustentado por referenciais éticos.

²⁴ De acordo com Tuan (1980, p. 4) “A visão do mundo é a experiência conceitualizada. Ela é parcialmente pessoal, em grande parte social. Ela é uma atitude ou sistema de crenças [...]”.

Quando se analisa uma região, por vezes, não importa tanto a perspectiva de um território, mas as relações dos elementos do espaço. O resultado da combinação desses elementos extrapola a possibilidade de uma homogeneização definitiva. Não é possível dissociar as pessoas dos espaços, pois um engendra o outro, ao mesmo tempo em que por esse é engendrado. Assim, como o espaço, o tempo pode ser particularizado, mas não é possível domá-lo, mesmo que se tente, a partir das contingências; ele escapa pela própria condição humana. Em termos do espaço e do tempo, uma região vai sendo concebida e construída e reconstruída. Diante de todas as grandes e rápidas modificações por que está passando o mundo, qual a importância de continuar estudando o espaço na escala dos lugares? Mas, é justamente, por isso que os lugares por seu cotidiano se tornam fundamentais, pois é onde se encontra a universalidade do ser humano. As comunidades de Campo Buriti e Poço D'Antas estão localizadas nos municípios de Minas Novas e Turmalina na mesorregião do Jequitinhonha demonstrada na Figura 1.

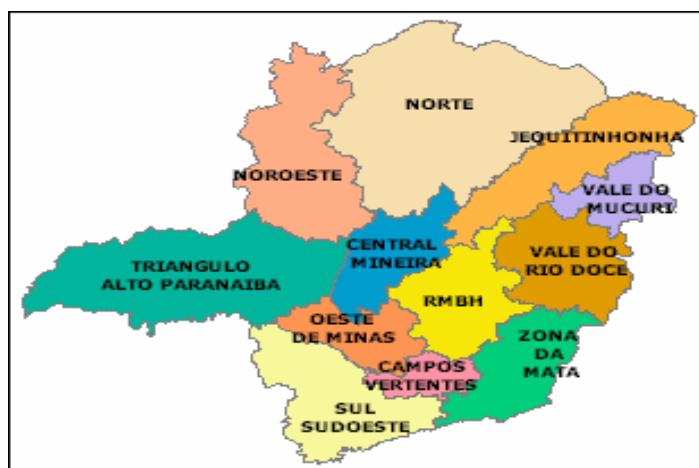


FIGURA 1 Minas Gerais: mesorregiões (IBGE, 1995)

A despeito da complexidade do espaço, ocorre, ainda, uma formalização deste a partir de classificações por agentes oficiais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em regiões, que apresentam uma função didática, mas, por vezes, não conseguem articular os elementos do espaço e pode produzir uma fragmentação da realidade a partir de pressupostos descontextualizados. Entretanto, argumenta-se, neste trabalho, que há níveis de escala, que expõem as diversidades para além de uma concepção de hierarquia, a partir do contexto dos lugares.

Através de uma análise geossistêmica, a região do Alto Jequitinhonha encontra-se sob a influência do regime climático tropical com predominância de chuvas irregulares e concentradas no verão. A irregular distribuição das chuvas acentua as características de semi-aridez, com anos de secas mais intensas²⁵. A chapada e a grota (vale) são sistemas insegmentáveis, em cujo conjunto deste há quantidades de massa e de energia que estão constantemente circulando, transformando ou temporariamente retidas. A geomorfologia pertence ao conjunto do Planalto e Serras do Atlântico Leste-Sudeste, com estrutura geológica de rochas cristalinas e altitudes que variam de 500 a 550 m às margens dos rios principais, até o topo da chapada, com altitudes entre 800 e 900m (IBGE, 1983). Os solos são, em sua maioria parcelados, ácidos e aluminosos, apresentando baixa fertilidade natural. São latossolos profundos estruturados por chapadas cenozóicas e ocupadas pela vegetação nativa de cerrado (Lima, 2006).

O rio Jequitinhonha nasce no município de Serro a 1.300 metros de altitude, na Serra do Espinhaço. Seguindo no sentido nordeste e depois rumando a leste, despede-se de Minas Gerais no município de Salto da Divisa e,

²⁵ Ver Lima, V. M. P. (2006) O autor trabalha com séries históricas de precipitação que demonstram a irregularidade do regime pluviométrico nesta região. O trabalho versa também sobre os efeitos das extensas plantações de eucaliptos e os impactos sobre o balanço hídrico, devido à retirada da vegetação nativa (cerrado) e a conseqüente diminuição da vazão dos rios Araçuaí e Fanado.

finalmente, encontra-se com o Oceano Atlântico no município de Belmonte, na Bahia (Freire, 2001). Seus 920 quilômetros de extensão banham 54 municípios e corresponde a 12,4% do território mineiro. Historicamente e geograficamente Ribeiro (1996)²⁶ divide o Vale do Jequitinhonha em duas grandes unidades espaciais. A primeira unidade é formada por zonas de extensas chapadas e suas vertentes, com cobertura vegetal predominantemente constituída pelo cerrado. É na confluência da grota (vale) com a chapada que ocorreu a pesquisa em Campo Buriti e Poço D'Antas. A segunda unidade é formada por terras mais baixas, em que a vegetação nativa – a mata Atlântica – foi quase substituída pelo capim colômbio. A primeira, caracteriza-se pela presença da agricultura familiar e a segunda, é, em maioria dominada pela grande propriedade rural e criação extensiva de gado bovino. O autor escreve sobre as histórias do Alto Jequitinhonha “associadas ao sítio e ao uso familiar”. As grotas (vales) e seus rios, (Figura 2), corredores de ocupação e comunicação. Os terrenos da chapada têm pouca fertilidade natural. Nas grotas (vales), pelo contrário, quanto mais próximas das águas, mais férteis são as terras, principalmente nos locais de ocorrência dos capões e matas de encosta. No conjunto, os capões e grotas (vales), a principal terra para lavouras, representam uma parcela pequena da área total da região.

²⁶ Citado por Freire (2001)

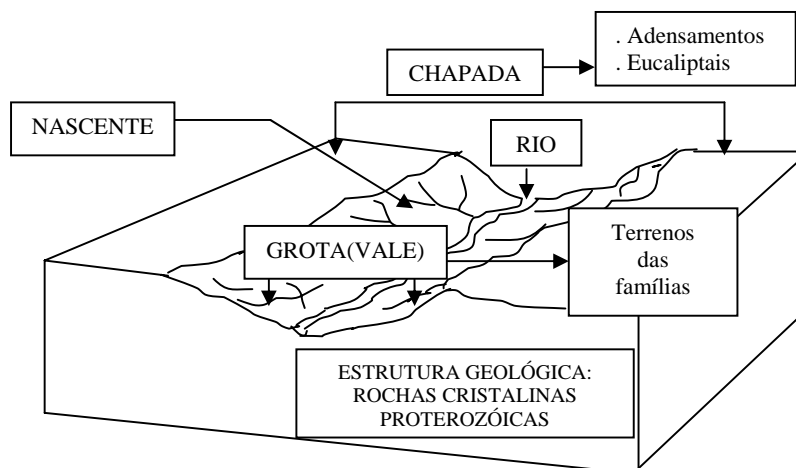


FIGURA 2 Geomorfologia do Alto Jequitinhonha em Campo Buriti e Poço D'Antas

Conforme Noronha (2003) o terreno de moradia e cultivo das famílias se localiza nas partes mais baixas do relevo, facilitando o **acesso** à água dos córregos e às terras mais férteis das grotas; essas são chamadas *terras de cultura* ou *terras de futuro*, as mais apropriadas para o cultivo dos mantimentos. Por ser a grotas(vale) ladeada por íngremes vertentes e estando as casas das famílias localizadas neste espaço; da casa de uma família não se pode avistar mais que uma ou duas outras casas. Cada grotas é habitada por grupos de parentesco, que estreitam ainda mais os laços ao se tornarem compadres entre si. Acabam formando, nas comunidades, redes de solidariedade entre os vizinhos. Esta descrição de comunidade é o que se designa, neste trabalho, como **comunidades rurais dispersas**. A paisagem da casa é indissociável da lavoura e num mesmo lance pode-se avistar a casa com a horta e o curral, a *varanda do engenho* e a roça de mantimentos. Os terrenos familiares são pequenos e menores ainda são os seus trechos de terras férteis. De acordo com Galizoni (2000), a forma

comum de aquisição da terra no Alto Jequitinhonha se dá através da herança, que por sua vez é garantida pelo trabalho na terra. A terra da chapada era considerada a terra de uso comum das famílias das grotas. As chapadas no Alto Jequitinhonha, em sua maioria, foram ocupadas pela monocultura do eucalipto.

Na perspectiva do Alto Jequitinhonha, a história do processo de desenvolvimento brasileiro é consubstanciada por decisões políticas e econômicas que, por vezes, desconsideram os múltiplos elementos que configuram uma região: ambiente, cultura, estrutura fundiária, direitos e memórias, mas seguem um plano pré-concebido.

A planificação segue as etapas lógicas de diagnósticos, estabelecimento dos objetivos, definição dos meios e acompanhamento, e mais uma vez a questão do plano está associada ao Estado, como agente fomentador e, portanto, responsável pela administração e validação da planificação. A monocultura do eucalipto desde os anos de 1960, que substituiu vastas áreas de cerrado, foi implantada pelo escopo teórico e metodológico balizado pela concepção de um Estado centralizador e intervencionista. Nesta região a legitimação, das áreas de uso comum – as terras da chapada – foi estabelecida, em parte, pela então RURALMINAS²⁷ (instituição do estado de Minas Gerais, já extinta, responsável por projetos de desenvolvimento rural), o que abriu caminho para as empresas florestais atuarem em seguida. O Estado funcionou como sujeito e objeto da transformação do espaço. Há, no caso brasileiro, uma forte aproximação entre o Estado e o poder econômico, quando se analisam as ações desenvolvimentistas, concepções de planejamento que são, por demais, marcadas pelo pensamento economicista e objetivos racionais à revelia dos saberes das comunidades locais.

É preciso lembrar, ainda, que as análises se materializaram a partir das múltiplas relações concretas existentes – entre quem mostra e quem vê, entre os significados sociais e ambientais amplos e os cotidianos, entre os múltiplos

²⁷ Informação de pesquisa de campo.

contextos da vida e aqueles de significação. É nestes contextos que se enredam Campo Buriti e Poço D'Antas.

2.3 O processo metodológico e a construção da amostragem

Os instrumentos metodológicos utilizados na pesquisa compõem-se: de observação não participante, que possibilitou verificar aspectos gerais dos fenômenos do cotidiano dos sujeitos e de entrevistas semi-estruturadas, permitindo, por meio de uma conversação guiada, mas flexível, obter informações aprofundadas que foram utilizadas em uma análise qualitativa²⁸ interpretativa. Objetivou-se, também, um levantamento de questões demográficas das famílias de agricultores envolvendo os aspectos de renda familiar, aposentadoria, e ocupação. Optou-se por uma amostragem não probabilística. O processo de definição da amostragem partiu da observação da realidade de pesquisa.

Os espaços em análise estão numa interface conceitual, nos interstícios do debate urbano-rural e resultam de um processo de migração de famílias de agricultores, que apresentam demandas de políticas públicas envolvendo as questões: sociais, da água, da educação, da infra-estrutura (saneamento, pavimentação de vias), **acesso** aos bens e serviços públicos e da geração de renda. Entende-se o conceito de universo a partir de um processo de interdependência dos elementos levantados localmente, os elementos gerais e o referencial teórico, conforme Figura 3.

²⁸ Ver Lakatos (1991), Richardson (1999) e Bauer (2002)

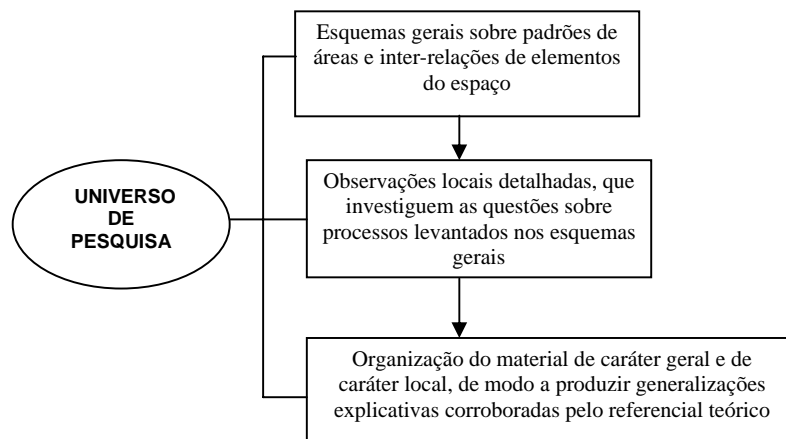


FIGURA 3 Articulações das análises do universo de pesquisa

Neste Brasil de “sertão em todo lugar” é possível alinhar caminhos que conduzam a uma universalização do ser, do tempo e do espaço. Não há caminho que sempre termine ou inicie sem histórias. O que se tem por intento é analisar o fenômeno da formação de Campo Buriti e Poço D’Antas numa perspectiva do tempo-espaço em movimento, caminhos construídos pelas ações suas vicissitudes e, às vezes, pelas contingências da vida. As variáveis que conduziram à elaboração do questionário se configuraram, a partir da observação do pesquisador em campo e da análise de bibliografia pertinente ao tema. A articulação destas variáveis é visualizada na Figura 4.

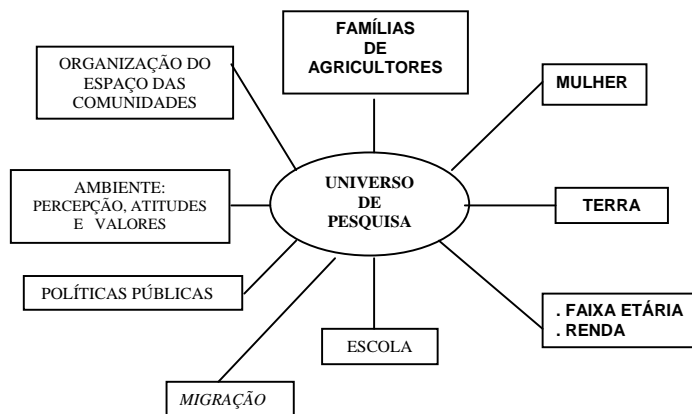


FIGURA 4 Variáveis produzidas a partir da observação da realidade de pesquisa: Campo Buriti e Poço D’Antas.

Na pesquisa, a questão da **mulher** foi eleita como uma das variáveis norteadoras para o dimensionamento da amostragem, por se tratar de uma lógica de ocupação do espaço a partir de famílias de agricultores, pelo fato de se ter na sociedade brasileira muitas mulheres como chefes de família; além de se vislumbrar a mulher como um amálgama entre a vida da casa e o espaço de fora, de ser um dos agentes responsáveis pela produção-circulação do conhecimento, mantenedora de formas simbólicas da comunidade e de um processo de educação. Assim, pretende-se discorrer sobre a temática analisando-se as perspectivas das mulheres – um dos eixos de análise da reorganização das famílias de agricultores – tanto na construção do espaço material, quanto na formulação e na implementação de um espaço simbólico, por meio de ações, atitudes, valores e tradições (Heredia, 1979; Woortmann, 1990 b).

Outro eixo de amostragem versa sobre a **origem da renda** e a **faixa etária** dos entrevistados das famílias de agricultores, que podem apresentar evidências sobre os vínculos destas comunidades com as atividades agrícolas e não-agrícolas e as suas estratégias de combinações de elementos que compõem a

renda familiar. Neste contexto, a faixa etária dos aposentados é fundamental, pois, estes se consubstanciam como moradores típicos dos espaços designados como “povoados”, pelo fato de possuírem uma fonte de renda perene e, também, por serem o esteio de outros membros da família (Augusto & Ribeiro, 2005). Assim, procurou-se eleger famílias de idosos e com idosos. Optou-se por analisar também famílias com crianças, tanto em relação ao vínculo com a escola (um dos motivos pelos quais as famílias justificam a mudança para Campo Buriti e Poço D’Antas), quanto o recebimento de transferências de renda do governo.

A variável **terra** é fundamental, pois envolve: a configuração fundiária da região, compondo um escopo de processos que interagem no tempo e no espaço e que podem explicar o uso e ocupação do solo; o aproveitamento, pelo entrevistado ou pela família, da atividade agrícola como complemento da renda e por ser o local de origem das famílias nos lugares pesquisados. Interagindo com estes três eixos há uma combinação de elementos do espaço, que são importantes para o entendimento dos processos (Heredia, 1979; Woortman, 1990 a, b; Ribeiro, 1996).

Para chegar aos três estratos norteadores e a definição da amostra, organizou-se a articulação dos elementos do espaço a partir da entrevista com dois líderes comunitários que repassaram uma estimativa do número de famílias²⁹: a professora Faustina, em Campo Buriti, informando a existência de, aproximadamente 150 famílias; o senhor Domingos em Poço D’Antas que informou a ocorrência de, também 150 famílias. Desta feita, estipulou-se em 15 (10% do total de famílias) o número de questionários a serem aplicados em cada uma das comunidades.

²⁹ O número de famílias foi estimado pelos líderes comunitários, a partir das suas vivências. Entretanto, durante o processo de entrevistas nas comunidades, estes números foram alterados a partir de informações das agentes de saúde em cada lugar. Mais adiante essa questão será melhor analisada.

2.4 A construção do questionário e a sua utilização

Quando se analisam as informações contidas no delimitar do questionário aplicado ficam evidentes os alcances das questões e o quanto as variáveis dialogam com o problema de pesquisa e a importância destas no conjunto. Considerações podem ser tecidas a partir das conexões dos dados. Para chegar à construção do questionário definitivo a ser aplicado nas comunidades, várias etapas foram necessárias e fundamentais:

- 1) Visita de campo (março de 2006) ao Alto Jequitinhonha, especificamente Campo Buriti e Poço D'Antas e Turmalina. Neste período ocorreu uma imersão (no universo de pesquisa) tanto, para um reconhecimento da realidade do espaço geográfico, quanto dos sujeitos que seriam entrevistados. As entrevistas a partir de um roteiro semi-estruturado consubstanciaram-se em referencial. Em Campo Buriti entrevistou-se a professora Faustina e em Poço D'Antas o senhor Domingos. Em Turmalina foram entrevistados o senhor Vicente, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o Boaventura ou "Tura" do Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV) e o técnico Ronislei da Emater. Posteriormente, ocorreram importantes diálogos com a professora orientadora, quando se buscou estabelecer uma agenda. Contudo, formou-se um mosaico de referenciais que foram lapidados a partir das concepções do pesquisador, mas em consonância com o problema de pesquisa, os objetivos e o referencial teórico.
- 2) A partir das variáveis, demonstradas na seção anterior, procurou-se estabelecer os elementos do questionário. Como uma possível sugestão de método talvez seja interessante, nesta fase da pesquisa, dar vazão ao acúmulo de referenciais obtidos pelos seguintes

percursos: profissional, de outras pesquisas, reflexões a partir das disciplinas cursadas, diálogos com os colegas e observação da realidade. Recomenda-se ampliar os espectros de análise, num primeiro momento. Deve-se visualizar o todo da pesquisa e estabelecer as análises, o que conduz a uma necessária fragmentação e que, necessariamente, será aglutinada delineando a forma do questionário.

- 3) A partir de algumas versões da formatação de um questionário inicial, encaminharam-se os arranjos para o segundo trabalho de campo, que ocorreu no mês de maio de 2006, tendo sido aplicados questionários pré-testes em dois entrevistados de cada comunidade. O pré-teste é um dos momentos mais importantes da pesquisa, na medida em que expõem as fragilidades. É o momento do recuo e do avanço no processo. A partir deste e solucionados os problemas, que foram diversos, como linguagem a ser utilizada, tipo de pergunta, ordem das perguntas, espaços para as respostas, adequação do tempo e alcance das questões, estabeleceu-se a formatação definitiva do questionário a ser aplicado. O espaço para as respostas deve permitir a possibilidades de anotações e a construção de organogramas ou croquis. O questionário deve possibilitar um diálogo com o entrevistado e as suas concepções.
- 4) A partir dos estratos da amostragem foram selecionadas as 15 famílias. O entrevistado ou entrevistada atuaram como porta-vozes da realidade em que se encontra a família, bem como referenciais da memória familiar e da comunidade.

A aplicação dos questionários definitivos seguiu o cronograma de pesquisa e contou com a logística do senhor Domingos e da professora Faustina.

As entrevistas às famílias seguiram o princípio da amostragem. Todos os entrevistados responderam de bom grado demonstrando interesse, pelo tema e disposição para reflexões sobre a sua realidade. A convivência com estas famílias, durante o processo de aplicação do questionário, suscitou alguns novos questionamentos durante as entrevistas o que ampliou o escopo de análise.

3 UM APROXIMAR DAS REFLEXÕES COM O DEBATE TEÓRICO

O pensamento é o ato social de maiores
conseqüências a longo prazo
Geertz, 2001

Este capítulo é um confluir de referenciais teóricos para uma análise, sobre a reorganização espacial das famílias de agricultores em espaços adensados. Para compreender a realidade de Campo Buriti e Poço D'Antas é necessário conhecer o local, mas também suas conexões ou divergências com o geral.

Objetiva-se um escopo de análise que aglutine reflexões sobre a modernização da agricultura brasileira, que se confunde com o processo de industrialização da mesma e o estabelecimento de um processo mercantil com dependência de capital, o estabelecimento de uma divisão do trabalho e a participação do Estado brasileiro como fomentador de projetos que conduziram a acumulação de capitais. Estes processos estiveram atrelados a um modelo de desenvolvimento urbano-industrial, principalmente a partir dos anos de 1950 e vinculados, de certo modo, à transformação de extensas áreas agricultáveis em mecanismos de especulação a partir da renda da terra e um distanciamento de um processo de reforma agrária produzindo, também profundas desigualdades espaciais no território brasileiro. Contudo, na medida em que o país se redemocratizou, o agravamento das questões socioeconômicas em especial nos grandes centros urbanos, uma interiorização das atenções dos agentes econômicos e o aprofundamento do debate sobre as questões ambientais. Ocorreu uma “redescoberta” do espaço rural com as suas múltiplas características e afloraram novas questões entre elas o debate urbano-rural, o interesse por áreas de agricultura familiar e as diferenças e diversidades do rural brasileiro.

Assim sendo, apresentam-se as questões mais amplas articuladas com a agricultura familiar, suas especificidades no Alto Jequitinhonha e uma análise do adensamento populacional das comunidades de Campo Buriti e Poço D'Antas.

3.1 Um breve histórico da modernização da agricultura brasileira e a questão urbano-rural

O debate acadêmico sobre a questão rural, no Brasil, se estruturou a partir da própria contingência histórica e econômica³⁰ e pode ser sintetizado, a partir dos objetivos da pesquisa, em dois principais momentos: a transformação do complexo rural em complexo agroindustrial, a industrialização da agricultura brasileira e a “redescoberta” da questão rural, da diversidade do espaço rural seja pelo aspecto ambiental, cultural e mesmo de produção.

A transformação do complexo rural em complexo agroindustrial é marcante devido a todos os fatores advindos da industrialização da atividade agropecuária, principalmente em resposta às demandas da urbanização e de modernização do país. O processo histórico de passagem da agricultura brasileira do chamado complexo rural para uma dinâmica comandada pelos complexos agroindustriais (CAIs) ocorreu: pela substituição da economia natural por atividades agrícolas integradas à indústria, pela intensificação da divisão do trabalho e das trocas intersetoriais, pela especialização da produção agrícola e substituição das exportações pelo consumo produtivo interno, como elemento central da alocação dos recursos produtivos no setor agropecuário.

O princípio geral é o aprofundamento da divisão social do trabalho. Neste contexto, a separação cidade-campo, na verdade, não é senão a forma aparente que assume o próprio desenvolvimento capitalista da agricultura, entendido num sentido amplo. Em seu início, o artesanato doméstico (produção de roupas, utensílios) era um complemento das atividades da família camponesa;

³⁰ A partir dos referenciais de Kageyama (1990) e Silva (1996, 1997, 1999)

o desenvolvimento da dependência do mercado capitalista rompe, de certa feita, este processo através das condições impostas pela dependência do dinheiro como fator de aquisição dos bens e produtos.

São, portanto, dois momentos: um de desarticulação da economia de valor de uso e de base local, pela retirada progressiva dos vários componentes que asseguravam a “harmonia” da produção assentada na relação humanidade-natureza (e suas contradições); e o outro, de uma nova síntese, de recomposição de outra “combinação” – também permeada por novas contradições – baseada no conhecimento e controle cada vez maior da natureza e na possibilidade da reprodução artificial das condições naturais da produção agrícola. A esta passagem se denomina **industrialização da agricultura** (Kageyama, 1990; Silva, 1996). O longo processo de transformação da base técnica – chamado de modernização – culmina, pois, na própria industrialização da agricultura. Esse processo representa, na verdade, a subordinação da natureza ao capital que, gradativamente, liberta em parte o processo de produção agropecuária das condições naturais dadas, passando a fabricá-las sempre que se fizerem necessárias.

A industrialização da agricultura modifica as relações humanas no campo, na medida em que fundamenta, como mais importantes, os aspectos econômicos e produtivos. A partir da crise dos complexos rurais e da mudança dos determinantes da dinâmica da agricultura – que, fundamentalmente, passam do mercado externo para o mercado interno – não se pode mais falar de um único determinante, nem numa única dinâmica geral, nem num único “setor agrícola” (Silva, 1996 e 1997).

Nessa perspectiva, é importante assinalar que no processo de desarticulação do complexo rural e na constituição dos CAIs; a agricultura perdeu a sua regulação geral e impôs uma participação cada vez maior do

Estado, no sentido de formular políticas específicas para cada complexo agroindustrial.

A proposta de desenvolvimento urbano-industrial que se modelava no início dos anos 1950 tinha forte influência do projeto nacionalista do presidente Vargas³¹, das recomendações feitas pelas duas missões econômicas norte-americanas no Brasil no final dos anos 1940 e, acima de tudo, pela estratégia de desenvolvimento formulada pela recém-criada Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), das Nações Unidas. Postulava-se, aí, que a indústria deveria liderar o processo de desenvolvimento econômico e que à agricultura caberiam os papéis de “financiar” o esforço de substituição de importações (fornecendo as receitas cambiais necessárias via exportação de produtos primários), promover matérias-primas para a indústria nacional nascente e alimentar a crescente população urbana do país. É claro que não se pode dizer que houve um plano sórdido de implementação de uma lógica de desenvolvimento, que conduziria a um incentivo à urbanização. O que conduziu a um processo de urbanização acelerada, a partir dos anos de 1950 foi a conjugação de diversos fatores entre os quais: a modernização através da mecanização, o fechamento das fronteiras agrícolas no oeste paulista e norte do Paraná, a concentração dos investimentos estatais no eixo São Paulo-Rio de Janeiro-Minas Gerais.

Nos anos 1960, um dos principais argumentos – com o qual se procurava cooptar “os setores progressistas” da burguesia industrial a apoiar uma “Reforma Agrária Camponesa” – era o da necessidade de ampliação do mercado interno, para garantir o consumo dos produtos das industriais nascentes. O crescimento

³¹ Conforme Veiga (2002) No contexto de transformar o Brasil em um país urbano-industrial é importante chamar a atenção para a definição do conceito de cidade. Desde a promulgação do Estatuto da Cidade (Constituição de 1988) quase não surgiu manifestação de discordância. Há uma falha imperdoável nesse estatuto: ele não define o que é cidade. Aqui, toda sede de município é cidade o que tem um impacto na definição de políticas públicas no país desde o Estado Novo.

do “mercado interno” no capitalismo é, de certa forma, “independente” do consumo pessoal, pois, a própria produção cria a necessidade de uma verdadeira “produção para a produção”, que são os insumos, as máquinas, as construções (Silva, 1996). É bom alertar, que no Brasil, optou-se mais pela acumulação do que pelo consumo, o que gerou o crescimento de grupos econômicos nacionais e a concentração da renda.

O simultâneo processo de industrialização – significa o aprofundamento da divisão do trabalho e constituição do mercado de consumo interno. A agricultura já perdera a auto-suficiência de que dispunha no complexo rural, para produzir os próprios meios de produção de que necessitava e os bens de consumo final; já deixara de produzir valores de uso para se dedicar a uma atividade específica, determinada, que produz mercadorias, ou seja, valores de troca.

Trata-se de um tripé “agricultura–indústria–agroindústria” que remete ao domínio do capital industrial e financeiro e ao processo global de acumulação. É a fase de constituição dos complexos agroindustriais (CAIs). O conceito-chave por trás desse novo quadro de desenvolvimento da agricultura é o da **integração de capitais** (Delgado, 1985). Esse processo traduziu-se na aplicação dos capitais em distintos mercados, constituindo-se grandes grupos econômicos por meio de fusões, *holdings*, enquanto outros se constituíram como grupos financeiros.

A explicação é simples: a base a partir da qual se dá essa modernização é ainda muito restrita fora das regiões que compõem o “núcleo dinâmico” da agricultura brasileira, que eram os estados do centro-sul. E o caráter excludente está, indissolavelmente, ligado à diferenciação regional do Brasil. Portanto, não há um futuro promissor para aquelas unidades de produção que não conseguiram se modernizar e que se concentram (por isso mesmo) nas regiões “periféricas” a partir da lógica capitalista vigente.

O modelo de modernização capitalista da agricultura faz avançar o processo de renda da terra com a sua concentração e a aumentar a utilização do trabalho assalariado, ainda que preservando, em muitas áreas, a pequena produção familiar. Existe certo consenso, no pensamento econômico predominante, a respeito da baixa produtividade da pequena produção, fruto de sua baixa tecnificação, da subocupação da mão-de-obra e da (geralmente) pior qualidade de recursos naturais (Delgado, 1985). Contudo, é de bom termo alertar para o uso de uma lógica economicista que não necessariamente contabiliza o trabalho familiar de forma eficiente, levando em consideração as suas peculiaridade tanto de produção, quanto de localização da terra em um contexto, ambiental, social e cultural.

A estrutura fundiária da agricultura brasileira evoluiu num sentido concentrador e excludente ao longo dos anos 1970, no sentido de dificultar o **acesso** à terra pelos trabalhadores rurais brasileiros. A intensa modernização da agricultura, a partir de 1960, foi a principal responsável pelas elevadas taxas de expulsão da população rural, o que, num contexto de ampla disponibilidade de força de trabalho para o setor industrial, passou a constituir uma das raízes da “inchaço” das periferias, do subemprego e da crise urbana do período recente. Os resultados sugerem que a modernização da agricultura brasileira tendeu a favorecer o aumento da participação relativa das camadas mais ricas na apropriação da renda total (Silva, 1997).

A grande heterogeneidade das condições de existência da produção agrícola familiar é, pois, um fator fundamental na determinação de suas reais necessidades e que são imprescindíveis reconhecer na formulação de políticas para o setor. O reconhecimento e a compreensão dessa multiplicidade de formas e funções que assume a agricultura familiar no Brasil, bem como a explicitação do projeto político e socioeconômico que se tem em mente em relação ao destino dos diferentes grupos aí inseridos, são passos necessários no

delineamento das políticas públicas que foram traçadas posteriormente. Além dos grandes proprietários fundiários, os grandes beneficiários dessa política de crédito – e, conseqüentemente, da modernização da agricultura – foram os setores industriais localizados a montante e a jusante da atividade agrícola e o setor bancário. A industrialização da agricultura modifica as relações humanas no campo, na medida em que se fundamenta a partir do que é mais importante: os aspectos econômicos e produtivos.

O Brasil que até então era um exportador de produtos agrícolas, passou por um encadeamento da produção e formou-se, assim, um mercado consumidor. Esta internalização conduz a uma nova situação, que é a construção de uma estrutura de produção. Para além da modernização, é necessária uma industrialização da cadeia produtiva, tanto a jusante quanto a montante da atividade agrícola. A agricultura brasileira se vê irremediavelmente “condenada” a uma busca compulsiva pela produtividade e a ter a perspectiva econômica como determinista da análise e das relações. Conforme Delgado (1985) este processo se manifesta em três dimensões da dominação das relações capitalistas, pela imposição da lógica homogeneizadora da economia mercantil:

- 1) constituição, em escala nacional, do mercado de produtos agrícolas e agroindustriais;
- 2) consolidação de um mercado de trabalho e
- 3) constituição de um mercado de terras, transacionáveis à semelhança da negociação de ativos no mercado financeiro. Surgiram, também, no escopo de um Estado desenvolvimentista: políticas agrícolas voltadas para reproduzir a lógica homogeneizadora da economia mercantil. Estas políticas conduzem à integração do capital e a um estilo de desenvolvimento, cuja linguagem da racionalidade técnica acena com a perspectiva do lucro, para o produtor, mas o enclausura

em um moto-perpétuo de dependência: de capital, de terra, de defensivos, de fertilizantes, de máquinas e implementos, de integração, de mercantilização dos processos das relações e do discurso político predominante (Silva, 1996; Mattei, 2006).

Contudo, na medida em que o Brasil se redemocratizava e a Constituição de 1988 abria espaço para um debate mais incisivo sobre a reforma agrária, a reafirmação de movimentos sociais no campo, uma maior atenção com as questões ecológicas e uma revalorização dos aspectos “tradicionais” das populações rurais, surgiram novas interpretações da realidade rural, da sua complexidade e dinamismo.

O pensamento acadêmico dos anos de 1990 desnublou, talvez pelas influências do processo de globalização³² e da pós-modernidade³³, as particularidades da escala local em especial; o espaço rural. A “redescoberta”, da questão rural surgiu a partir de uma análise do espaço, numa perspectiva do debate sobre o desenvolvimento, mais ampla e no sentido de se distanciar da dicotomia urbano-rural, não obstante as particularidades conceituais de cada espaço. O processo de modernização da agricultura e o modelo urbano-industrial de desenvolvimento produziram uma galopante urbanização, no período

³² O termo globalização é cercado por uma certa anacronia, na medida em que é analisado somente pela perspectiva economicista do capital financeiro pois, acredita-se ser um processo de contextualização da própria aventura humana e a sua geográfização da Terra. Nos interstícios do discurso globalizante, questões em uma escala local se tornam importantes, pois, a despeito do “discurso único”, há uma diversidade cultural relativizada em pretensa linearidade histórica e do pensamento. Nas “grotas” da história gestaram-se a diversidade e o “tradicional” que, na contemporaneidade, ressurgiu em contraposição à homogeneização do pensamento.

³³ O termo pós-modernidade envolve uma complexa rede de conceituações, pois, concomitantemente, designa processo, ruptura e continuidade. Lyotard (1979) analisa de que maneira uma sucessão de transformações quantitativas pequenas acaba por determinar um salto qualitativo, uma mudança de época. Do moderno ao pós-moderno, Connor (2000), argumenta que “na tentativa de entender nossos eus contemporâneos no momento presente, não há postos de observação seguramente afastados, nem na “ciência”, nem na “religião”, nem mesmo na “história”. Estamos no e pertencemos ao momento que tentamos analisar; estamos nas e pertencemos às estruturas que empregamos para analisá-lo (p. 13).”

compreendido entre os anos de 1950 e 1980. Esta urbanização descontrolada conduziu a uma concentração populacional, principalmente nos grandes centros urbanos, o que desencadeou um processo de saturação da infra-estrutura, de exclusão dos serviços públicos e de uma elevada oferta de mão-de-obra. Os processos migratórios conduziram a um desnudamento da retórica do desenvolvimento dos anos de 1970, pois expunham as desigualdades do crescimento econômico e inter-regional. Neste sentido, o espaço rural manteve-se refém da “idéia de atraso” nas áreas periféricas e da concepção de modernização vinculada aos complexos agroindustriais (Abramovay, 1992). Por outro lado, o “esgotamento” do modelo urbano-industrial, principalmente, no que se refere à qualidade de vida nas grandes cidades, ao desemprego, a demanda por infra-estrutura e a possibilidade de se repensar o desenvolvimento brasileiro, traz à tona a questão rural, principalmente a partir dos anos de 1990, seja como revalorização de um modo de vida “tradicional”, das possibilidades de negócios, pela vertente ecológica ou pela “redescoberta” de um rural, que não é somente, agrícola ou tão pouco urbano. Isto é, percebe-se que tais áreas apresentam uma complexidade de **zonas de ambigüidades** para além da questão da setorização econômica ou da inércia do atraso a partir de uma visão tutelada das pessoas e da terra no Brasil. Campo Buriti e Poço D’Antas que são analisados neste trabalho caracterizam-se como **espaços híbridos** na interface do espaço rural com as influências urbanas, principalmente, da dependência em relação aos serviços oferecidos pela cidade.

Autores fundamentais³⁴ abraçam a temática da compreensão e da definição do que seria o rural, imprimindo características peculiares, mas convergindo, em um ponto, a necessidade de atentar para o debate sobre: a realidade da distribuição espacial da população brasileira, a mudança do uso do espaço (em que rural não é, necessariamente, sinônimo de agrícola), a

³⁴ Abramovay (1992, 2003), Silva (1996, 1997) e Veiga (2002)

necessidade de se repensar o conceito de desenvolvimento, a geração de renda e emprego, a ênfase na questão ambiental, entre outros fatores.

Não obstante a importância da análise em uma perspectiva econômica; argumenta-se que também seja necessário acrescentar a esse debate uma apreciação dos elementos da vida cotidiana, a partir da perspectiva dos sujeitos humanos históricos que produzem a construção do espaço³⁵: seja este de características rurais ou urbanas e até híbridas, como Campo Buriti e Poço D'Antas, que se encontram no limiar das possibilidades – uma interface de antagonismos das políticas territoriais de desenvolvimento ou, simplesmente, de indefinições conceituais. Nesta perspectiva, observa-se que há um desconhecimento, pela sociedade brasileira, da realidade do espaço rural³⁶. O debate sobre o tema pode apresentar duas perspectivas de análise conceitual, a dimensão territorial do desenvolvimento, pela escala local³⁷ e a possibilidade do surgimento de redes de ações na sociedade. O conceito de espaço rural é percebido, pela sociedade, de forma dúbia: a partir da produção agrícola, da estagnação e conservadorismo, isto é, pelo prisma do “atraso” (Abramovay, 2003). Entretanto, o espaço rural configura-se também como remanescente de um imaginário sócio-cultural brasileiro solapado por um emblemático processo de urbanização, arauto de tempos modernizantes, de concentração de terra, do patrimonialismo e de dominação das oligarquias rurais.

³⁵ Conforme Santos (1997, p. 77) “o espaço é a totalidade verdadeira, porque dinâmica, resultado da geografização da sociedade sobre a configuração territorial. Podem as formas, durante muito tempo, permanecer as mesmas, mas como a sociedade está sempre em movimento, a mesma paisagem, a mesma configuração territorial, nos oferecem, no transcurso histórico, espaços diferentes. O espaço é, também e sempre, formado de fixos e de fluxos”.

³⁶ Ver Abramovay (2003)

³⁷ Abramovay (2003) trabalha com a perspectiva da escala local como o espaço da proximidade, da interação e por isso da possibilidade do desenvolvimento de ações éticas e cooperativas entre os sujeitos e, portanto, da formação de redes de ações sociais. Entende-se por ações éticas aquelas ações que visam o entendimento, a politização, exercício da liberdade de idéias e o debate de projetos comuns para resolver as contradições. Valendo-se de Habermas e as dimensões do agir humano: a atividade técnica, a prática e ideais de comunicação.

A configuração territorial³⁸ acrescenta novos elementos ao paradigma da regionalização, em que o contexto local é o ponto de partida para as ações e a integração do espaço se estrutura a partir de três enfoques: o de sistemas produtivos racionalmente universais, mas valorizando a racionalidade do lugar; a promoção de “meios inovadores” que dependem dos atributos locais e por fim, os processos de valorização das relações sociais, a de “comunidade de valores³⁹ e intenções”.

A perspectiva da produção do espaço, tendo como enfoque, o sujeito em sua realidade, que avança pelas fronteiras administrativas, seja do município ou do estado, em um redimensionamento conceptual, tanto do conceito de território⁴⁰ quanto da assimilação de uma desterritorialidade, uma antítese à standardização das ações das políticas desenvolvimentistas e até mesmo da globalização. Numa situação de extrema competitividade como esta em que vivemos, os lugares repercutem os embates entre os diversos atores e o território como um todo revela os movimentos de fundo da sociedade (Santos, 2000). Uma concepção de gestão do espaço, que possui, nome, sobrenome, sentimentos, um imaginário e desejos, por certo simbólicos, mas materializados, também, em uma cidadania econômico-financeira, deve ser considerada pelo Estado ou pelo setor empresarial.

³⁸ Como definição de configuração territorial optou-se pela análise de Santos (1997, p. 75) “a configuração territorial é o território e mais o conjunto de objetos existentes sobre ele; objetos naturais ou objetos artificiais que a definem”.

³⁹ Thompson (1995, p. 203) identifica dois processos de valorização: a) valor simbólico: é aquele que os objetos têm em virtude dos modos pelos quais, e na extensão em que, são estimados pelos indivíduos que os produzem e recebem - isto é, por eles aprovados ou condenados, apreciados ou desprezados; b) valor econômico: é a valorização econômica atribuída às formas simbólicas, isto é, um valor pelo qual elas poderiam ser trocadas como mercadorias – objetos que podem ser comprados ou vendidos em um mercado. Numa perspectiva geográfica, o valor é estabelecido pelas articulações da percepção do sujeito com a realidade, um elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico.

⁴⁰ O conceito de território é um dos mais caros ao arcabouço teórico da Geografia, pois apresenta uma elasticidade conceitual abrangendo desde as questões políticas, de soberania, culturais e nacionalidade.

A partir do processo de modernização do campo, o discurso de valorização do modo de vida urbano, passou a predominar, transformando e ou excluindo algumas áreas rurais em um Brasil longe demais. No caso brasileiro, áreas densamente povoadas não produziram, necessariamente, o **acesso** de suas populações a um modo de vida urbano relacionado aos bens de consumo e aos serviços públicos. Basta lembrar das “favelas”.

Estas oposições produzem zonas de ambigüidades ou espaços híbridos e de tensão entre as realidades urbanas e rurais. Talvez seja nestas áreas de sombras que surjam luzes sobre a idéia de planejamento e desenvolvimento, pelo menos em termos de Brasil. No “Novo Rural”⁴¹ brasileiro existe uma flexibilidade territorial ou econômica em resposta as tendências desterritorializantes? Não obstante as frágeis mudanças na realidade de infraestrutura das áreas rurais, quando comparadas às áreas urbanas. Se utilizarmos a noção de técnica como elemento de análise, o espaço rural é, de fato, uma contraposição ao espaço urbano? Fica tácita a idéia de que a noção de rural passa a ganhar força a partir da urbanização do pensamento, isto é, da sobreposição de uma lógica, principalmente a partir da Revolução Industrial? Talvez a dicotomia urbano-rural se consubstancie como uma questão de método – o predomínio de um modo urbano de pensar a ciência e o conhecimento –, haja vista a localização dos principais centros acadêmicos em todo o mundo.

Pode-se aventar sobre uma **urbanização do espaço rural**⁴²? Mesmo que se adote a expressão urbanização mais como o conceito de idealização de um modo de vida⁴³, do que de um processo de ocupação do espaço baseado em determinadas atividades econômicas, ainda, assim, há o predomínio de uma

⁴¹ Esta expressão surge nas obras de Kageyama (1990); Silva (1997; 1999) e Abramovay (2003) com suas contextualizações, mas grosso modo refere-se a um processo de mudança de atividades econômicas, de ocupação, em que rural não é mais, necessariamente, sinônimo de agrícola.

⁴² Conforme Silva (1997)

⁴³ Para Tuan (1980), o ideal de vida urbano é um aspecto do estilo de vida total.

lógica com referenciais: culturais, de valores, políticos, econômicos, arquitetônicos e ideários. Mesmo que muitas atividades, que eram tidas como, tipicamente urbanas, tenham se deslocado para o espaço rural, permanece a lógica econômica de reconhecimento e de categorização. Em muitos casos, no Brasil, há uma certa superficialidade dos relatórios estatísticos, pois, algumas categorias, entre elas os camponeses⁴⁴, passam despercebidas como variável, mesmo prevalecendo a retórica agrária. Há, no Brasil, o predomínio de uma lógica de se pensar o espaço a partir dos referenciais urbanos: economia, modo de vida, políticas públicas, questões ambientais e sociais?

3.2 Análise da família e das peculiaridades da agricultura familiar: uma contextualização dos agricultores do Alto Jequitinhonha

Somos sempre filhos de alguém.
Beaumarchais, 1732-1799⁴⁵

O conceito de família traz em si a complexidade da própria humanidade. Os diversos campos disciplinares⁴⁶, em quaisquer correntes teóricas, são confrontados com as mudanças produzidas pela própria sociedade em relação ao “desenho” da família. Para Lévi-Strauss (1986) família é universal. A vida familiar está presente, praticamente, em todas as sociedades, mesmo naquelas que possuem costumes sexuais e educacionais bastante distantes dos costumes ocidentais. O conceito de família, conforme Bruschini (1989), deveria ser dinâmico, mas está sedimentado em questões sociais e culturais que transcendem a questão demográfica. Para a antropologia, a família, tal como a

⁴⁴ Numa perspectiva liberal ou neoclássica o sistema produtivo camponês é visto como atrasado e distanciado da tecnologia e, pela corrente marxista, as sociedades camponesas estavam fadadas ao desaparecimento.

⁴⁵ Citado por Santos (2002)

⁴⁶ Trabalha-se com este conceito na perspectiva da delimitação feita por disciplinas científicas e profissionais e que geram um quadro conceitual.

conhecemos, atualmente, em nossa sociedade, não é uma instituição natural e assume configurações diversificadas em torno de uma atividade de base biológica; a reprodução, como também o conceito de família refere-se, de um lado a um grupo social concreto e empiricamente delimitável e de outra parte a um modelo cultural e a sua representação. Numa perspectiva da demografia, o conceito definidor de família é a convivência sob o mesmo teto, que implica compartilhar despesas com o consumo de alimentos e de bens duráveis. A unidade de enumeração é o próprio domicílio e a família é entendida como uma unidade de consumo.

Assim, na tentativa de apreender o conceito de família, de um lado o que se tem é o recorte simbólico mais fluido dos estudos antropológicos, demográficos e sociológicos. O estudo sobre a família requer um maior aprofundamento e a combinação de metodologias. Família é um conceito polissêmico, pelo menos no Ocidente, a partir da dinâmica da sociedade atual?

Na atualidade, é tentador falar de **famílias**⁴⁷. Por um referencial estatístico, a partir das pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) censo de 2000 e em especial pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), entre outras variáveis, cresce no Brasil o número de lares chefiados por mulheres. A mulher tem um importante papel de mantenedora e produtora de formas simbólicas e de referencial para os filhos.

⁴⁷ No meu percurso profissional, como professor de ensino fundamental e médio, reiteradas vezes, ocorreram imersões no universo das famílias, a partir da própria relação: escola-família ou a partir do aluno em sala de aula e o seu contexto familiar. Na minha perspectiva empírica, a partir do contexto dos relatos dos alunos e de setores de orientação educacional, tudo indica, está em acelerado processo, um novo “desenho” de família, que entre outros fatores é desencadeado, em parte, pela separação do casal: filhos que moram com a mãe ou o pai; novo casamento e a agregação de novos filhos; alunos que possuem múltiplos domicílios, como casa do pai, da mãe, da avó, da namorada do pai e durante a semana, faz-se um rodízio. A partir desta realidade de famílias, como professor tomei uma decisão pedagógica, influenciada por esta dinâmica, de não marcar tarefas para o final de semana, pois, a agenda familiar de alguns alunos é exaustiva em termos de se colocar em dia as proximidades, os afetos e, também, as desavenças e as angústias. A impressão que se tem é que as mudanças estão ocorrendo sem a devida assimilação dos processos.

Admite-se, neste trabalho, a família como fator de produção de formas simbólicas⁴⁸ e de esteio para a vida em comunidade, isto é, como referencial individual e coletivo, de amparo, de produção de um espaço de diálogo interno e com a sociedade, uma mediação entre as tensões do mundo de dentro e o mundo de fora. Este referencial de família, doravante, irá nortear as análises sobre as famílias de agricultores entrevistadas em Campo Buriti e Poço D'Antas, por se tratar de uma área de agricultura familiar, pela estrutura fundiária de pequenas propriedades. As expressões, **camponês**, **família camponesa** e **campesinato** serão, também, utilizadas na composição textual.

O universo⁴⁹ das sociedades camponesas é composto pela lógica da família, do trabalho e da terra; trabalho e família eles carregam dentro de si e a terra, por sua vez, é o desenrolar desta trama da existência. Contudo, o fator terra tem um peso absoluto na medida em que é o meio de reprodução de uma lógica de existência.

No Alto Jequitinhonha a questão agrária, demográfica e ambiental é, também, o limiar entre o sair e o ficar, a partir da excessiva fragmentação da terra (Ribeiro, 1996). Não obstante, migrar, conhecer o mundo faz parte de um processo de “iniciação”, de conquista da terra livre, capacitar-se para as adversidades do viver (Woortmann, 1990 a). Os camponeses em processos de movimento levam dentro de si os referenciais locais, pois, sair, antes de tudo, é garantir a sobrevivência de um mundo. Migrar é um empreendimento de riscos e cálculos; portanto, de precisão. A migração é um movimento de tempo e espaço, mas não necessariamente de referenciais de vida. São extensões da

⁴⁸ Conforme Thompson (1995, p. 23), “Ao categorizarmos as formas simbólicas como fenômenos significativos que são tanto produzidos como recebidos por pessoas situadas em contextos específicos, também supomos que as formas simbólicas são geralmente transmitidas, de uma maneira ou outra, de produtor para receptor.” Para o autor a transmissão da forma simbólica ocorre pelo, meio técnico, o aparato institucional e o tempo-espaço.

⁴⁹ O termo universo é utilizado como referencial de amálgama e articulação dos diversos elementos que formam o seu cotidiano: os recursos naturais, o modo de vida, os laços simbólicos, os aspectos culturais, o espaço, a sua gênese, isto é, a sua historicidade.

espacialização⁵⁰ dos camponeses para garantir o seu lugar e, portanto, o seu modo de vida. Surge o fator escala, quando se dimensionam os feitos do lugar em relação às distâncias a serem percorridas. É um processo dialético de montagem-desmontagem de uma realidade, por oposição à inércia da contingência.

Kautsky (1980), revela que a indústria e a economia capitalista moldaram, definitivamente, o tipo puro de agricultor que lhes interessavam: o agricultor devotado, diuturnamente, ao trabalho agrícola.

Chayanov (1974)⁵¹, alerta para as peculiaridades do modo de reprodução econômica da família camponesa que, é factível como modelo de análise para a agricultura familiar no Alto Jequitinhonha. Um sistema de produção que está associado no tempo e no espaço a: um modo de vida, a um contexto ambiental, um fator demográfico, uma estrutura fundiária, um referencial de valor, uma peculiaridade econômica que subverte a lógica capitalista. Há uma equação complexa de variáveis que suscitam esta análise: a família (tanto na sua composição, quanto nos aspectos demográficos), a cultura, a terra (como espaço vital de organização e produção, além do fator natural), o valor do trabalho, a apropriação, a hereditariedade, o consumo, os fluxos (entre urbano e rural), o sistema econômico, a relação com o mercado capitalista e as perspectivas de sustentabilidade. A relação tempo–espaço da agricultura familiar ocorre através de um ciclo demográfico e da estrutura fundiária – o ciclo demográfico conforme Chayanov (1974). Nesse sentido, um enfoque central na discussão é o tamanho da família. As comunidades camponesas se estruturam a partir da terra

⁵⁰ Conforme Santos (1997, p. 74) “A espacialização não é o resultado do movimento da sociedade apenas, porque depende do espaço para se realizar. No seu movimento permanente. Nessa busca incessante de geografização, a sociedade está subordinada à lei do espaço preexistente. É o valor atribuído à cada fração da paisagem pela vida – que metamorfoseia a paisagem em espaço – que permite a seletividade da espacialização.”

⁵¹ O autor analisa a economia camponesa russa, que compreende o início do século XX. Funcionário do órgão de estatísticas da Rússia alertou para as particularidades da contabilidade da produção camponesa considerando o tipo de trabalho.

e se moldam aos imponderáveis elementos da natureza, principalmente a fertilidade do solo.

Os diferentes grupos de idade que formam a família surgem como agentes econômicos que podem ser diferenciados: consumidores e ou produtores. Assim, há um ciclo econômico em torno dos pais, que se estrutura na medida em que os filhos crescem e se tornam aptos ao trabalho. Os pais, atualmente, têm ainda um papel importante, pois, muitos a partir da aposentadoria se transformaram no esteio econômico-financeiro da família. Os filhos até a adolescência, são, em sua maioria, consumidores; transformam-se, seqüencialmente, em produtores e, por fim, quando casam, despontam como “problema”, pois, teoricamente, cessa-se o ciclo produtivo e configura-se um dilema espacial (a fragmentação do espaço familiar). Uma das saídas, tradicionais para solucionar esta questão no Alto Jequitinhonha, é a migração para as usinas no estado de São Paulo e outras regiões do país (Ribeiro, 1996). A família, para Chayanov (1974) passaria a interessar como fenômeno econômico e não biológico⁵². Os problemas de organização agrícola camponesa só podem ser verificados mediante uma análise em conexão às atividades da família. O tamanho da família influencia, portanto, na inter-relação entre a estrutura e o volume de atividade.

Há um limite natural para a produção, que é a proporção entre a intensidade do trabalho anual da família e o grau de satisfação das suas necessidades. Por outro lado, há um incremento do nível das necessidades pela influência urbana⁵³. Cabe refletir sobre esta questão. A presença do mercado capitalista se faz sentir tanto pelo consumo familiar quanto pela suas

⁵² Chayanov (1974). demonstra a importância da questão econômica, o que de fato na contemporaneidade, ocorre influenciando no caso brasileiro, entre outros fatores, o declínio da taxa de fecundidade.

⁵³ Para Chayanov (1974, p.88) “as demandas urbanas irão impulsionar a dinâmica agrícola.”

exportações de produtos e o assédio ao imaginário⁵⁴ do jovem em si, mas, também, da própria família na roça através dos efeitos da modernização: “progresso” (**acesso** a bens e serviços públicos), independência econômica, dependência dos serviços bancários. Logo, a economia capitalista e os arroubos da vida urbana forçam os limites do espaço dos camponeses. Vale lembrar que tanto para uma corrente liberal quanto para uma corrente marxista a família de agricultores estava fadada ao desaparecimento. A história nos apresenta a ironia da perspectiva unilateral do economicismo. Na União Européia criaram-se barreiras inexpugnáveis, a partir de subsídios agrícolas, para preservar os seus agricultores familiares; a partir destes, é possível, para uma família portuguesa, na Serra da Estrela, ordenhar uma ovelha ou outra e produzir um queijo de qualidade e reconhecimento internacional. É com certeza uma família de agricultores. No Brasil, os estados, de maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)⁵⁵ são, em especial, Santa Catarina e Rio Grande do Sul o que pode ser creditado à agricultura familiar. Contudo, o sistema capitalista, por sua vez, irá compelir a um novo arranjo espacial, tanto em termos de propriedade quanto na perspectiva de “abertura” do espaço rural para a entrada das influências urbanas. A vida do agricultor familiar é uma historicidade do cotidiano. Para além de um sujeito econômico, há uma miríade de questões de valor que envolvem o ser e o saber de um sujeito humano histórico. É um desafio à corrente do pensamento predominante, principalmente na economia e na demografia, no que se refere ao desenvolvimento, ao crescimento populacional, à fome, ao uso da terra, o lidar com a natureza, os impactos

⁵⁴ Conforme Durand (1998) a imagem midiática está presente desde o berço até o túmulo, ditando as intenções de produtores anônimos ou ocultos: no despertar pedagógico da criança, nas escolhas econômicas e profissionais do adolescente, nas escolhas tipológicas (a aparência) de cada pessoas, até nos usos e costumes públicos ou privados, às vezes como informação”, às vezes velando a ideologia de uma “propaganda” e, noutras, escondendo-se atrás de uma “publicidade” sedutora. Como complemento, consideraria, também, o Estado e todo o seu aparato de controle e normas.

⁵⁵ Ver Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – censo de 2000

ambientais e à capacidade de trabalho. São elementos que, a princípio, se transformam em abstrações estatísticas, mas coadunam da complementaridade, no que se concerne a uma análise mais ampla, inter-relacionada e histórica dos fatos de cada lugar.

As comunidades agrícolas podem, exercer a sua autodeterminação, mesmo que a lógica do mercado, na perspectiva capitalista, estabeleça alguns parâmetros sombrios, tanto de viabilidade quanto de sobrevivência de tais sistemas. Há uma dinâmica do uso da terra que não só varia de uma região para outra, como também dentro de uma própria região, seja pela perspectiva humana, de valores e de atitudes ou dos elementos da natureza, por exemplo, a fertilidade do solo ou a oferta de água.

Logo, se a história é produtora de ambigüidades, cada pessoa é igualmente ambígua⁵⁶, na medida em que a história individual (aqui na perspectiva das comunidades) encerra também a história geral da sociedade. Os processos de formação de Campo Buriti e Poço D'Antas encerram, por sua vez, o próprio mundo, as famílias e os sujeitos humanos históricos que se movimentam pelas contingências.

3.3 Terra em trânsito – comunidades, povoados: razões de existir

Toda paisagem habitada pelos homens traz a marca de suas técnicas (...).
Essas paisagens nos fazem perguntar.
P. Gourou⁵⁷

Talvez uma das primeiras atitudes humanas em relação à paisagem seja a de nomear⁵⁸; por meio da linguagem, o lugar passa a existir; tudo é nomeado, designado numa mistura de afetividade⁵⁹ e concretude⁶⁰.

⁵⁶ Na perspectiva de Woortman (1990 a)

⁵⁷ Citado por Santos (2002)

Para Milton Santos (1997, p. 61), “Tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem.” Guimarães Rosa (2001, p. 131) em um conto titulado *Nada e a nossa condição*, traduz os sentimentos de Tio Man’ Antônio ao vislumbrar a paisagem.

Pelas janelas, olhou;urgia a divagação. Passou a paisagem pela vista, só a segmentos, serial, como dantes e ainda antes. De roda, vislumbração, o que dos vales e serros vem é o que o horizonte é – tudo em tudo. Pois, noutra lança de vista, ele pegava a paisagem pelas costas: as sombras das grotas e a montanha prodigiosa, a vanecer-se, sobre asas. Ajudavam-no, de volta, agora que delas precisava? Definiasse ele, ali, sem contradição nem resistência, a inquebrantar-se, desde quando de futuro e passado mais não carecia. Talvez, murmurasse, de tão dentro em si, coisas graves, grandes, sem som nem sentido.

Ao se analisar a configuração espacial⁶¹, devem-se abrir múltiplas janelas de significados. O termo lugar surge na perspectiva da escala local, portanto, de uma (re)valorização das ações humanas nestes contextos. Da paisagem ao espaço, os sujeitos se constroem, ao mesmo tempo que constroem as configurações espaciais numa simultaneidade de sistemas de ações e de objetos e suas estratégias (Santos, 2002). Não há espaço sem história.

Galizoni (2000) realizou uma análise da percepção, atitudes e valores das pessoas no Alto Jequitinhonha e demonstrou que há uma confluência de fatores ambientais, familiares e culturais que conduzem a formas específicas de uso e

⁵⁸ Conforme Câmara Cascudo (2004, p. 658) “O nome individualizando a coisa deu-lhe personalidade, substância, destino. Destacando-a da espécie, criou-lhe uma fisionomia, estabelecendo uma força mágica, inseparável e perpétua nos dois elementos indestrutíveis, nome e massa nominada.”

⁵⁹ Para Tuan (1981, p. 107), “Quando é irresistível, podemos estar certos de que o lugar ou meio ambiente é o veículo de acontecimentos emocionalmente fortes ou é percebido como um símbolo.”

⁶⁰ O termo concretude, que pode denotar uma certa materialidade não ocorre na frase em contraposição a afetividade, mas no sentido de demonstrar que as atitudes humanas são dialéticas. Há em relação ao ambiente o sentimento de necessidades.

⁶¹ Entende-se por configuração espacial o conjunto de objetos existente sejam estes naturais ou artificiais.

ocupação das terras e, portanto, de comunidades⁶². É factível uma análise do termo comunidade como uma miríade de significados, mas que apresenta uma relação de contextualização com o lugar e o sentido de pertencimento (Souza, 2005). Numa análise geográfica o autor argumenta, que o tipo de ocupação da terra no alto-médio Jequitinhonha ocorreu a partir das grotas (vales) local de moradia e trabalho de famílias de agricultores onde se desenvolveu principalmente um conjunto de atividades de manutenção familiar. As comunidades ou povoados são legendas (interpretações) de territórios, signos⁶³ que demonstram o tempo presente, conciliam o passado e ameaham o futuro. Há um arranjo das relações sociais com o ambiente, no qual um não predomina sobre o outro, simplesmente interagem. Surge uma questão de escala e percepção dos elementos em interação. Ao mesmo tempo, ocorrem fronteiras e pontes em uma narrativa sobre um espaço. Fronteiras, na medida em que os arranjos sociais podem ser momentâneos, mas carregam o peso da história e alguns elementos do espaço, por vezes, se escondem na história de um lugar compartilhado. A ponte pode ser um par dialético, pois refere-se à exterioridade, às possibilidades a mobilidade. Portanto, ao se tentar caracterizar definitivamente os espaços introduz-se uma contradição dinâmica entre cada classificação e sua mobilidade. Há uma tênue linha entre a classificação de um

⁶² De acordo com Galizoni (2000, p. 29) “Há coexistência de usos que forma uma intrincada e ativa trama de direitos, apropriações e posse. Essa trama quase impossibilita delimitar a área de terra de uma família, porque esta depende de uma série de variáveis: tamanho da família, relação entre quantidade de famílias e tamanho da terra disponível, recursos naturais, pressão demográfica e sistemas de posse da terra sancionados comunitariamente. A área de uso de família é fluida, ancorada em código e consenso comunitário; busca a composição de ambientes diversos e apresenta uma grande mobilidade variando no tempo e no espaço.”

⁶³ É fundamental analisar o conceito de signo que, para Santaella (2002), numa perspectiva de Peirce, é algo que apresenta à mente, aquilo que indica e representa e o efeito provocado no intérprete. O fato de algo existir faz daquilo que existe um signo. Existir significa: ocupar um lugar no tempo e no espaço, portanto, o signo representa seu objeto. O símbolo é um signo na medida em que o objeto imediato representa seu objeto dinâmico. Em outras palavras, é a representação daquilo que o signo se refere – uma mediação coma a realidade. Thompson (1995) refere-se a “sistemas simbólicos” construções da ação social.

espaço e as idealizações e concepções de quem a faz. Logo, as classificações devem constituir elementos de análise que considerem a complexidade da realidade, no tecer de uma rede de diferenciações e combinações de espaços.

Nesse sentido, pretende-se discutir os conceitos de classificação dos espaços a partir, do referencial acadêmico, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a classificação utilizada pela Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) e a ressonância dos significados percebidos, entre os entrevistados nos lugares de Campo Buriti e Poço D'Antas.

Conforme Tragtenberg, em sua introdução à edição brasileira da Metodologia das Ciências Sociais de Weber (2001), “a *sociedade* segundo Tonnies, é a base da civilização racionalista, pragmática, urbana e industrial. São estruturas históricas, na medida em que nenhuma sociedade que existe deixará de ser precedida pela *comunidade*.” Comunidade representaria um referencial local, numericamente restrito ou etnograficamente estabelecido?

Weber (2001, p. 324) analisa o “agir em comunidade” a partir de um agir subjetivamente racional. “*Agir em comunidade*, para nós, significa: 1) um comportamento historicamente observado ou 2) um comportamento teoricamente construído como sendo objetivamente “possível” ou “provável” [...]” Durkheim (1978), por sua vez, denomina de solidariedade orgânica (sociedades primitivas) e solidariedade mecânica (sociedades industriais).

Os conceitos apresentados podem indicar uma pista para a designação dos arranjos dos espaços, pelas relações sociais que, via de regra, são estabelecidos pela mediação de parâmetros técnicos através de alguma instituição vinculada ao Estado⁶⁴ ou a uma organização privada.

⁶⁴ Trabalha-se com o conceito de Estado como instituição da dominação “legal”. Para Weber (2001, p. 349-350) “A dominação “legal” em virtude de ser “estatuto”. O seu tipo mais puro é indiscutivelmente a dominação burocrática. A sua idéia básica é a seguinte: qualquer direito pode ser criado e modificado mediante um estatuto sancionado corretamente no que diz respeito à sua forma.”

Por outro lado, se perscrutarmos a perspectiva da antropologia, o conceito de comunidade está relacionado com um complexo: de cultura, de parentesco, de organização econômica, de organização política, de cultura material, de linguagens e formas simbólicas. Surge justaposta, também, a questão espacial. Assim, comunidade seria, um arranjo territorial cultural e que, conforme Marconi (1998, p. 56), “nem sempre corresponde às divisões geográficas, administrativas ou políticas.” Como exemplo deste arranjo, Campo Buriti está nos limites da jurisdição administrativa dos municípios de Turmalina e Minas Novas. A associação das artesãs tem a sua sede em Campo Buriti, que recebe influências de Turmalina e se chama Associação das Artesãs de Coqueiro Campo, que pertence a Minas Novas. Por outro lado, o projeto da Escola Família Agrícola (EFA) – Centro de Educação Arte por Alternância de Turmalina – MG (CEART), que tem suas bases no artesanato de Campo Buriti, fica na Comunidade de José Silva, localizada no município de Turmalina. Pretende-se, com este exemplo, demonstrar que o artesanato é um referencial cultural para as comunidades que, tudo indica, se arranjam à revelia da localização territorial em termos geográficos e administrativos. Contudo, por trás de uma multifuncionalidade do espaço pode haver uma barganha pelas áreas de influência das administrações municipais. Os limites intermunicipais informados na Folha de Minas Novas, MG do IBGE – 1983, estabelecem que Campo Buriti está totalmente sob a jurisdição de Minas Novas. Entretanto, foi a prefeitura de Turmalina que investiu na implementação do sistema de bombeamento das águas do rio Fanado e também faz a sua manutenção. Na assistência médica, por exemplo, o serviço de consultas é mantido pela prefeitura de Turmalina, bem como o Programa Comunitário de Saúde (PCS), cuja agente de saúde é de Campo Buriti. Este nó na configuração espacial pode ter suas origens nos “arranjos culturais territoriais” ou nos arranjos da territorialização das “influências políticas” ou até na ausência destes.

Há, portanto, uma certa ambigüidade marcando o debate. Quando se referencia por um significado, a própria opção leva a um novo questionamento ou a uma nova formulação. Porventura, o termo comunidade não é polissêmico e obtém significado a partir das, contingências, sociais, demográficas, ambientais e espaciais nas quais as pessoas estão inseridas?

Valendo-se do princípio antropológico do sistema de parentesco é possível amear um conceito de comunidade, por exemplo, em Campo Buriti. Durante as entrevistas, foram recorrentes os indícios de parentescos, seja da comunidade de onde se originaram as famílias, seja dos sobrenomes ou dos arranjos das famílias. Já em Poço D’Antas, um dos entrevistados lamenta a transitoriedade⁶⁵ das relações, pois, não é possível “confiar” em uma pessoa que vem de fora, fica pouco tempo e depois vai embora; os laços não são estreitados na comunidade, no lugar. Poço D’Antas seria um espaço “globalizado”?

Em Poço D’Antas a presença da Igreja Católica, por meio da Comunidade Eclesial de Base (CEB), é referendada pelo discurso de alguns entrevistados, principalmente dos senhores Emídio e Domingos. Na segunda visita a este lugar, para que se pudesse aplicar o pré-teste do questionário, ficou mais claro o quanto o papel da CEB⁶⁶ repercute, ainda hoje, no conceito de comunidade⁶⁷. “Uma idéia de formar a comunidade, a partir da união dos moradores das grotas por volta do início da década de 1980”. Um dos discursos era o de que as melhorias “não poderiam vir para uma pessoa só”. Para “imbuir” os moradores foi elaborada uma cartilha⁶⁸, explicando as diferenças entre uma

⁶⁵ Como Poço D’Antas está localizada à margem de uma rodovia (MG 308) e inserida no contexto das empresas de eucalipto, muitas pessoas deslocam-se de outras regiões em busca de emprego, que na maioria das vezes são temporários. Foram citadas, por um dos entrevistados, as seguintes localidades: Montes Claros, Pirapora, Grão Mogol, entre outras.

⁶⁶ Ver Souza (2005)

⁶⁷ Conforme Frei Beto (1981, p. 17) “São comunidades, porque reúnem pessoas que têm a mesma fé, pertencem à mesma igreja e moram na mesma região. Motivadas pela fé, essas pessoas vivem uma comum-união em torno de seus problemas [...]”

⁶⁸ O sr. Domingos guarda um exemplar desta cartilha.

comunidade, o comunismo e o socialismo. Houve uma liturgia de um espaço de união das pessoas que talvez tenha sido uma forma de trazer estes sujeitos humanos históricos para a visibilidade das políticas públicas. Uma pedagogia do encontro⁶⁹; a união das pessoas em uma comunidade, capaz de reivindicar o direito aos serviços públicos: escola, energia e água. Esta liturgia da comunidade ressoa, também, em Campo Buriti.

Durante as entrevistas, havia uma sobreposição do conceito de comunidade que, ao mesmo tempo, era utilizado para referir-se às comunidades na roça: as **comunidades rurais dispersas** e ao “povoado”.

É possível agregar a este debate uma discussão a partir do conceito de comunidade fundamentado em uma ideologia. E complicado conceituar o termo ideologia há um amálgama de fatores, principalmente religiosos e de opções políticas, que compõem este referencial. Para Thompson.

A análise da ideologia pode ser vista como uma parte integrante de um interesse mais geral ligado às características da ação e da interação, às formas de poder e de dominação, à natureza da estrutura social, à reprodução e à mudança social, às qualidades das formas simbólicas e a seus papéis na vida social (1995, p. 16).

Nesse sentido, é factível conceber que o termo comunidade seja uma construção das pessoas no seu cotidiano, em que as relações de poder criam espaços de participação, negociação e, também, de conflito. No que tange às formas simbólicas, por exemplo, elas estão relacionadas à concepção de conjunção cultural e todos os mecanismos que estimulam, pensamentos e ações, quando associados com um devir.

⁶⁹ Para Frei Beto (1981, p. 34) “É o próprio povo que deve assumir a direção de sua caminhada. As pessoas do meio popular tomam em mãos essa direção através das lideranças geradas e consolidadas pelo próprio trabalho.”

Numa outra perspectiva de análise, o conceito de comunidade poderia ser vinculado a um contexto de microbacia hidrográfica, isto é, uma unidade espacial de interações entre as pessoas. As famílias se inter-relacionam a partir da reciprocidade exercida pela água, seja pelo próprio sentido de fluxo ou pelo simbolismo representado por este recurso, quando associado à sobrevivência e ao ciclo da natureza: períodos de seca e de chuva, escassez e abundância, produzindo mecanismos de proximidades entre as pessoas. A microbacia é um sistema de “canais de comunicação”. É possível assinalar a similitude dos fluxos fluviais e de migrantes, mostrando que os cursos de água atuam como agentes importantes na esculturação do modelado terrestre; o fluxo de pessoas (migrantes), de mercadorias e serviços (comércio e transporte) e de idéias (comunicações) é agente crucial na modelagem geográfica de qualquer área e na organização espacial (Crhistofoletti, 1978).

Este contexto de microbacia pode, também, definir unidades representativas como parâmetro de planejamento e da gestão de políticas públicas, na medida em que este universo de análise tem uma função ecológica em um sentido mais amplo. É possível uma análise integrada das ações humanas produzindo, cultura, atitudes e valores em relação ao ambiente processos de uso, ocupação e conservação do solo e, também, impactos ambientais⁷⁰. A presença dos maciços de eucaliptos, um cercamento dos lugares e os possíveis impactos ambientais deste uso da terra na grotta (vale) ressoam no discurso dos entrevistados sobre a falta d'água na grotta, principalmente em Campo Buriti uma vez que esta atividade intensiva de plantio ocupa grandes extensões de chapadas do Alto Jequitinhonha, que são, do ponto de vista ecológico um

⁷⁰ Esta idéia surgiu por um diálogo com o professor José Aldo Alves Pereira, do Departamento de Ciências Florestais da Universidade Federal de Lavras, em que se buscava um referencial teórico acerca dos impactos da monocultura do eucalipto.

geossistema⁷¹: importantes áreas de recarga a partir do ciclo da água e que também podem ter precipitado o descolamento de comunidades da grota para a chapada (no próximo capítulo esse tema será melhor explorado).

Um fato que pode referendar a concepção de **comunidade de fluxos de comunicação em microbacias** é a realidade encontrada em Poço D'Antas e Campo Buriti. Quando se perguntou sobre a origem do casal, vários são egressos de comunidades designadas como córregos: Palmital, Cachoeira, Martins, Macedo e Poço D'Antas, além de Olhos D'água. Estas designações das comunidades rurais remetem à superposição das condicionantes demográficas em relação ao sistema agrário e à fragmentação de uma propriedade a partir do princípio de herança. Logo, a comunidade é uma composição das famílias gerando, ao mesmo tempo, ações sobre o ambiente, integradas pelos fluxos: uma reciprocidade pelos corpos d'água; um conhecimento da terra acumulado por gerações, muitas vezes desprezado pelas racionalidades técnicas a partir da própria história de ocupação das grotas(vales).

O significado é essencial para os seres humanos. A percepção de mundo do indivíduo e o compartilhamento destas experiências pela intersubjetividade se estabelecem com a realidade através de uma rede de sentidos. A excessiva fragmentação, especialização e setorização com que se analisam os espaços, é uma barreira que se coloca a um entendimento mais amplo da realidade.

Em Campo Buriti, a fartura do artesanato em cerâmica pode advir do vale do rio Fanado com suas comunidades rurais em fluxos de comunicação, como gotas de água que formam um oceano de possibilidades. Logo, laços

⁷¹ Para a compreensão de um geossistema, deve-se partir do princípio de que todos os sistemas naturais são dinâmicos e capazes de modificar os seus estados através de transformações contínuas. No contexto da análise de comunidades de fluxos em microbacias, pensa-se numa ampliação do geossistema inserido as ações antrópicas sejam estas sociais, culturais de uso e ocupação do solo. O que rege este sistema é o princípio da incerteza e de um processo dinâmico, equilíbrio, desequilíbrio e reequilíbrio constante (Drew, 1986).

simbólicos se estabelecem entre os corpos d'água. As partes que compõem o todo da comunidade são significantes e têm significado próprio, para cada pessoa e para a própria comunidade. Parte-se da concepção de que Campo Buriti e Poço D'Antas são semiologias⁷² do espaço, pois, traduzem as ações dos sujeitos humanos históricos na construção das suas realidades no cotidiano. Logo, tais espaços são signos da lógica destas comunidades que estão inseridas em contextos mais amplos de influências. Estas pessoas são construtores, também, de espaços complexos, pois, situam-se nas zonas de ambigüidades da história, quando se analisa, por exemplo, o desenvolvimento no Brasil, pela variável do **acesso** aos serviços públicos. Pode se dizer que estas populações desafiam a inércia e se lançam para um processo de construção, como se estivessem falando a partir da configuração espacial. Assim, se tornam visíveis pelo adensamento e pelas demandas de serviços públicos que se materializam pela densidade, ao contrário da fluidez destas demandas dispersas na roça. Por meio dos “povoados” os sujeitos produzem uma linguagem⁷³ que, teoricamente, pode ser lida, mas nem sempre entendida pela gestão pública, devido às múltiplas variáveis que a compõem. Por certo não é através da resignação, outrossim pelas ações da razão da prática dos sujeitos no seu cotidiano: o artesanato, a Escola Família CEART, a manutenção dos seus terrenos na grota, o trabalho nas empresas, as migrações para as usinas em São Paulo e outras regiões do Brasil.

⁷² O espaço, numa perspectiva semiológica, é uma produção das diversas linguagens humanas, signos que são interpretados pelos sujeitos históricos em seus contextos. Para Barthes (2000, p. 11), “Prospectivamente, a Semiologia tem por objeto, então, qualquer sistema de signos, seja qual for sua substância, sejam quais forem seus limites: imagens, os gestos, os sons melódicos, os objetos e os complexos dessas substâncias que se encontram nos ritos, protocolos ou espetáculos, senão constituem “linguagens”, são, pelo menos, sistemas de significação.”

⁷³ Em Barthes (2000, p. 12) “Essa linguagem, entretanto, não é exatamente a dos linguistas [...], mas fragmentos mais extensos do discurso; estes remetem a objetos ou episódios que significam sob a linguagem, mas nunca sem ela.”

Até o momento, a expressão “povoado” surge sob aspas, pois, não está clara a utilização de tal conceito no contexto da pesquisa. A classificação a seguir parte dos setores censitários rurais publicados pelo IBGE (2000) a partir do censo de 2000, **rural-povoado**: setor rural situado em aglomerado rural isolado, sem caráter privado ou empresarial, ou seja, não vinculado a um único proprietário do solo (empresa agrícola, indústria, usina, etc.), cujos moradores exercem atividades econômicas no próprio aglomerado ou fora dele. Caracteriza-se pela existência de um número mínimo de serviços ou equipamentos para atendimento aos moradores do próprio aglomerado ou de áreas rurais próximas.

A classificação do IBGE, a despeito da sua coerência em termos de designação como rural, soa como uma ironia quanto à gestão do espaço no Brasil, uma vez que alguns referenciais são vagos. Por exemplo, “número mínimo de serviços ou equipamentos” deve referir-se aos serviços públicos. As comunidades adensadas possuem serviços de energia, água, mas não há saneamento nem coleta de lixo. Para tanto, a Previdência Social deveria utilizar como referencial de concessão dos benefícios da aposentadoria a classificação do IBGE. Não é o que vem ocorrendo em relação aos moradores de Campo Buriti e Poço D’Antas.

A origem dessas incongruências residem em certa disfunção do Estado brasileiro, desde o período colonial, em vincular a ocupação e a organização do espaço a um sentido mais utilitarista na perspectiva econômica e menos social. Por outro lado, a relação do Estado com a sociedade brasileira, pelo menos de grande parcela da população, foi de coação e de patrimonialismo a partir das oligarquias (Martins, 1981). No caso de Campo Buriti e Poço D’Antas, o serviço de energia é formalizado pela CEMIG e o abastecimento de água é um misto de ações da comunidade, que assume a gestão do sistema e assistencialismo municipal. Qual destes serviços deve ser considerado como referência? A

questão de classificação do uso do espaço, no caso brasileiro, é deixada à revelia dos municípios e não há uma regularização dos conceitos e parâmetros. A CEMIG traz a energia ao debate, uma vez que estipula, para os seus consumidores, classificações de uso. Há, em Campo Buriti, como em Poço D'Antas, uma certa perplexidade em relação à metodologia adotada pela companhia. Para ilustrar a questão, apresentam-se as análises de faturas de energia de dois consumidores: a) uma tem estampada POVOADO de Poço D'Antas 39660-000 Turmalina, e é classificado como consumidor residencial; já na conta referente a sua terra vem a designação de CGO (córrego) dos Macedo; b) em Campo Buriti, há uma fatura cujo endereço vem escrito VIL de Campo Buritis 39660-000 Turmalina e, logo abaixo, POV. Campo Buriti. Admite-se que as abreviaturas designem VILA e POVOADO, respectivamente. Os entrevistados clamam por uma classificação não excludente. Por exemplo, é comum surgir classificação de residencial para uma família e de rural para outra, sendo que ambas residem na mesma localidade. Em entrevista com a funcionária, da concessionária de energia em junho de 2006 através de telefone, a controvérsia se estabeleceu na medida em que esta listava os referenciais utilizados pela empresa para “classificar os consumidores”:

- a base de dados dos cadastros das prefeituras municipais, como suporte para estabelecer a classificação;
- a demarcação geográfica tem peso secundário, quanto à classificação do consumidor como rural, para isto, é necessária a comprovação através do ITR;
- o conceito de tarifa rural está associado ao processo produtivo agrícola e não necessariamente ao domicílio;

- não importa a característica do espaço, mesmo que não se tenha registro de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) através da prefeitura.

É de bom termo frisar que não há, conforme os entrevistados, registros dos imóveis, seja em cartório ou na própria prefeitura. Logo, não seria possível ter **acesso** a um banco de dados confiável ou atualizado do uso e ocupação do solo. Como estabelecer um sistema de informação sobre o uso e ocupação do solo capaz de considerar a complexidade dos lugares? Nesse sentido, também, a classificação de Campo Buriti e Poço D’Antas, quanto ao tipo de espaço, é permeada por ambigüidades. Os sujeitos humanos históricos, nestes casos, se anteciparam ao Estado, o que produz uma relação tempo-espaço dissociada da realidade formalizada pelo poder público⁷⁴.

Nos referenciais da demografia há, também, uma forte vinculação com as questões econômicas relacionadas à densidade da ocupação do espaço. O termo “povoado”, nesta perspectiva, pode ter uma relação mais direta com a ocupação do espaço e a densidade do que com as características, sociais, culturais, históricas, geográficas e ambientais da localização, embora a União Européia adote o referencial de densidade para a definição de cidade, por exemplo⁷⁵.

Na geografia, ciência que tem no espaço o seu palco de análise, há uma tradicional classificação hierarquizada. O sistema campo-cidade deve ser analisado numa perspectiva de modificação das inter-relações entre os lugares, advindas das mudanças proporcionadas pelos processos de comunicação, transporte e de produção. Conforme Santos (1987, p. 55), “Pelo esquema tradicional [rede urbana], havia uma série de degraus, de etapas, e galgá-los era

⁷⁴ Ver Veiga (2002)

⁷⁵ Ver Veiga (2002)

crescer em importância, subir na hierarquia, ascender na escala urbana”. Em uma **nova hierarquia urbana** o abandono do esquema hierárquico tem como argumento a história. Logo, os novos referenciais devem considerar as transformações reais ao longo do tempo. O interessante, na geografia, é que a relação cidade-campo se estabelece a partir de uma rede urbana, isto é, povoado ou vila existem dentro de um contexto de fluxos interurbanos, regionais, nacionais e até internacionais. Portanto, a análise para ser válida, não pode ser vazia da história concreta (Santos, 1987). O nó da questão conceitual aloja-se na falta de preocupação com as relações presididas pela história corrente, isto é, como classificar Campo Buriti e Poço D’Antas sem conhecer o seu processo de formação? Nesse sentido, pode-se questionar que seria impossível estabelecer mecanismos de análises empíricas para cada lugar no Brasil. Entretanto, o que a metodologia atual apresenta são espaços sem geografia e sem história. O termo “povoado”, ao que tudo indica, continuará grafado sob aspas na perspectiva deste trabalho. Diante dessa multiplicidade conceitual e em consonância com o contexto da pesquisa, tendo em vista os resultados que serão apresentados e analisados, pretende-se adotar a classificação de: **comunidades rurais adensadas**. Isso se justifica por tratarem-se de espaços – Campo Buriti e Poço D’Antas – que despontam como **zonas de ambigüidades** ou **espaços híbridos**; estão no limiar dos referenciais, teóricos, demográficos e estáticos referendados pelo IBGE, pela academia ou pelas empresas, como foi apresentado anteriormente. Trata-se, por certo, de uma questão de método de análise do espaço. Santos (2002) alerta para o equívoco epistemológico da Modernidade de pretender trabalhar a partir de conceitos puros. Discorre o autor sobre a questão: “já que a realização concreta da história não separa o natural e o artificial, o natural e o político, devemos propor um outro modo de ver a realidade [...]” Para Latour (1994)⁷⁶, “por que, então, em nossa construção epistemológica, não

⁷⁶ Citado por Santos (2002)

preferimos partir dos híbridos, em vez de partir da idéia de conceitos puros?” O termo híbrido deriva do grego *hybris* que significa mistura, desmesura, desequilíbrio. Para dar conta do híbrido, talvez seja necessária uma concepção de complexidade do espaço, o que, de fato sempre o foi. Contudo, nos parâmetros de planejamento ainda vigentes, os diversos agentes públicos ou privados recorrem a um excesso de abstrações e referenciais estatísticos, que são importantes como método prospectivo, mas, por vezes, não resistem a uma empirização e a complexidade da vida cotidiana.

Espaços híbridos são concepções que produzem, neste caso, um amálgama das influências e dos referenciais urbanos e rurais. São espaços da complexidade conforme demonstrado na Figura 5.

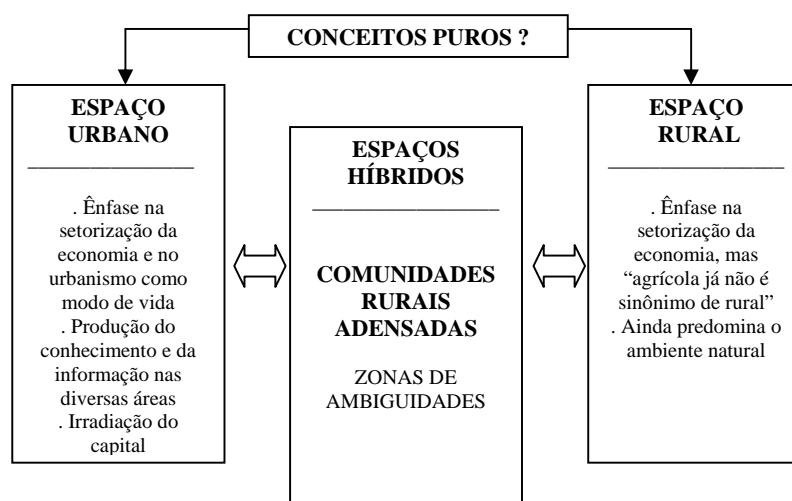


FIGURA 5 Espaços híbridos como zonas de ambigüidades

A concepção de **comunidades rurais adensadas** pode ser visualizada na Figura 6.

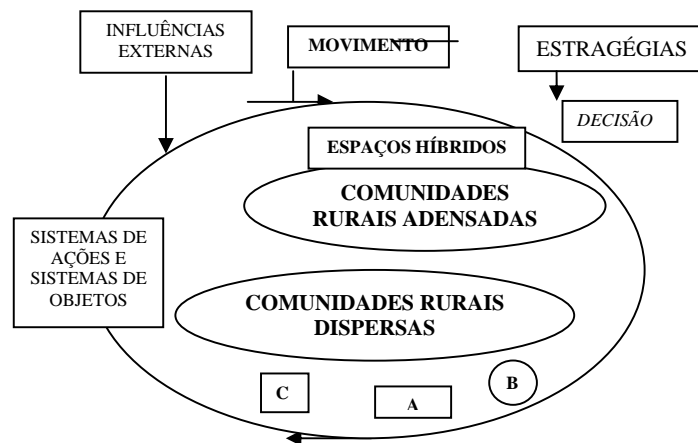


FIGURA 6 As comunidades rurais adensadas como amálgamas dos movimentos, a partir da tomada de decisão, de famílias de agricultores em comunidades rurais dispersas

As comunidades rurais dispersas participam, simultaneamente, da construção das comunidades rurais adensadas, uma vez que ofereceram as suas populações o modo de vida e, também, os vínculos com a terra e complemento da renda por meio da agricultura. Estes espaços coabitam os referenciais dos sujeitos. Não há início nem fim neste movimento, outrossim a tomada de **decisão**⁷⁷ que se constrói por múltiplos referenciais e não somente pelo econômico. A partir da tomada de decisão, as famílias decidem por seus referenciais e, também, pela idéia do **acesso**, a flexibilização da inércia. Assim, as famílias de agricultores podem ter configurado a sua decisão de mobilidade pelo espaço inter-relacionando os seguintes fatores⁷⁸:

- 1) as decisões foram tomadas a partir da percepção do ambiente;

⁷⁷ Ver Simon (1957) citado por Johnston (1986) e a teoria da tomada de decisão que pressupõe uma racionalidade em que o sujeito não consegue dominar todas as informações.

⁷⁸ Estas análises foram estabelecidas a partir dos pressupostos de Kates citado por Johnston (1986) considerando as ações racionais dos sujeitos em uma análise do ambiente.

- 2) muitas decisões são simples e rotineiras, outras complexas, pode-se dedicar muito ou pouca reflexão;
- 3) as escolhas são feitas com base no conhecimento da realidade, e não é possível assimilar todas as informações;
- 4) a informação sobre a realidade, em um dado momento, é avaliada por referenciais de um contexto.

Pensa-se em um movimento circular complexo, para além de uma noção de centro e periferia, uma vez que seria possível manter um vínculo com os dois lugares. Sabiamente, estas pessoas têm o devir como variável do cotidiano. Não se encerram ciclos, que são absorvidos (re)trabalhados. Quanto aos sistemas de ações e sistemas de objetos há uma dinâmica entre eles que pactua com a história e se consubstancia em fluxos (migração, transporte, circulação) e fixos (domicílio, construções) que interagem a todo instante. A configuração territorial, ou configuração geográfica, tem, pois, uma existência material própria, mas sua existência social, isto é, sua existência real, somente lhe é dada pelo fato das relações sociais (Santos, 2002). São sistemas interdependentes e em movimento. Estas configurações se arranjam a partir da produção de significados pelos sujeitos humanos históricos.

Qual a lógica predominante neste contexto de classificação do espaço? É a institucionalizada, principalmente pelos processos econômicos que, por vezes, suplantam as intenções políticas e os interesses da sociedade? A atividade humana não consiste numa série de atos separados, mas num fluxo contínuo de conduta (Giddens, 2002). Este fluxo tem uma capacidade transformadora, um efeito de modificações constantes no sistema de redes e fluxos. Criar e inovar são verbos transitivos que convivem dentro do discurso da mudança, mas apresentam significados diferenciados. Entretanto, são conjugados em uma comunidade, quando há liberdade e valorização da participação. Acrescente-se a

isso a dinâmica da cultura. Em alguns casos, a sociedade brasileira antecipa-se ao Estado nas tomadas de decisões, o que não quer dizer que tenha êxito; contudo, é patente a disposição da comunidade destes lugares em cuidar-se. Em que se pese a importância da temática, a discussão efetiva parece girar em torno de representações e percepções que tendem mais pela justificativa dos agentes econômicos do que pela gestão integrada, multidisciplinar ou compartilhada do espaço ou, como querem alguns, do território. Entretanto, tudo o que se pode dizer sobre o espaço é trabalhar com o tempo, processos e mudanças, múltiplos referenciais. É um dilapidar das certezas. As sombras das grotas são iluminadas pelo devir da história.

4 COMUNIDADES RURAIS ADENSADAS DE CAMPO BURITI E POÇO D'ANTAS

Humanista, quantificador, o que você quiser-nunca é errado ocultar
o seu próprio pensamento; é quase sempre errado ignorar o dos outros.
(O. H. Spate)⁷⁹

Conforme a metodologia proposta, pretende-se uma análise dos espaços Campo Buriti e Poço D'Antas, a partir de uma fragmentação do todo, o que permitirá um detalhamento das informações e suas inter-relações. Por conseguinte, ocorrerá uma necessária e importante reintegração destas partes. Objetivou-se uma análise com vistas a um enredamento das informações de caráter textual ancoradas pelos resultados tabulados, sendo alguns demonstrados em organogramas, que permitirá uma perspectiva de correlação das respostas com as variáveis e a escrita em uma análise qualitativa. Algumas questões possibilitaram a formulação de blocos de primeira e segunda resposta o que produziu um escopo de análise mais amplo. Os entrevistados, em muitos casos, participaram produzindo reflexões da sua realidade, inter-relacionando contextos com posturas críticas e argumentações factíveis de sujeitos humanos históricos da ação-reflexão.

Neste contexto, surgem “teóricos do cotidiano” que vivenciam as transformações e tecem reflexões sobre os movimentos. Apresentam reflexões para processos, socioeconômicos, agrários, ecológicos e de planejamentos. Pode-se aventar que as pessoas são influenciadas pelo que ouvem, pelo que lhes ensinam ou doutrinam. Pode ser, mas cada um reflete o que percebe da sua realidade, há sempre um espaço para as **qualidades humanas**. É para estas pessoas que se devem colocar as questões que dizem respeito sobre o seu lugar,

⁷⁹ Citado por Tuan (1980)

porque ser humano é, a um só tempo, desejo e consciência de si, desejo refletido tendo o conhecimento de si e das condições atuais da sua vida. Estas pessoas se reinventam no movimento das coisas. Há uma **arte do dizer**⁸⁰ nas práticas e ações dos sujeitos.

Contudo, ver de fora, por mais comprometido que seja o olhar, é ter uma visão distanciada por “filtros culturais”.

Descortinam-se as análises a partir de Campo Buriti, por ter sido o espaço por onde se iniciou o processo de contato com o universo de pesquisa. As análises de Poço D’Antas, admite-se, foram efetuadas à luz da imersão na realidade por Campo Buriti. Não obstante os lugares estarem localizados relativamente próximos; cada um tem, à sua maneira, os seus encantos e cada um é, também, o “mundo à sua maneira”. Assim, os espaços em questão apresentam similitudes e especificidades que afloram na medida em que se aprofundam as análises e discussões.

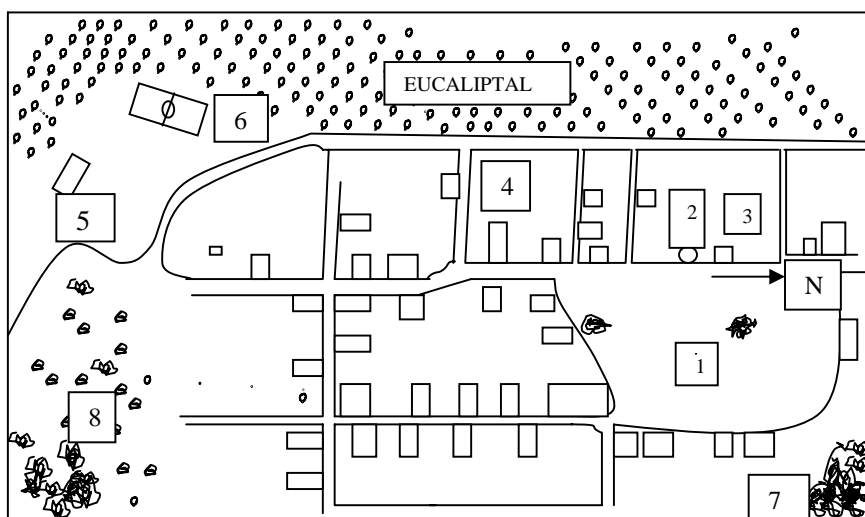
4.1 Campo Buriti

Os lugares nos contam histórias. Eles fazem parte do momento ali vivido. Onde encontrar Campo Buriti, por entre caminhos, que cortam a chapada e cindem os maciços de eucaliptos? Esta comunidade rural adensada não se esconde por entre os emaranhados de trilhas ao longo de incólumes paredões verdes. Ao contrário, se apresenta com suas histórias. Neste cercamento flui a capacidade humana de lidar com o tempo e o espaço. Por meio das múltiplas linguagens, Campo Buriti se apresenta.

O povoamento conquistou o topo da chapada aplainada pelos agentes erosivos. Campo Buriti tende para uma centralidade. Na praça de terra batida, antigo campo de futebol, as ruas afluem para este local onde se localizam a

⁸⁰ Na perspectiva de Certeau (1994)

capela e a caixa d'água, que desponta sobranceira acima das casas, em sua maioria, de uma arquitetura de linhas simples. A partir da praça, em um eixo principal, surge o Centro de Artesanato: um museu vívido de cultura e arte de modelagens contínuas como a vida dos moradores do lugar. Em direção à entrada da comunidade localiza-se, o posto telefônico, a escola e um campo de futebol gramado. Para visualizar parte do sítio de Campo Buriti, ver a Figura 7:



Legenda: 1. Praça central; 2. Caixa d'água; 3. Capela Senhor Bom Jesus; 4. Centro de Artesanato; 5. Escola; 6. Campo de futebol; 7. Mata: divisa com Coqueiro Campo; 8. Cerrado e mata de encosta (nascente)

FIGURA 7 Croqui parcial de referência: Campo Buriti

O artesanato da comunidade chama a atenção por suas peças peculiares de uma estética que remonta às cerâmicas indígenas, conforme informações das próprias artesãs. O interessante é que, a cada queima, as peças apresentam cores diferenciadas, devido às reações dos minerais contidos na argila, precipitadas pelo fogo. Se for possível uma metáfora com o tempo, o povo também se molda

ao espaço, criando e recriando expectativas, novas cores de possibilidades. Esta atividade é um referencial de continuidade entre gerações, na medida em que as(os) jovens aprendem e apreendem o ofício e o associam com uma perspectiva de futuro. Nos perímetros de Campo Buriti há uma tênue linha divisória entre áreas ainda preservadas de vegetação nativa e o “voraz” avanço do plantio de eucalipto, conforme demonstrado na Figura 8.

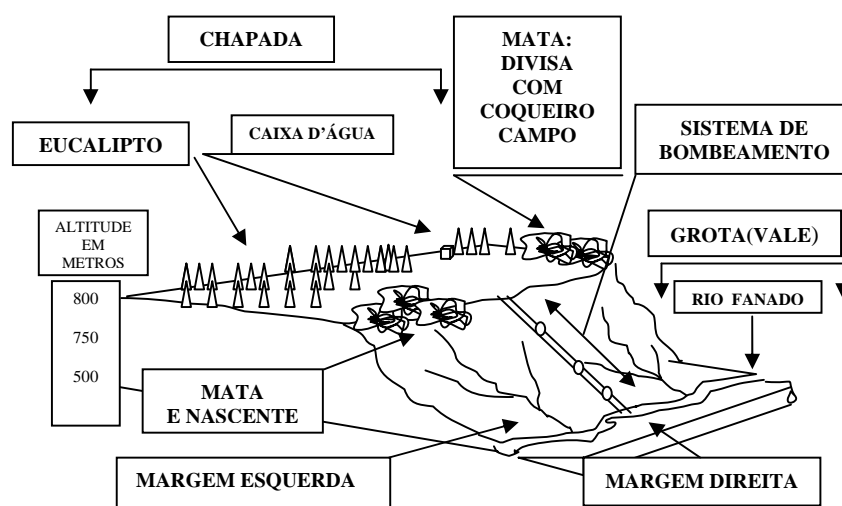


FIGURA 8 Perfil parcial de Campo Buriti e o sistema de bombeamento de água do rio Fanado

Durante o primeiro trabalho de campo exploratório, em Campo Buriti (março de 2006), entrevistou-se a líder comunitária⁸¹, a senhora Faustina Lopes

⁸¹ Utiliza-se a expressão líder comunitária ao se referir à pessoa da senhora Faustina presidente da Associação Comunitária de Educação Rural de Turmalina (ACERT) por se tratar de uma cidadã envolvida com as causas da comunidade em Campo Buriti, em especial com a questão da educação: implementação da Escola Família Agrícola (EFA) Centro de Educação e Arte por Alternância de Turmalina – MG (CEART) comunidade de José Silva.

da Silva, professora primária municipal aposentada, que informou a existência de, aproximadamente, 150 famílias. Contudo, durante o processo de aplicação dos questionários, surgiram novos números acerca das famílias e uma contabilização da população total do povoado. Conforme informações da agente de saúde, Teresinha Lopes dos Santos, a população de Campo Buriti é constituída por 132 famílias num total de 532 habitantes. O processo de entrevistas das famílias ocorreu em junho de 2006 e o perfil dos entrevistados foi definido em consonância com estratos de amostragem já analisados na metodologia.

A partir das informações da professora Faustina e de uma conversa informal, no “ponto central do lugar”, com os moradores Joaquim Gomes, José Gomes, senhor Isaias, José Maria e Mário Dias de Sousa, foi possível traçar o seguinte perfil da origem de Campo Buriti: as primeiras casas surgiram nos idos de 1965-1967, a partir de um campo de futebol. Esta informação foi confirmada por 80% dos entrevistados. O campo foi improvisado por rapazes egressos do corte da cana-de-açúcar nas usinas em São Paulo, ávidos por um lazer. Tais certames desencadearam a montagem de uma incipiente infra-estrutura de comércio e serviços, que conduziu a uma ocupação mais efetiva do lugar. Nos anos de 1970, as primeiras cisternas foram perfuradas. Entretanto, foi nos últimos 15 anos que o adensamento se avolumou. As pessoas que para ali se dirigiam, a fim de fixar residência, almejavam, o “conforto” e a facilidade de comunicação, o **acesso**. O termo “conforto” é utilizado pela professora Faustina e outros moradores da localidade como sinônimo de **acesso** a serviços públicos, tais como água, educação, energia, além de facilidade de transporte, assistência médica e serviços bancários, entre outros. A professora Faustina fez uma reflexão sobre os processos, que conduziram ao surgimento de Campo Buriti na chapada:

*Para mim, tem algumas explicações que envolvem a mudança das pessoas da grota para chapada. Uma delas é a idéia de união para conseguir os direitos e que tem uma referência nos cultos, da Igreja Católica no anos de 1980, aos domingos onde discutíamos os problemas e as necessidades do povo da roça. Uma outra é a chegada das empresas de eucalipto abrindo estradas. Existe, também, a idéia do **conforto** [serviços públicos e facilidade de transporte]. As famílias ficavam muito isoladas, como o meu caso [o marido migrava todo ano durante uns oito meses para o corte da cana-de-açúcar nas usinas em São Paulo]. Outro problema era a escola, porque as crianças tinham que andar muito.*

Como a região é susceptível à migração sazonal, nos meses (abril a novembro) de corte da cana-de-açúcar nas usinas de São Paulo, a agregação das famílias cria um sentimento de proteção, se comparada com a dispersão do espaço das comunidades rurais na grota. Isso leva muitas mulheres a desenvolverem uma gestão da vida familiar nestes períodos, em especial, e uma forte influência nas decisões domésticas. Uma entrevistada, que pratica uma gestão do “pluralismo”⁸² doméstico e das inter-relações, é a Cida, separada, chefe de família e residente em Campo Buriti. Ela tem quatro filhos com idade entre 12 e 1 ano e 3 meses. Diz-se gestão do pluralismo, pois, ela trabalha na cantina da escola, planta uma pequena horta, cuida das crianças e, também, pratica a arte de modelar o barro, cujas peças mostrou com orgulho e potencial. Separada do marido veio ter em Campo Buriti, após viver em Minas Novas, a perspectiva de uma rede de solidariedade, já que a sua mãe e avó também ali residem. Esta entrevistada utilizou uma expressão peculiar para definir esta

⁸² Entende-se por pluralismo as conexões estabelecidas pelos sujeitos em seus contextos sociais. Para Larihe (2002, p. 31) “[...] os quadros sociais de nossa memória, são, pois, heterogêneos, e os indivíduos que os atravessam durante um mesmo período de tempo ou em momentos diferentes de sua vida são, portanto, o produto sempre variado dessa heterogeneidade dos pontos de vista, das memórias e dos tipos de experiência. O que vivemos com nossos pais, na escola, no colégio, com os amigos, com colegas de trabalho, com membros da mesma associação política, religiosa ou cultural, não é necessariamente cumulável e sintetizável de maneira simples... [...]” São, portanto, pluralidades das experiências.

inter-relação de proximidade na comunidade: uma “rede de solidariedade”. Como não associar Cida ao percurso de uma mulher em qualquer parte da Terra, pois, independente do espaço o diferencial é a universalização de atitudes e ações humanas? Com a criança no colo, ela desafia as abstrações das políticas públicas que, às vezes, conduzem à inércia e ao imobilismo de idéias pensadas e implementadas longe dos lugares reais.

Conforme declararam 53% dos entrevistados, o motivo para a família morar em Campo Buriti é a rede de parentesco e vizinhança o que de certa feita pode corroborar com a seguinte afirmação: a despeito da mudança espacial das famílias de agricultores de um espaço rural disperso para um espaço adensado, não se alterou a rede existente nas suas comunidades de origem. Crê-se que até aproximaram os laços simbólicos⁸³ neste novo espaço e a busca por serviços públicos, principalmente.

Como resposta a estas querelas, há uma geometrização de referenciais envolvendo parentes e vizinhos numa rede de laços simbólicos cuja urdidura da trama, por certo, tem um nó na grota (vale), na roça. Quanto ao significado de rede, em termos de domínio social, este conceito articula a estrutura (padrão de organização) através da linguagem. Os campos interativos–dialógicos são fundamentais para o desenvolvimento humano. As relações sociais alicerçam a participação do sujeito, estabelecendo as conexões e as redes de significações e re-significações. Este fluxo tem uma capacidade transformadora, um efeito de modificações constantes no sistema de redes. É necessário destacar que, nas redes sociais de comunicação, há um padrão não linear de realimentação e espontaneidade: o sujeito, colaborando para o funcionamento do todo, estabelecendo um limite para a fragmentação do indivíduo na comunidade. A

⁸³Admitem-se laços simbólicos numa perspectiva de Thompson (1995). O autor analisa que as pessoas estão imersas em uma realidade contextualizada e em relações sociais em que constantemente é possível vivenciá-las.

partir de uma entrevista com um professor da escola de Campo Buriti, que mencionou o trabalho de pesquisa dos alunos sobre os motivos que conduziram ao adensamento, pode-se agrupá-los em três eixos: dificuldade de água na grotá, isolamento e o fato de um vizinho ter incentivado o outro. Os motivos são complementares e, ao mesmo tempo, reforçam as hipóteses que as famílias migraram, mas permaneceram com o seu modo de vida.

Ao analisar as respostas sobre a origem da família levou-se em consideração a origem do casal, mesmo que algumas mulheres tenham se declarado separadas e uma solteira. Esta conduta tem por objetivo verificar a origem tanto da mulher quanto do marido desenhando, assim, um *panóptico*⁸⁴ destas famílias egressas de suas comunidades, conforme a Figura 9.

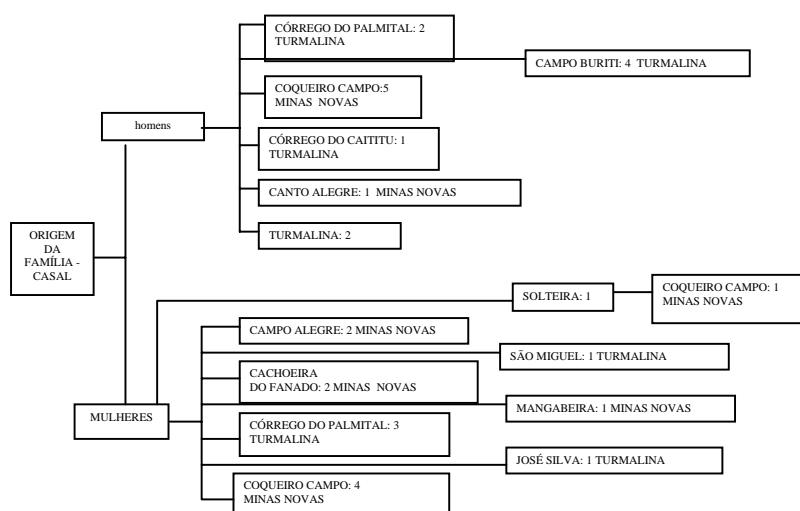


FIGURA 9 Inter-relação da origem do casal na formação das famílias

⁸⁴ O termo panóptico é utilizado por Foucault (1979). Utiliza-se do termo neste trabalho como alusão a uma possibilidade de inter-relacionar fatos, eventos e fenômenos. Uma visão a partir das informações coletadas.

Tal procedimento pode indicar a recorrência de grupos familiares ou de vizinhança que vieram para Campo Buriti, configurando uma rede⁸⁵ de fluxos. Admite-se o processo de fluxo, em rede, abrangendo os fenômenos dialógicos, tanto na origem e suas motivações para a saída de suas comunidades rurais dispersas na grotta, quanto na ocupação do espaço de forma adensada.

Quanto à origem, exceto dois homens, que são naturais da cidade de Turmalina, todos os outros homens e as mulheres se originam de comunidades na grotta em distâncias que variam de 1 a 9 quilômetros, em sua maioria. Ao avaliar as respostas um fato chama a atenção: 40% dos entrevistados têm origem em comunidades designadas como córrego: Córrego do Palmital, Córrego da Cachoeira e o Córrego do Caititu; o que evidencia a migração de famílias que ocupavam uma microbacia do rio Fanado, apresentando uma proximidade geográfica, o que pode demonstrar uma tendência de reforçar a idéia da proximidade como fator desencadeante deste movimento, isto é, questões locais, como a escassez de água, principalmente, a queda na fertilidade do solo, a fragmentação excessiva do terreno por questões demográficas e de herança ou a influência dos parentes e vizinhos e até a sensação de isolamento colaboraram para a decisão das famílias de se dirigirem para Campo Buriti. Há, por sua vez, um ciclo matrimonial, de parentesco e de proximidade. Analisa-se, a seguir, o depoimento de um dos moradores de Campo Buriti sobre a questão da água e da fertilidade do solo e a saída das famílias da grotta.

Manuel, um dos entrevistados, que deixou suas obrigações, o conserto do telhado da casa e de pronto atendeu à solicitação da entrevista, é pai de uma

⁸⁵ O conceito de rede está presente em várias disciplinas com significados e explicações distintas, mas conduz, de certa forma, a uma idéia de fluxo, de inter-relações. Na análise em questão credita-se esta idéia a um sentido de solidariedade, reforçado por laços de parentesco, vizinhança, afinidades ou de proximidade (um caráter ambiental), para além do conceito de infra-estrutura de comunicação ou transporte e da aplicação na vertente da informatização e da virtualidade. Conforme Santos (2002, p. 262), “[...] a rede é também social e política, pelas pessoas, mensagens, valores que a frequentam. Sem isso, e a despeito da materialidade com que se impõe aos nossos sentidos, a rede é, na verdade, uma mera abstração.”

filha de 4 anos e a segunda havia nascido há menos de uma semana. Com uma reflexão coerente da realidade e um conhecimento invejável do lugar, foi um entrevistado importante para o entendimento do conceito de comunidade na grota. Atualmente, tem por ofício a profissão de pedreiro em Turmalina. Lembrou a vinda da roça – Comunidade do Córrego do Caititu – para Campo Buriti e desenhou um croqui da disposição das famílias, com vínculo de parentesco entre elas, ao longo da microbacia. A sua percepção espacial é um exemplo de como as pessoas, nos seus cotidianos, são capazes de visualizar os arranjos espaciais. Alegou que a saída da terra, que foi vendida, era inevitável, devido à escassez da água e da baixa produtividade do solo, como constatou a pesquisa dos alunos da escola de Campo Buriti. Morou por longo tempo em São Paulo (capital), trabalhando como pedreiro. Ao se instalar em Campo Buriti, acabou influenciando a vinda da mãe, dos irmãos e de outros parentes que moram nas adjacências da sua casa.

Ao questioná-lo sobre a situação na grota e apresentá-lo às reflexões referentes à pressão do gado sobre o espaço da propriedade⁸⁶, este logo argumentou:

Pode ser que isto tenha provocado algum problema, mas a nossa região (Alto Jequitinhonha) nunca teve a pecuária como uma atividade importante, em termos de tamanho do rebanho. Mas o certo é que ocorreu uma diminuição da fertilidade do solo na grota.

Para comprovar esta hipótese, conduziu-me até os fundos da sua residência, que fica defronte à vertente oposta da chapada e identificou no vale

⁸⁶ Análise desenvolvida por um entrevistado em Poço D'Antas, argumentando que a plantação dos eucaliptos na chapada, terra comuns de criação das soltas de gado, fez com que o gado descesse para grotas, aumentando a pressão sobre a terra a partir da pastagem e ocupando o lugar das lavouras. É bom atentar para as diferenças locais, apesar de próximas, ambas as localidades têm suas especificidades.

(grotas) algumas “clareiras” como sinal de uso intensivo e esgotamento do solo. Manuel fez uma análise⁸⁷ interessante, pois, apesar de contrapor a reflexão sobre a pressão dos animais no terreno (na grotas), deu um depoimento que referendou as observações anteriores sobre o esgotamento do solo. Manuel, como tantos outros, está neste ciclo sem fim da interação dos lugares com as escalas do tempo e das possibilidades, o que conduz os sujeitos humanos históricos à produção de novas estratégias e leituras da sua realidade.

A principal fonte de renda, declarada pelos entrevistados, advém de salários recebidos por ocupação nas atividades de agente de saúde, prestação de serviço no artesanato e professor(a). Os proventos dos aposentados, aparecem em segundo lugar, mas têm papel fundamental por se tratar de uma renda perene, o que produz uma certa “tranqüilidade” para a família. Este benefício previdenciário é o cerne da circulação de renda em Campo Buriti. O aposentado é o morador típico deste espaço, pois, devido à idade e por vezes um comprometimento da mobilidade, tem na facilidade de **acesso** uma estratégia.

Não obstante a importância do salário e da aposentadoria, a agricultura é a fonte de renda complementar citada por 47% dos entrevistados, o que demonstra o vínculo desta população com o espaço rural e a atividade agrícola. Outra informação importante, que demonstra o vínculo dos entrevistados de Campo Buriti com o espaço rural, é o fato de 67% das famílias entrevistadas ainda possuírem terreno na grotas. Ser dono, mesmo de um pequeno terreno com 5 ha, às vezes até menos, produz a manutenção de um vínculo do sujeito com o lugar, um referencial e remete a uma ligação com a família, os parentes e os

⁸⁷ As análises de Manuel fazem lembrar Freire (1998, p. 70), “A reflexão que propõe, por ser autêntica, não é sobre este homem abstração nem sobre este mundo sem homens, mas sobre os homens em suas relações com o mundo. Relações em que consciência e mundo se dão simultaneamente. Não há uma consciência antes e um mundo depois e vice-versa.”

vizinhos, um lidar com a memória. A manutenção do terreno é, também, a manutenção do mundo particular e coletivo dos sujeitos humanos históricos.

Um importante fato que as informações colhidas, por meio dos questionários demonstram é a conjugação de fontes de renda advindas, principalmente, de atividades locais, como a agricultura e o artesanato, o que lança evidências sobre uma pluriatividade⁸⁸. A distribuição das famílias entrevistadas pelas faixas de renda familiar é a seguinte: 40% ocupam a faixa entre R\$150,00 e R\$300,00; 33% das famílias apresentam renda entre R\$300,00 e R\$450,00; 20% acima de R\$ 600,00. Uma família entrevistada apresenta renda entre R\$450,00 e R\$600,00.

Quanto ao recebimento de transferências do governo, fica patente a importância da aposentadoria, evidenciada durante as entrevistas, uma vez que os entrevistados que ocupam a faixa de maior renda, seiscentos reais e acima desta, são casais de idosos, ambos aposentados. Todos os entrevistados, que declararam receber o benefício da aposentadoria aposentaram-se como trabalhadores rurais. A conjugação de fatores familiares e socioeconômicos, que gravitam em torno da questão da aposentadoria, surge como um aspecto de política pública ligada à reprodução material e ao bem-estar da família e do próprio lugar em termos econômicos.

Entretanto, no caso de Campo Buriti, há uma tensão referente ao tema, uma vez que a aposentadoria do trabalhador rural está vinculada à atividade agrícola e à residência no espaço rural (comunidades rurais dispersas) comprovada pelo pagamento do Imposto Territorial Rural (ITR) e da taxa do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), além de provas testemunhais e outras declarações. Surge, um dilema espacial e conceitual

⁸⁸ Ver Silva (1996, 1997 e 1999); Mattei (2006)

relacionado com a questão urbano-rural: uma pessoa que passou a maior parte da sua vida trabalhando e vivendo no espaço rural, mas que mudou para a comunidade rural adensada de Campo Buriti abandonou um modo de vida, uma atividade econômica, a ruralidade ou a sua identidade? O que ficou demonstrado nas análises anteriores é que a agricultura mantém-se, como a principal fonte complementar da renda familiar.

Autores como Silva (1996, 1997 e 1999), Veiga (2002), Abramovay (2003) e Mattei (2006) reiteradas vezes e amparados por pesquisa acadêmica, versam sobre o tema: “rural não é mais sinônimo de agrícola”, tendo em vista a formação de complexos agroindustriais, da reconfiguração do trabalho e da pluriatividade, que sempre marcou a agricultura familiar. Uma análise da articulação entre a questão espacial e socioeconômica revela alguns elementos importantes das novas funções do espaço rural. Essa articulação ocorre, por um lado, pela forma e intensidade de uso dos solos (variável espacial) e, por outro, pelas práticas sociais, econômicas e culturais das populações (variável socioeconômica) (Mattei, 2006).

Para 73% dos entrevistados um fator de dificuldade para as pessoas se aposentarem, em Campo Buriti, é a comprovação do vínculo com o espaço rural e a atividade agrícola. Além disto 93% dos entrevistados se declararam como moradores de um espaço rural. Há casos de pessoas retornando para a grota, visando à aposentadoria. Em complementaridade ao tema transferências do governo, 90% das famílias entrevistadas fazem parte do programa **Bolsa Família**, do governo federal, cujos valores dos benefícios variam de acordo com o número de filhos. Logo, a renda familiar, na atualidade, advém de uma importante conjugação de fatores: aposentadoria, salários, agricultura, bolsa família, trabalho conta-própria. As estratégias destas famílias superam as contingências, as excrescências da distribuição de renda no Brasil, demonstrando uma proeminente gestão plural do cotidiano.

Um elemento interessante é a declaração de 33% dos entrevistados que, “evocaram” o direito dos costumes, que versa sobre a utilização das terras contíguas da chapada. Assim, a terra da chapada era de uso comum, mas a faixa contígua de terreno da chapada a partir da grota era de domínio da família de agricultor, que nesta trabalhava. Esta declaração pode demonstrar que as famílias valeram-se de estratégias acordadas nas comunidades rurais dispersas, para ocuparem estes terrenos, no que viria a ser Campo Buriti. Conjugam-se os verbos no pretérito, pois, as terras das chapadas foram ocupadas pelo plantio do eucalipto, produzindo maciços praticamente inexpugnáveis de sobrevalorização da lógica economicista em detrimento do ambiente e das pessoas (Calixto, 2006).

Há uma especulação imobiliária tendo em vista a localização do lote, estando este próximo à praça central (antigo campo de futebol – para melhor entendimento visualizar o croqui de referência) o preço é mais elevado e varia entre R\$ 1.200,00 e R\$ 3.000,00 (valores de junho de 2006). Esta localização traz alguns benefícios, tais como **acesso** a água: sistema de abastecimento (água do Rio Fanado) e energia, pois, à medida que aumenta o adensamento, torna-se mais problemática a expansão das redes de abastecimento e energia. Nas áreas mais “periféricas” à região central, o valor do lote recua para a faixa entre R\$ 600,00 e R\$ 800,00 (valores de junho de 2006). Alguns lotes são mantidos como forma de especulação, seja por moradores que os adquiriram tempos atrás, seja por “investidores” de Turmalina, que adquirem tais terrenos para especulação. Gera um outro nível de desigualdade, além da social, que é a espacial. O problema é fruto tanto da desigual distribuição de renda quanto das ações do poder público, seja na alocação de recursos ou na falta de um plano diretor para os municípios.

No que concerne ao processo de registro, por parte dos entrevistados, não há nenhuma averbação formal de posse ou propriedade em cartório. Todas

as transações seguem um acordo particular, de compra e venda, baseado na relação de confiança entre as partes, quando muito existe um recibo manuscrito em um pedaço de papel. Este é um outro ingrediente na discussão conceitual do uso do espaço em Campo Buriti quando se questiona sobre o referencial de registro imobiliário, pois, segundo informações dos entrevistados, não foi desenvolvido, para o lugar, um cadastro municipal do uso e ocupação do solo. A ausência da gestão pública deixa uma “lacuna” para que os sujeitos humanos históricos mantenham direitos consuetudinários, um indício da manutenção dos referenciais de comunidade e de laços de proximidades e confiança entre os moradores.

Quanto ao uso do lote em que se localizam as residências dos entrevistados, as famílias tendem a transferir, para tais espaços, uma pequena parte da totalidade da terra na grota, uma vez que a parcela de terreno apresenta uma configuração de plantio dos produtos produzidos na roça, bem como o “tradicional” forno de barro ungido por um tipo de argila que, ao mesmo tempo, tem uma função estética deixando-o com uma cor clara, como se o mesmo recebesse uma demão de pátina e que também o protege das intempéries. Um fato recorrente em alguns domicílios é a presença da cisterna relativamente próximo às fossas, o que pode ocasionar a contaminação da água. Outra questão importante é o limite de perfuração de novas fossas, nos lotes, devido à exígua área.

A questão da água, tanto a falta na grota (vale) quanto a ineficiência do sistema de abastecimento da água captada do rio Fanado, constantes quebras das bombas, baixa qualidade da água e falta de tratamento, parece alinhar o discurso dos entrevistados. Surge uma dialética entre a qualidade e a quantidade (Freire, 2001; Galzoni, 2005). Este problema se estrutura como um palco da dramaturgia destas pessoas em Campo Buriti, isto é, a água é um dos elementos simbólicos de todo o processo de migração das famílias. Diz-se simbólico uma

vez que tal recurso natural, por ser primordial, traz em si a capacidade de renovação, de corrida em direção a um destino que, em si, é cíclico como a própria vida e é tênue a sua existência. A água “enxuga” as demandas da comunidade num corolário de anseios e necessidades: **acesso**, infra-estrutura, escola, trabalho, renda, saúde e tantas outras. A questão da água em Campo Buriti enseja a síntese de uma realidade e expõe as possibilidades e as limitações.

O tema água é referenciado como uma dificuldade na comunidade, por 53% dos entrevistados. É também citado na pesquisa escolar como um dos motivos para o adensamento da população em Campo Buriti. A água transparece no discurso dos entrevistados como um amálgama que traz um fluxo de demandas e carências de serviços públicos de qualidade. Se, na grota(vale), o problema era a falta de água, na chapada, existe a quantidade, mas também a sensação de escassez perdura na falta de qualidade.

Os entrevistados vivem um dilema, que é de toda a comunidade, entre a água das cisternas e a do rio Fanado em que uma é percebida como de boa qualidade e a outra é de baixa qualidade. É no período das chuvas que ocorre a maior escassez, pois a tubulação que capta a água do rio Fanado e a conduz, até a caixa d'água de distribuição fica obstruída pelo excesso de sedimentos e objetos. Portanto, é no período da seca que a água chega mais límpida às caixas d'águas das residências, não obstante a queda na vazão do rio. O sistema de bombeamento de captação de água foi implantado pela prefeitura municipal de Turmalina e também faz a manutenção: constantes reparos das bombas sobrecarregadas pelo uso contínuo e pelo desafio a ser vencido, a inércia provocada por 250m de altitude e uma inclinação média de 15°, que separam o leito do Fanado e a caixa d'água na área central de Campo Buriti.

Contudo, a gestão do sistema, a verificação de problemas, a cobrança da tarifa e pequenos reparos são conduzidos pela associação de moradores por meio

de um funcionário responsável pelo sistema. A participação da prefeitura nesta questão é complexa uma vez que a solução encontrada permanece também, como um problema de escassez, talvez menor do que a falta d'água na grotta, mas que tem uma dimensão multiplicada pelo adensamento populacional.

O sistema de bombeamento das águas do Rio Fanado, drena parte dos recursos e da energia, pois cada família pagou, em junho de 2006, R\$ 11,20 e já atingiu absurdos R\$ 22,00 para o pagamento da conta de energia da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG). Neste ponto, vale uma breve análise do valor pago pelas famílias para ter água, comparando com um processo empresarial, isto é, quando se compara, superficialmente, o custo final da água distribuída pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA) e a água do rio Fanado, sem tratamento algum e cujos filtros estavam obstruído no período pesquisado (junho de 2006).

Para se ter uma idéia elementar sobre o custo da água, basta comparar com as informações prestadas, de forma eficiente pelo químico da COPASA, entrevistado por telefone, em Lavras, MG. Este profissional relatou que a empresa de saneamento cobra R\$ 6,00 quando não há sistema de tratamento de esgoto e R\$ 9,00 se o esgoto é tratado, tarifa social (conforme o técnico da COPASA a tarifa social é mantida através do “subsídio cruzado”, o consumidor de maior consumo, paga valores mais altos pela água), para uma moradia de até 40 m² e com 3,4 habitantes por domicílio. É uma água tratada e que passa por todo um sistema de controle de qualidade. Além disso, o custo envolve as várias etapas do tratamento: coagulação, floculação, decantação, filtração, desinfecção, correção do pH e fluoretação, pagamento e treinamento de pessoal, custo das dívidas da empresa, impostos, energia e manutenção. O técnico advoga que uma comparação com outra realidade deve ser feita seguindo-se parâmetros específicos. Contudo, o que se pretende, de forma sucinta, é demonstrar o elevado valor pago pela água em Campo Buriti. A água do rio Fanado não é

tratada e, segundo os entrevistados, recebe os efluentes de esgoto do município de Capelinha. Por outro lado, a água de cisterna é tida como naturalmente boa, apesar de não possuir, também, nenhum tratamento. Este tipo de água é destinado para beber e cozinhar.

Como a população em Campo Buriti ocupa o topo da chapada, uma questão se instala: até quando as cisternas conseguirão sustentar uma população crescente? O que se presencia, do ponto de vista ambiental, é o limiar do agravamento da questão referente à água, uma vez que o adensamento se expande por sobre as antigas áreas de recarga ocupadas pela vegetação de cerrado, além de Campo Buriti está enclausurado pelos maciços de eucaliptos. Hoje, a população já capta a água das cisternas a uma profundidade entre 40 e 45m. Como se não bastasse, o vale do rio Fanado, pelo menos ao longo da área de localização de Campo Buriti, encontra-se delimitado pelos maciços de eucaliptos (Acesita) em ambas as vertentes, o que modifica a dinâmica: geomorfológica, pedológica, e de balanço hídrico afetando a vazão do rio e obstruindo o seu leito. Conforme os entrevistados há planos da prefeitura de Turmalina para perfurar um poço artesiano na comunidade.

Se utilizarmos a faixa de renda familiar declarada entre R\$ 150,00 e R\$ 300,00 na qual estão inseridos 40% das famílias entrevistadas, constata-se que o valor de R\$ 11,20, (julho de 2006), pago pela água tem um peso importante no orçamento familiar. Uma parcela considerável da renda familiar declarada (aqui é bom ponderar que a renda declarada pelas famílias é, quase sempre subestimada na região visto o grande peso das rendas não monetárias e produção para o alto consumo na composição total da renda familiar - ver Ribeiro, 2006). O sistema de bombeamento consome muita energia elétrica e gera uma fatura, por volta, de R\$ 1.000,00 (junho de 2006) dividida entre as famílias consumidoras da água. Se somarmos a isso, que a água captada do rio Fanado, distribuída para a população, não passa por nenhum tipo de tratamento, é uma

situação alarmante, tanto do ponto de vista socioeconômico quanto de saúde pública.

De modo geral o universo das famílias de agricultores é construído por uma relação fundamental entre dois “mundos”: a casa e o roçado⁸⁹. É um processo de reprodução: biológica, econômica, simbólica e cognitiva. É na concretude do espaço casa-roçado que a vida camponesa se enreda.

A vida cotidiana se estabelece em laços simbólicos que movem a existência. Nesse sentido, o elemento terra aglutina todos os elementos de vida e morte, seja do ciclo da natureza, biológico, cultural, da lógica e cálculos. A mulher tem um papel fundamental na confecção destes laços simbólicos. Desta feita, pretende-se discorrer sobre a temática analisando as questões das mulheres na comunidade, tanto na construção do espaço material, quanto da formulação e implementação de um espaço simbólico por meio de ações, atitudes, valores e tradições. Os processos, nos quais as mulheres de Campo Buriti estavam inseridas na contemporaneidade, conforme os entrevistados(as) é o trabalho doméstico – “gerenciar”, além do artesanato.

O trabalho doméstico é a principal atividade das mulheres na comunidade rural adensada de Campo Buriti, o que poderia parecer óbvio e até reforçar a representação de papéis masculinos e femininos, mas uma resposta interessante que corrobora com a idéia da mulher, como agente de ligação do mundo da casa com o mundo de fora, é a expressão utilizada por algumas entrevistadas: **gerenciar a casa**. Em se tratando de uma região em que há uma migração recorrente da população masculina, para o trabalho nas usinas em São Paulo e em outras regiões do país, o trabalho doméstico não encerra, em si, somente, as tarefas diárias, mas é um importante fator na estrutura social, quando se combina o cuidado dos filhos com políticas de transferência de renda como o Bolsa Família. Nesse sentido, a presença da mãe neste gerenciamento da

⁸⁹ Ver Heredia (1979).

casa se torna fundamental como fator de estabilidade, principalmente na vida dos filhos. Estas respostas podem reforçar o “tradicional” papel da mulher na família, principalmente de agricultores, mas, também, descortinar a dicotomia masculino–feminino, uma vez que gerenciar envolve uma relação estratégica. No contexto camponês, traçar estratégias é um papel do pai (Woortmann, 1990)

b) A importância das mulheres neste delicado equilíbrio do arbítrio está associada ao fato de que algumas famílias têm no artesanato uma importante fonte de renda familiar e esta atividade, pelo menos por enquanto, é uma prática das mulheres. O trabalho na roça surge de forma expressiva o que reforça a importância da terra para as famílias que residem em Campo Buriti. Como fonte de renda para as mulheres o artesanato foi assinalado por 73% dos entrevistados. Nesta comunidade de Campo Buriti, o artesanato tem uma função fundamental na vida das mulheres e das famílias, pois é, ao mesmo tempo, uma fonte de renda e de transmissão de formas simbólicas, principalmente associadas à cultura; um processo cognitivo de ensino-aprendizagem, um referencial de identidade e um elemento amálgama das demandas dos sujeitos humanos históricos na coletividade. O artesanato, como pôde ser constatado durante as entrevistas, tem um papel de produzir possibilidades, pois, muitas famílias dependem da renda gerada pela venda das peças, como também por permitir um redimensionamento da representação de gênero, pois os homens passaram a se interessar pela possibilidade de apreender os processos de produção das peças. Pode estar em curso um processo de (re)valorização de processos. A seguir é transcrito parte do relato de campo que elucida aspectos desse processo.

Desde o horário do almoço, a professora Faustina já me alertara para a reunião da associação⁹⁰ de artesãs, que aconteceria às 16:00 horas no Centro de Artesanato de Campo Buriti que é também, um **espaço de participação das**

⁹⁰ Associação das Artesãs de Coqueiro Campo composta por 44 associadas entre elas um homem. Para se associar a (o) artesã(ão) paga uma única cota de R\$ 50,00.

mulheres. Neste dia, foram feitas várias entrevistas; uma delas com Natália, que é chefe de família e tem parte da renda familiar advinda do artesanato. Estavam presentes em sua casa duas mulheres: uma a sua irmã, Theresinha (agente de saúde), que também, está desenvolvendo a técnica da modelagem e uma outra que permanecia manipulando, habilmente, uma pena e pintava contornos, flores e outros signos nas peças de cerâmicas, para posterior queima em um processo lento e cuidadoso. Pouco tempo depois, esta se despediu e foi em direção a outra residência, pois havia mais serviço de pintura a ser feito. Natália relatou que a pintura requer mais habilidade e, por isso, há, na comunidade, um processo de “terceirização” desta atividade. Apresenta-se este acontecido para demonstrar como o processo artesanal “tradicional” é um referencial da cultura⁹¹ local, mas é também um sistema que, pelo menos em Campo Buriti, vem produzindo uma rede de significados, geração de renda, ofícios, habilidades e competências. O artesanato é um processo de ensino-aprendizagem, sendo um transmissor de valores distribuídos no tempo.

Após duas outras entrevistas, seguimos em direção ao Centro de Artesanato, onde as peças ficam em exposição. A reunião ocorreu em um espaço não muito amplo, mas suficiente, onde vários bancos foram dispostos de forma a comporta as associadas. O encontro não era em si deliberativo, mas de prestação de contas da venda de peças em uma determinada exposição. Entretanto, observando as participantes, que pacientemente aguardavam o momento de serem chamadas, perceberam-se as variações dos valores a serem recebidos, o que, de certa feita, espelha o grau de habilidade da artesã por ter as peças com maior facilidade de comercialização. O espaço é, também, o palco da capacidade humana de se reinventar, como demonstra a análise dos dados de Campo Buriti.

⁹¹ Opta-se pelo significado antropológico de cultura na perspectiva de Thompson (1995) e Geertz (1978) uma “concepção simbólica”: Torna-se complexo esclarecer este conceito, mas trata-se de vislumbrar as formas simbólicas como construções articuladas “[...] no sentido de que consistem, tipicamente, de elementos que se colocam em determinadas relações uns com os outros.

Um exemplo, são as mulheres de Campo Buriti, principalmente, as que trabalham com o artesanato. Estas mulheres artesãs são protagonistas, da materialização dos simbolismos da comunidade.

Utilizando-se a expressão “maternidade social”⁹², estas mulheres não se fecharam no trabalho doméstico, na roça, pois, fazem da associação de artesãs seu espaço de comunicação e exercício. A associação é um dos processos de fluxos que mudam positivamente a realidade nesta complexa rede de inter-relações das comunidades que produziram Campo Buriti. Estas mulheres, comunicadoras e de um apurado senso estético, valem-se da família como dínamo da modificação dos discursos predominantes e estimulam a esperança, mesmo que um dos interesses seja a geração de renda. Na reunião da associação havia 44 mulheres (apenas dois homens, incluindo o pesquisador) o que demonstra o potencial destas como agentes de modificação de uma realidade local. Grandes reveladoras de paradoxos sociais e culturais, [as mulheres] promovem a união entre as tramas sociais e as afetivas, as problemáticas e as alternativas, a dor e a esperança (Martim-Barbero, 2003).

O trabalho artesanal tem suas fontes nos processos culturais locais, contudo, o resultado final depende da habilidade individual de cada artesã, o que produz uma classificação, na perspectiva do pesquisador, de uma certa hierarquia do resultado do trabalho e reflete na facilidade com que a artesã consegue comercializar as suas peças.

Por outro lado, as associadas vivem um dilema entre a gestão estratégica e uma postura ética dos membros da organização, que seria o de respeito às regras ou aos acordos. Algumas artesãs conseguem montar uma agenda individual de exposição, valendo-se da mobilidade de um veículo próprio e dos contatos via celular. Uma das entrevistadas, no decorrer da reunião, admitiu, que a aquisição de um celular é o primeiro passo para uma inserção no processo de

⁹² Martin-Barbero (2003, p. 285)

comercialização. A outra ponta do dilema é uma questão de gestão estratégica das associadas, no que diz respeito à tomada de uma decisão: como expandir as vendas e manter a sustentabilidade⁹³ econômico-financeira do artesanato? Esta é uma questão fundamental e simultaneamente paradoxal, uma vez que todo tipo de artesanato não é uma produção em série e, ainda mais, cada peça, em si, traz um ciclo de trabalho, tal qual o trabalho do agricultor familiar. O processo artesanal apresenta um ritmo próprio, distante da produção em série e padronizada. No sentido da gestão prescritiva⁹⁴, o SEBRAE esteve presente na comunidade, por meio de cursos e palestras, o que uma entrevistada reconhece como interessante, mas que “ninguém entende muito bem o que eles querem dizer”, isto é, a linguagem utilizada nos cursos. Daí este deve ser o grande nó, em qualquer política “intervencionista” em uma realidade, a falta de significado⁹⁵: de linguagens, de uma lógica, que é a prática no cotidiano. Quando uma artesã relata que “ninguém entende muito bem” o que é falado não se trata de entendimento literal, mas de entendimento de sentido, tempos diferenciados da ação e de conteúdos descontextualizados.

Portanto, que estratégias e alternativas tendem a contrapor a imposição de modelos externos que buscam diminuir a dependência a partir de elementos locais? Mesmo neste ângulo, quais seriam as prioridades? Suprir as necessidades básicas, aproveitar as tradições culturais e respeitar o meio-ambiente? Além disso, uma abordagem alternativa de desenvolvimento utilizaria recursos locais quer sejam naturais, técnicos ou humanos, isto é, ela se orientaria para a auto-sustentação, nos níveis local, regional e nacional? Logo, deve-se vislumbrar uma

⁹³ Este é um termo que relutei em utilizar, seja por sua amplitude, seja pelo reducionismo que é empregado.

⁹⁴ Pode ocorrer em algumas ações prescritivas o que Freire (1987, p. 136-137) chama de “*mitificar* o mundo”. Por exemplo, “O mito de que todos, bastando não ser “indolentes”, podem chegar a ser empresários (empreendedorismo); o mito de que a ordem opressora é uma ordem de liberdade (ideologia).

⁹⁵ Para Barthes (2000), todo significado é uma análise ideológica e, ainda, o significado não é a coisa, mas a representação psíquica da coisa (conceito).

alternativa de maior participação? Se assim for, parece que a associação das artesãs está no caminho certo, no tocante à participação efetiva. Contudo, que caminhos percorrer para tornar o artesanato uma fonte de renda não a longo prazo, mas de longo prazo? Uma pista é o diálogo sobre o tema, que ocorre na comunidade a partir da própria associação⁹⁶. O artesanato foi, também, inserido na midiática sobre o Vale do Jequitinhonha é, na contemporaneidade, uma “marca” veiculada pela mídia.

O fenômeno da globalização produz espaços, a partir de uma lógica de se pensar o território delimitado por fronteiras negociáveis (nas várias acepções do termo) e também gera uma gramática própria o que, de certa feita conduz à fragmentação do espaço. Percebe-se este fenômeno como um processo desterritorializante que ocorre por meio de influências (culturais, políticas, econômicas) de um espaço sobre o outro, mesmo no interior das fronteiras nacionais e que atinge as pessoas de forma distinta ou em escalas, tendo em vista o seu grau de inserção ativa ou passiva no jogo da globalização.

Para chegar a uma determinada análise, é necessária uma contextualização. A partir do Centro de Artesanato, que funciona como local de repasse de formas simbólicas⁹⁷ ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e de comercialização das peças, bens simbólicos, produzidas pelas artesãs. Em conversa com Rita (num momento posterior à reunião das artesãs), responsável pela venda das peças, após admirar os trabalhos entre as várias peças, com suas formas e representações, uma foi destacada por ela, qual seja, a mulher vestida

⁹⁶ Conforme Freire (1987, p. 82) ,“ [...] não há o diálogo verdadeiro se não há nos seus sujeitos um pensar verdadeiro. Pensar crítico. Pensar que, não aceitando a dicotomia mundo-homens, reconhece entre eles uma inquebrantável solidariedade.”

⁹⁷ Para Thompson (1995, p. .22), “Fenômenos culturais, dentro dessa visão, podem ser vistos como *formas simbólicas em contextos estruturados*; e a análise cultural pode ser vista como um estudo da constituição significativa e da contextualização social das formas simbólicas.” Dentro do contexto das formas simbólicas, Thompson analisa o conceito de bens simbólicos. “Quando as formas simbólicas estão sujeitas à valorização econômica, tornam-se mercadorias ou, como geralmente digo, “bens simbólicos”

de noiva, que passou a ser produzida com mais detalhes a partir da encomenda, de várias peças, por uma noiva de São Paulo. É a mesma figura de mulher, do tradicional artesanato do Vale do Jequitinhonha, mas vestida de noiva e seus adereços. A “noivinha” é uma das peças mais vendidas na atualidade. Como linguagem, o artesanato da comunidade mantém uma ligação entre as origens na roça e reveste-se para a inovação. O barro é o mesmo, as mãos que modelam são experientes ou então em aprendizado, mas o vestido é de noiva. Em um determinado contexto, a globalização (como se destacou num sentido mais amplo) foi positiva, pois produziu textos que se envolveram: a linguagem do “tradicional” com a proposta que veio de fora, isto é, materializou-se na peça dois universos que parecem distantes, mas coabitam, concomitantemente, um momento histórico. O artesanato local é exportado para países da União Européia, como Alemanha e Itália.

Assim, quais elementos precipitaram a mudança da indumentária da peça e a sua incorporação ao acervo do artesanato local: a contingência da encomenda, a abertura da comunidade para o novo, o senso estético, a influência externa, a desterritorialização da atualidade ou a percepção de novos negócios por parte das artesãs? Há um ciclo de conjugação de ações e atitudes que unem os extremos, há uma “convergência dos momentos.” Se esta convergência é positiva ou negativa, não está em julgamento. A atividade artesanal não provoca elevado consumo de energia e recursos naturais a despeito de possíveis impactos ambientais locais a partir da retirada da argila (matéria-prima na confecção das cerâmicas). Quase tudo é reciclável, principalmente a disposição das jovens e até dos homens, em Campo Buriti, de aprender e lapidar as técnicas tradicionais. Por si só, esta atitude demonstra o potencial inovador de atividades “tradicionais”.

Para Campo Buriti, ninguém veio desnudo de seus referenciais nas comunidades rurais dispersas. Uma prova disso é o artesanato, a técnica de

modelagem da argila veio na bagagem cultural, um “valor simbólico” desta comunidade. O significado mobilizado pelas formas simbólicas serve, em circunstâncias específicas, para estabelecer, manter e reproduzir relações sociais. O artesanato como linguagem não é, obviamente, o único processo de reprodução simbólica, mas, neste contexto, produz mecanismos que aproximam representações de gênero, por vezes assimétricas, numa relação de poder. As mulheres, em Campo Buriti, na medida em que “detêm”, simbolicamente, a técnica e a reprodução das peças e a possibilidade da reprodução material, através da renda, mas também da autonomia criativa, geram um ambiente de possibilidades que, mesmo os homens mais sectários, percebem na atividade uma boa perspectiva para as famílias, para os(as) jovens e para eles próprios. Assim, a questão de gênero na comunidade, mantém alguns importantes referenciais “tradicionais”, mas aponta para novas perspectivas.

Há, em Campo Buriti, uma relação estética com o mundo. Quando se observa uma peça do artesanato em cerâmica, do Vale do Jequitinhonha, chama a atenção a estética peculiar de suas formas, cores e contornos. Cada elemento que compõe o todo da peça passa por referências históricas, culturais e da relação dos sujeitos humanos históricos com o ambiente. Admirar uma peça de artesanato, principalmente para quem a faz é admirar a si mesmo e o seu contexto. Em Campo Buriti, o artesanato tem, atualmente, uma função útil e uma função estética. Nesse sentido, admite-se o termo estética para além das definições tautológicas ou somente da procura do belo como verdade, mas, na perspectiva de Sánchez Vásquez (1999, p. 146), “O estético a que nos temos referido é [...] a qualidade de um objeto humano, ou humanizado, peculiar, não importa se natural ou artificial, ao qual, por sua forma sensível, é imanente certo significado.”

O artesanato é um dos elementos de mediatização (na perspectiva de Paulo Freire já debatida anteriormente) dos sujeitos de Campo Buriti com o

mundo; é, ao mesmo tempo, histórica e cultural, saber local e universalização das possibilidades e da cidadania. É permanência-mudança⁹⁸. Como resposta à questão: as possibilidades de trabalho para as mulheres na comunidade rural adensada, surge o artesanato como possibilidade de fonte de renda a longo prazo, o que, mais uma vez, demonstra a importância desta atividade em Campo Buriti.

O fato do olhar convergir para determinada amplitude de elementos do espaço em Campo Buriti pode ter enfatizado alguns e deixados outros à deriva. Ao observar, busquei, interagir, inteirar, integrar e, nesse processo, encontrei complexidade, potencialidade dos sujeitos, de enfrentamento das suas necessidades, que é um pressuposto ao surgimento de capacidades, superação de crises e aplacamento de onipotências.

Isso incentiva a não tecer a inauguração de significados singulares neste trabalho, nas investigações, sabendo que, sobre esse ato, não haverá controle, pois seus significados e as formas de apropriação em relação a ele serão sempre múltiplos. Se pensarmos bem, essa é toda a riqueza (e toda fragilidade também) da nossa condição, daí a importância de se criarem, permanentemente, processos de entendimento, de hibridismos, também da discussão teórica, para análises de instâncias ambíguas e antagônicas sobre espaços híbridos.

4.2 Poço D'Antas

Conhecer um lugar não significa que sejamos capazes de obter uma imagem definitiva. Conhecer não é sinônimo de apropriar-se de uma essência

⁹⁸ Freire (1987, p. 179), “A ação cultural, ou está a serviço da dominação – consciente ou inconscientemente por parte de seus agentes – ou está a serviço da libertação dos homens. Ambas, dialeticamente antagônicas, se processam, como afirmamos, na e sobre a estrutura social, que se constitui na dialeticidade *permanência-mudança*.”

imutável. Há um processo dinâmico dos sujeitos humanos históricos com o ambiente e as interações sociais.

Poço D'Antas, se localiza no município de Turmalina. Por sua posição de junção entre estradas e maciços de eucaliptos, está aberta para o **movimento** das pessoas de dentro e também de fora da comunidade. É um lugar de encontros marcados pela ação-reflexão dos seus habitantes. Não há limites para a “inteligência” coletiva em criar o seu espaço.

A comunidade adensada é cindida por uma rodovia (MG 308), o que produz dois sítios de ocupação. No sentido de Turmalina, vertente à direita, aponta em direção à grota e aquela localizada à esquerda, para o topo da chapada onde há um maior adensamento e se encontram: a capela, o centro comunitário e a escola, a creche, o escritório da empresa Plantar, além da caixa d'Água e a torre de telecomunicação. Esta porção é plana, havendo a confluência de ruas: uma asfaltada, a partir da capela, paralela à rodovia e outras de terra batida paralelas a esta e que são, também perpendiculares. Percebe-se que o eucaliptal cerca as possibilidades de expansão, pois, à comunidade resta uma estreita faixa de terra no topo da chapada. A área ocupada por esta parcela de Poço D'Antas se dissemina a partir da antiga caixa d'água. Em contrapartida, a ocupação instalada na borda da chapada – vertente em direção à grota – ocupa um terreno mais irregular, aumentando a declividade até atingir o fundo do vale (grotas) (Figura 10).

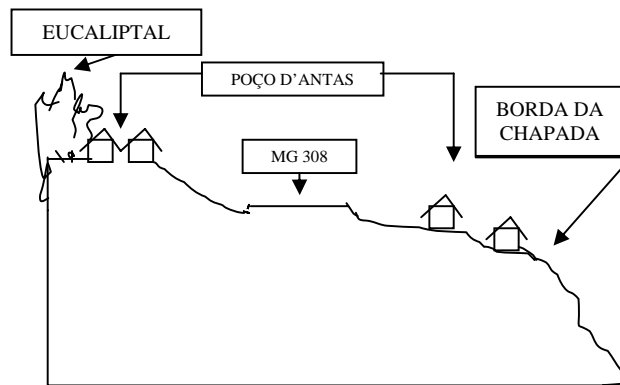


FIGURA 10 Perfil parcial de Poço D'Antas

Embora a água que abastece a comunidade rural adensada seja proveniente de uma nascente que se encontra resguardada por uma vegetação de mata, tanto no seu entorno quanto nos flancos imediatamente acima e em direção ao fundo do vale (grotas); cabe ressaltar que algumas casas estão assentadas acima desta, o que pode vir a provocar uma contaminação do manancial. Há também um posto com lavagem de automóveis e caminhões cujos efluentes podem estar atingindo a nascente. O próprio leito da rodovia produziu uma nova dinâmica dos processos de infiltração e escoamento da água da chuva o que, de certa feita, deve ter causado algum impacto ambiental (Figura 11).

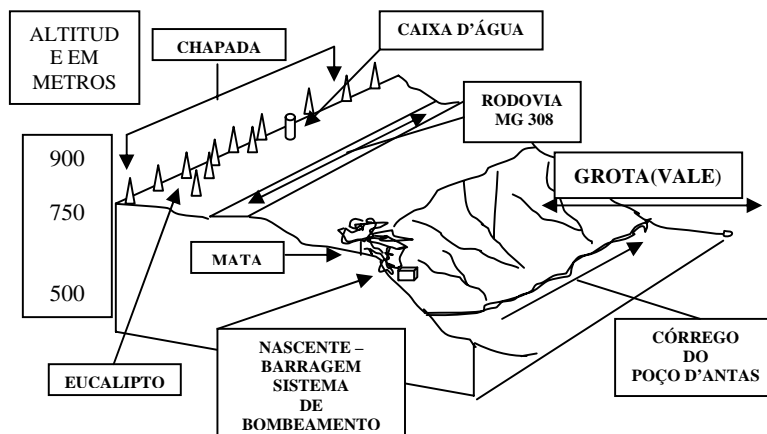


FIGURA 11 Perfil parcial de Poço D'Antas e a captação de água

Poço D'Antas também é o nome do córrego cuja nascente abastece a comunidade. De acordo com o senhor Domingos, líder comunitário⁹⁹, pelos idos dos anos de 1980 ele e outros companheiros, assessorados por um padre ligado as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), empreenderam a construção de um espaço para o **conforto** e o **acesso** a partir da oferta de serviços públicos: escola, energia e água, comunicação, transporte. Um “pedaço de terra” (2 ha) foi adquirido no topo da chapada e as famílias se instalaram, vindas das comunidades rurais dispersas. Há um limiar entre percepções, objetivos, apropriações, expropriações e interesses, no que se refere as atitudes dos sujeitos humanos históricos. Uma relação tempo e espaço, alinhavada pela *práxis* local, que consubstancia a ação por tempos imemoriais; quando observados de fora, tem-se a memória como elemento de categorização. Surge uma dialética das ações humanas com o tempo, pois, existe uma indissolúvel produção de

⁹⁹ Utiliza-se a expressão líder comunitário ao se referir à pessoa do senhor Domingos, por se tratar de um cidadão envolvido com as causas da comunidade em Poço D' Antas. Trata-se de um **planejador** que utiliza o **senso prático** “teorizando” de forma dialógica com a realidade.

significados a partir do contexto local, gerando uma rede de valores e especificidades.

O senhor Domingos, por ocasião do pré-teste do questionário em Poço D'Antas (maio de 2006), após duas entrevistas, das quais ele participou como ouvinte e uma pausa para o almoço, foi apresentar-me a nascente e as mini-barragens erguidas pela comunidade para represar a água antes da elevação (bombeamento) para a caixa d'água em um desnível presumível de 150 m e uma inclinação de, aproximadamente, 30° na topografia da nascente até o topo da chapada. A cada passo, em direção à grota, relembra as dificuldades em levar o material para a construção das barragens. A primeira, próximo à nascente, não foi profunda o suficiente, o que permitia a “perda” da água. Tecendo conjecturas sobre a situação atual, interpunha os fatos do passado e as contingências do presente. À meia encosta na trilha, vislumbrando a paisagem (da vertente avistasse a grota – (vale) do córrego do Poço D'Antas – e a vertente oposta da chapada), fez as seguintes análises:

Ainda tem muita gente morando nas grotas. Água aqui não falta, o problema é que a terra está cansada, a produção é baixa. Os terrenos são pequenos e o plantio muito constante. A chegada do eucalipto piorou ainda mais a situação. O povo daqui sempre criou o gado na chapada, a plantação de eucalipto fez o gado descer para a grota. O terreno, que já era pequeno ficou menor para o plantio. O pisoteio do gado e a necessidade de plantar o capim esgotou o solo. O que sobrou foi uma terra seca, difícil de cultivar, mesmo com o adubo.

O senhor Domingos é, “antes de tudo, um forte”. Migrou muito jovem de Rio Pardo de Minas (norte de Minas Gerais), onde nasceu, para o Paraná, em plena expansão da fronteira agrícola. Foi só, mas voltou a sua terra levando, posteriormente, a mãe e a irmã. A sua vinda para Turmalina está marcada pelas contingências, sentimentos, trabalho e terra. Deparou-se, no transcorrer do final dos anos de 1960, com uma equação a ser solucionada. As terras das fronteiras

chegavam ao limite no Paraná, ao mesmo tempo em que começava o processo de “modernização” da agricultura brasileira (mecanização, uso de produtos químicos, especialização do trabalho) e inaugurava-se a integração do capital em uma perspectiva industrial. O tempo se esgotando a família da namorada, sua atual esposa, de malas prontas para o retorno à Turmalina. Neste ínterim, sua mãe adoece, o que adia a partida por uns três meses. Contudo, não era só o tempo para a melhora da sua mãe. Para Woortmann (1987, p. 38) “o espaço camponês é um espaço moral”.

Parte, então, para Turmalina e, após alguns dias, chega, de madrugada, em uma terra “estranha”. Confessa a sua “decepção” com o solo comparado ao do Paraná. Vai se ajeitando, nasce o primeiro filho. Ficou um dia inteiro à beira de uma estrada de terra esperando uma carona para Araçuaí. Longa foi a espera. A espera tinha um sentido: registrar o filho. Tem como registro, também, a formação de Poço D’Antas. É um senhor de andar rápido, chega a ser pragmático em suas soluções. “Na comparação” – expressão utilizada por ele ao analisar um fato – a resignação do senhor Domingos, desde a compra do terreno para a formação do adensamento até a sua preocupação com o atual “estado da arte”, é um movimento constante de necessidades e possibilidades, lembrando o conto A terceira margem do rio de Guimarães Rosa (2001).

Nosso pai entrou na canoa e desamarrou, pelo remar. E a canoa saiu se indo – a sombra dela por igual, feito um jacaré, comprida longa. Nosso pai não voltou. Ele não tinha ido a nenhuma parte. Só executava a invenção de se permanecer naqueles espaços do rio, de meio a meio, sempre dentro da canoa, para dela não saltar, nunca mais. A estranheza dessa verdade deu para estarrecer de todo a gente. Aquilo que não havia, acontecia. Os parentes, vizinhos e conhecidos nossos, se reuniram, tomaram juntamente conselho (p. 80).

O rio do senhor Domingos é a vida na roça, a fronteira no Paraná, na grotta em Poço D’Antas, é o movimento do tempo e dos espaços. O adensamento

na chapada (Figura 12), é a canoa que ele e outros ousaram construir. O tempo corre feito um rio, que pode às vezes mudar de curso mas permanece sendo um rio: tendo o movimento como aliado da renovação. Vai buscando, incorporando novas terras, novos caminhos...

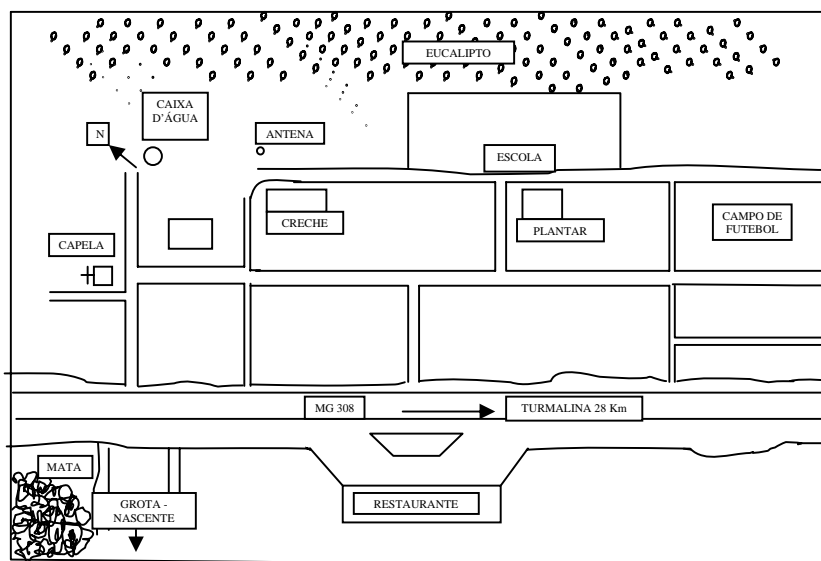


FIGURA 12 Croqui parcial de referência: Poço D'Antas

Pretende-se uma análise dialógica¹⁰⁰ das informações obtidas em Poço D'Antas. As famílias de agricultores em Poço D'Antas partiram de suas comunidades rurais dispersas na grota com a estrada pela frente – o **acesso** e as trilhas pelas costas – o “isolamento”? Olhares para frente com confiança e para trás sem ressentimentos. Saíram, mas não deixaram os lugares. Buscam, ainda, caminhos para se tornarem visíveis: às políticas públicas, ao Brasil. Quem migra, não se movimenta entre, dois pontos de forma linear, produz inter-

¹⁰⁰ Conforme Morin (2000, p.59), “A dialógica significa que duas ou várias “lógicas” diferentes estão ligadas em uma unidade, de forma complexa (complementar, concorrente e antagônica) sem que a dualidade se perca na unidade.”

relações por percepções, atitudes e valores. Migrar é uma entre as várias decisões. Sempre estamos vindo de algum lugar... Somos sempre filhos de algum lugar. Como os dados apontam, a informação e percepção sobre o ambiente das famílias que migraram, não é incompleta, mas composta de múltiplos referenciais. Estas pessoas produziram um espaço de ação-reflexão, isto é, avaliaram as suas condições, definiram as estratégias e produziram o movimento, mas, ainda, continuam a analisar as suas variáveis. São textos construídos, desconstruídos e reconstruídos por uma narrativa do tempo e do espaço. Sobre os motivos que levaram a família a mudar para Poço D'Antas 40% dos entrevistados apresentaram o **acesso** como motivo; 33% o emprego; 13% a escola e um, entrevistado, o transporte e a proximidade da família foi lembrada por mais um dos entrevistados O **acesso** foi reforçado como segunda resposta à pergunta, por 53% dos entrevistados.

Por se tratar de um questionário semi-estruturado, admitiu-se que o respondente apresentasse mais de uma resposta. Esta situação permitiu, por sua vez, a confirmação do termo **acesso** como motivo, fundamental, para as famílias mudarem para Poço D'Antas. Para se analisar este termo, tanto do ponto de vista do significado, quanto do espaço geográfico é necessária a contextualização para o seu entendimento. Ao se avaliar a folha de Minas Novas, MG do IBGE 1983, a partir da topografia, sob a perspectiva geográfica, evidenciam-se alguns elementos. A população que forma Poço D'Antas, no topo da chapada e que se originou nas comunidades rurais dispersas, enfrentava um relevo com aclives que podem chegar a mais de 30°, com altitudes variando de 500 a 550 metros, próximo às margens dos cursos d'água, 750 metros na borda da chapada e 900 metros no topo. Assim, os moradores da grota eram “obrigados” a vencer as declividades topográficas na medida em que os fluxos aumentavam, que os filhos iam para a escola, que estabelecia-se o vínculo com a área urbana e os bens e serviços por esta ofertados, a necessidade de utilização de serviços

bancários, principalmente, para receber os benefícios da previdência, a estrada sendo asfaltada. Os moradores em espaços rurais, dispersos na grot, possivelmente, tiveram a percepção que eram preteridos do **acesso** (num sentido mais amplo), seja por uma questão geográfica ou pela invisibilidade aos processos de modernização do Brasil, principalmente a energia, a escola, a comunicação, os bens e serviços.

Inter-relacionar os motivos que induzem as famílias a se descolarem por um espaço, produz um sistema de variáveis interdependentes. Reitera-se a afirmação de Woortman (1990 b): “ninguém migra de graça”. São espacialidades em movimento. Um dado interessante é que dos quinze entrevistados, 80% possuem parentes na comunidade adensada de Poço D’Antas, seja pelo lado do marido ou da mulher. Estas famílias “negociaram” novas fronteiras mostraram-se para as políticas públicas?

A pergunta sobre a origem de Poço D’Antas, tinha por objetivo colher informações sobre a história do lugar, na percepção dos entrevistados. Para 40% dos entrevistados o adensamento está associado à idéia de comunidade vinculada as reuniões da Comunidade Eclesial de Base (CEB) da Igreja Católica, nos anos de 1980. Contudo, 60% dos entrevistados não têm nenhum referencial sobre a origem de Poço D’Anta, o que pode indicar o mosaico de comunidades, que a formaram, tendo em vista o relevo, diferentemente, de Campo Buriti cujas comunidades estão localizadas ao longo do vale do rio Fanado, tanto à margem direita, quanto à esquerda. O número de famílias que vivem em Poço D’Antas varia conforme a contabilidade do senhor Domingos (150 famílias) e da agente de saúde Roseane. De acordo coma a agente de saúde o número de famílias é 98 no adensamento na chapada e 118 na grot. A população total atinge o contingente de 525 habitantes e já atingiu 800 habitantes, em tempos de trabalho da colheita de café e emprego nas empresas de eucalipto.

O que chama a atenção é a população flutuante em Poço D’Antas, decorrente da atração que as empresas ligadas ao eucalipto e ao café produzem sobre a região e outras áreas. Esta situação produz ténues vínculos¹⁰¹ na comunidade, além de ser percebida pela agente de saúde como um problema para o acompanhamento do programa de saúde da família. De acordo com ela, Poço D’Antas não apresenta crianças desnutridas ou subnutridas.

Um fato que está vinculado aos domicílios é a ocorrência de “bicos de energia”, termo denominado, pelo entrevistados, para a concessão informal de energia pelo vizinho, tendo em vista a dificuldade de expansão da rede elétrica, o que pode configurar, que a comunidade está em expansão.

As declarações dos respondentes, quanto às dificuldades em viver em Poço D’Antas, apresentam um retrato da realidade da infra-estrutura de tais espaços. A questão da água surge como um dos elementos de dificuldades. Contudo, a água traz afluentes de demandas de infra-estrutura, que têm suas bases na gestão pública no Brasil, nos vários níveis administrativos. Se admitirmos a água como uma das variáveis, outras se agregam; por exemplo, avaliação das condições ambientais e dimensão da oferta de água, sistema de abastecimento, evolução de crescimento da população consumidora e capacidade de expansão do sistema, qualidade da água e sistema de tratamento. As demandas da comunidade são várias a partir do adensamento.

As dificuldades são as mesmas de qualquer espaço que se adensa, conduzindo a uma dinâmica das complexidades: sociais, econômicas, demográficas e ambientais. A questão da água torna-se um tema importante e, ao mesmo tempo, um paradoxo, pois, de acordo com os entrevistados, não há escassez de água na grotta. Todos os caminhos levam à água, no sentido que os

¹⁰¹ A partir da declaração do de um dos entrevistados, o grande fluxo de moradores não produz um sentimento de confiança entre os “forasteiros” e a população de origem local.

problemas de **acesso** continuam, a despeito da oferta ser garantida de forma perene pela nascente (nos períodos de seca há uma diminuição da oferta). Há um ciclo da água que não se refere à quantidade, mas à qualidade, uma seca de qualidade. As famílias entrevistadas avaliam a questão da água pelo ângulo da escassez, num contexto de relativa abundância.

Analisa-se a origem das famílias na perspectiva do homem e da mulher, o que pode indicar os referenciais e as comunidades que ajudaram a formar Poço D’Antas, pelos ajustamentos do grupo ao meio, com a fusão entre a herança de suas comunidades e os referenciais que seriam construídos numa outra relação de espaço e tempo. Estas comunidades rurais adensadas seriam uma (re)construção do “tradicional” para os seus habitantes?

Assim, a partir dos entrevistados, foi possível traçar a origem dos casais e, por conseguinte, um pequeno referencial da origem das famílias em Poço D’Antas, conforme a Figura 13 a seguir.

Em termos de localização Poço D’Antas, as comunidades rurais dispersas são divididas por um interflúvio (o topo da chapada como divisor de microbacias), onde se localiza o próprio adensamento que leva a um maior distanciamento geográfico entre elas do que entre aquelas que formaram Campo Buriti, a despeito das comunidades rurais na grota (vale), tanto à esquerda, quanto à direita de Poço D’Antas (utilizando como referência a estrada em direção à Turmalina) se encontrarem instaladas ao longo de córregos e ribeirões que são afluentes do Rio Araçuai. Em outras palavras, a grota (vale) ao longo do rio Fanado não é seccionada, o que pode favorecer a maior circulação de fluxos entre as comunidades. No caso de Poço D’Antas, as distâncias entre as comunidades se tornam maiores na medida em que os vales são mais encaixados e as trilhas de comunicação percorrem distâncias maiores e inclinações mais íngremes. Não se pode dimensionar, especificamente, o efeito desta peculiaridade geográfica quanto ao contexto sócio-cultural das comunidades ou

se este fato produziu maiores facilidades ou dificuldades nos relacionamento entre os habitantes. São vicissitudes geográficas, mas que denotam as especificidades ambientais de cada lugar.

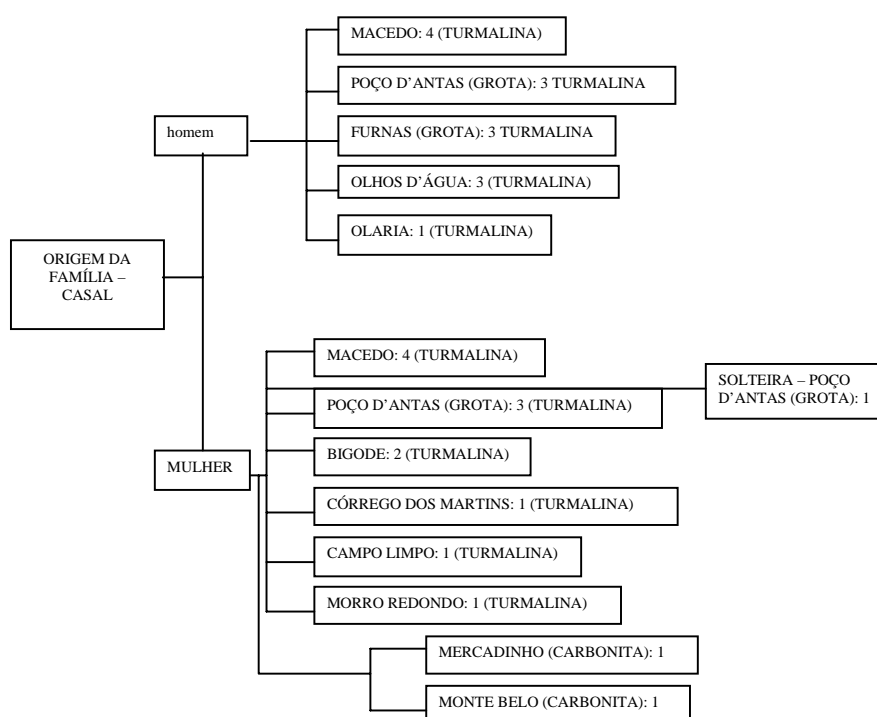


FIGURA 13 A inter-relação da origem do casal na formação das famílias entrevistadas

A população de Poço D'Antas, a despeito de todos os entrevistados ainda possuírem a sua terra, incorporou as ocupações ofertadas pelas empresas da região, tanto as atividades com o eucalipto quanto as de café e os restaurantes adjacentes ao lugar. Um fato que corrobora com a integração da comunidade às atividades advindas da silvicultura e da carvoaria, é o de que, no período de

realização da pesquisa (julho de 2006), mais de 20 mulheres¹⁰² foram contratadas pela empresa Plantar, que presta serviços para a Cia. Suzano Papel e Celulose.

Na segunda visita à região, por ocasião do pré-teste do questionário, conheci a senhora Terezinha, em Poço D’Antas e a sua história de vida. Viúva, há aproximadamente, 15 anos, recebendo a pensão de trabalhador rural do marido, ela passou por experiências que justapõem histórias de várias mulheres: a necessidade de trabalhar fora de casa (lavoura de café). Num primeiro momento, enfrentou a contingência de se tornar chefe de família, após a morte do marido e a tomada de decisão de mudar-se da Comunidade dos Macedo localizada a 18 km de Poço D’Antas, onde passou a residir desde então.

Esta senhora conseguiu trabalho temporário na lavoura de café do “japonês”, que fica próximo a Poço D’Antas no topo da chapada. Há quase 15 anos, trabalhou na colheita de café, quando permanecia longe de casa por uma semana. Quando do retorno, nos finais de semana, confrontava-se com o desalento dos filhos e os rompantes de ciúmes do marido. Na entrevista, ficou emocionada ao recordar-se dos dias mais difíceis. A vinda para Poço D’Antas foi precipitada pela morte do marido e pela necessidade de manter os filhos próximos.

¹⁰² A contratação deste grupo de mulheres forçou o redimensionamento das amostras dentro dos referenciais propostos na metodologia. Muitas das mulheres contratadas são chefes de família. Em entrevista com dois funcionários da empresa Plantar, do centro administrativo, estes relataram que havia um déficit de mão-de-obra masculina, uma vez que parte da população masculina jovem de Poço D’Antas havia migrado para as usinas (corte da cana de açúcar) em São Paulo, de abril a novembro.

Trata-se de uma mulher, mãe trabalhadora, chefe de família e uma estudante em potencial, não frequenta a escola, porque não foi possível montar uma turma (devido pequeno número de alunos, a despeito das famílias terem mudado para Poço D'Antas, entre outros fatores, visando à escola para os filhos).

Os benefícios previdenciários, aposentadoria e pensão, estão no cerne da questão da renda, tanto em Poço D'Antas, quanto em Campo Buriti, uma vez que é uma fonte de renda perene e funciona como um esteio para a família. Em Poço D'Antas, a senhora Cleuselina, uma das chefes de família entrevistadas, declarou que a maior parte da renda que sustenta a família vem da aposentadoria do pai que, no período da entrevista, se encontrava acamado devido a complicados problemas de saúde. Quando o casal é de aposentados, a família ocupa a maior faixa de renda estabelecida no questionário e apresenta as melhores casas.

Com relação à questão sobre possuir terras, 93% das famílias entrevistadas possuem terra. Destas 73% tiveram **acesso** por herança e 20% compraram a terra, mas, somente, 26% das famílias têm a agricultura como complemento da renda.

Contudo, a interdependência entre as variáveis deve ser analisada de forma mais ampla, uma vez que os entrevistados admitem a possibilidade de valerem-se das atividades agrícolas, como complemento da renda em algum período do ano, de forma mais intensiva ou eventual. O vínculo com a terra reforça o caráter rural desta comunidade, a despeito dos moradores se adensarem em Poço D'Antas. As respostas dos entrevistados, quando se estimulou a declaração destes sobre a classificação de Poço D'Antas como urbano ou rural: 93% se declararam como vivendo no espaço rural.

A questão geográfica surge na articulação de vários fatores que compõem o cotidiano e isso se estabelece com relação à classificação do lugar.

Apesar da explicação do rural ocorrer, em parte, por meio da oposição ao urbano, principalmente em relação à infra-estrutura e à atividade econômica. Por outro lado, a representação do espaço rural reforça os vínculos com um modo de vida e de trabalho, mesmo que seja uma ocupação nas empresas de eucalipto e café. Esta questão espacial gera um paradoxo entre os habitantes de tais lugares, uma vez que uma família é classificada como residencial pela CEMIG como foi analisado anteriormente.

Em Poço D'Antas, as famílias que ocupam a faixa de maior renda declarada (acima de R\$ 600,00) familiar são os aposentados e pensionistas, principalmente quando o casal é de aposentados. O que chama a atenção é o fato de que os entrevistados se distribuem de forma mais igualitária pelas faixas de renda familiar declarada em Poço D'Antas: entre R\$ 150,00 e R\$ 300,00 20% das famílias; entre R\$ 300,00 e R\$ 450,00 20%; entre R\$ 450,00 e R\$ 600,00, também, 20% e acima de R\$ 600,00 27% das famílias, também, há uma maior concentração de entrevistados nas duas maiores faixas de renda familiar declarada e nenhum deles ocupou a faixa de renda de menos de R\$ 150,00. Parte disso se deve aos aposentados e pensionistas, mas pode demonstrar uma maior inserção da população no mercado de trabalho nas empresas locais. Nesse sentido, a localização de Poço D'Antas, tanto pela posição em relação à rodovia MG 308, quanto por estar circundada pelas empresas, contribui para uma expectativa da população economicamente ativa (PEA) de ingressar em uma destas ocupações. Vale lembrar que a empresa Plantar (prestadora de serviços para a Cia. Suzano Papel e Celulose) possui um escritório administrativo em Poço D'Antas e contrata, com certa regularidade, mão-de-obra masculina ou feminina na própria localidade.

É patente, em ambas as comunidades analisadas, o espírito de solidariedade formando laços simbólicos que arquitetam uma rede de amparo.

As transferências do governo, como as previdenciárias e o Bolsa Escola, têm um papel fundamental na vida das famílias entrevistadas e se dividem em três tipos: 1) aposentadoria: 33% dos entrevistados são aposentados como trabalhadores rurais; 2) pensão 13% dos entrevistados recebem este benefício inclusive um viúvo e 3) 47% das famílias integram o Bolsa Família. O tema seguridade social faz parte de um conjunto de fatores de responsabilidade do Estado, contudo, desde os anos de 1990 há uma interposição de medidas, pelos agentes do sistema capitalista, na direção de confrontar-se com a instituição Estado.

O Brasil dos anos de 1990 adentra pelo debate das privatizações e a reforma do Estado¹⁰³. Talvez uma retórica corrente seja a necessidade de reduzir o Estado ao mínimo necessário para o funcionamento do mercado. Há, portanto, um certo jogo de palavras em que o Estado é fraco, mas deve se constituir forte para os interesses do capital.

A questão demográfica por si faz um amálgama dos contextos social e econômico. A despeito da transição demográfica em curso e do envelhecimento da população brasileira¹⁰⁴, a previdência não deve ser analisada somente pelo ângulo contábil, pois, como a pesquisa demonstra, a aposentadoria tem uma função social em rede, tanto para família quanto para comunidade e pode ser caracterizada como um dínamo econômico na região. Quando se analisa a realidade de Poço D'Antas e Campo Buriti, observa-se um agravamento do problema, ao se justaporem as questões de sustentabilidade do sistema previdenciário com a variável geográfica que, pelo menos no espaço rural, vem polarizando a discussão sobre aposentadoria, em face do trabalho rural, do uso do solo e da territorialidade. Quando perguntados sobre as dificuldades para se

¹⁰³ No Brasil, um debate sobre a reforma do Estado surgiu no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Bresser Pereira, então ministro do governo, advogava mudanças nas formas de organização e gestão do Estado, por meio de uma administração gerencial.

¹⁰⁴ Ver Augusto e Ribeiro (2005)

aposentar em Poço D'Antas 87% dos entrevistados revelaram que, para se aposentar, além das comprovações documentais e ou testemunhais, é necessário que o sujeito esteja vivendo no espaço rural. É louvável que o sistema crie normas de comprovação do trabalho como agricultor. Mas, daí a estabelecer um vínculo entre atividade profissional e uso do espaço é, de certa forma, enclausurar o sujeito humano histórico destituindo-o da sua liberdade. Levanta-se esta questão, pois, o universo pesquisado encontra-se no limiar de mundos e se configura, de certa feita, como uma orla das lógicas do Estado, pois, Poço D'Antas e Campo Buriti não se encaixam, dependendo dos interesses, nas categorias de urbano ou de rural, tendo em vista as peculiaridades dos lugares ou as definições de cidades¹⁰⁵, que se têm no Brasil. A despeito da classificação do IBGE, discutida anteriormente, que trabalha com a classificação de **povoado rural**. Ocorre, no mínimo, uma desarticulação entre os órgãos públicos ligados a questão da aposentadoria, em especial a rural, pois, se o IBGE fosse consultado, parte da questão seria resolvida.

O local de referência para as plenárias da comunidade é o centro comunitário do Conselho Comunitário de Desenvolvimento de Poço D'Antas, cujo estatuto preconizava que fariam parte do conselho apenas as pessoas com vínculo rural, mas atualmente, admitem-se pessoas de outras áreas e tipos de ocupação. É interessante este fato, pois, demonstra o referencial rural da comunidade, como também que o conselho foi influenciado pelo contexto onde Poço D'Antas está localizado, ou seja próximo às empresas e, praticamente no cruzamento de rodovias que são eixos de comunicação e fluxos, o que acaba atraindo para a comunidade pessoas de diferentes áreas profissionais. O conselho teve que se adaptar às contingências. É um exemplo também da complexidade das zonas de ambigüidades que surgem na interface das dicotomias espaciais de rural e urbano.

¹⁰⁵ Ver Veiga (2002)

Poço D'Antas, tem forte inserção do trabalho no setor privado, por meio das empresas de eucalipto, café e os restaurantes. Como se pôde perceber, as empresas participam ativamente do contexto de Poço D'Antas.

Quando se analisam as ações da prefeitura, a escola é a mais lembrada. A despeito do discurso corrente sobre a importância da educação existem pelo menos duas vertentes de análise.

Uma está vinculada diretamente a idéia da modernização, tanto a da inserção, quanto a do afastamento do "atraso". A outra vertente, pode versar sobre a possibilidade de se praticar "políticas" pelas gestões municipais, isto é, as demandas são atendidas, de acordo com os interesses da administração pública e não necessariamente da população.

Por exemplo, de acordo com o depoimento de uma das entrevistadas, um determinado secretário de educação vinculou o recebimento de "transferências do governo" com a assiduidade na escola. Outros aspectos, como transporte escolar, merenda e projeto pedagógicos, podem ser "barganhados". É difícil analisar sob essa perspectiva, mas vislumbra-se que a escola seja um "mediador" entre as políticas públicas ou, melhor, entre os interesses de uma gestão e as demandas da comunidade e nem sempre estes interesses têm objetivos comuns. A escola de Poço D'Antas oferece até a 8ª série do ensino fundamental. Assim, os alunos que passam para o ensino médio têm que se deslocar para Turmalina, o que não deixa de ser uma ironia na história da migração das famílias da grota (vale) para o topo da chapada, pois, um dos motivos foi o **acesso** à escola.

O papel do Estado, neste caso, parte da opção que se fez desde os anos 1930, no Brasil, por um modelo de desenvolvimento pautado em um "projeto" urbano-industrial e centralizador. De um quase "esquecimento" da realidade dos espaços rurais que se localizam em áreas de agricultura familiar ou nos limiares das fronteiras agrícolas. E por um processo educacional voltado, praticamente, para uma perspectiva de expansão da rede física (número de escolas), haja vista

a desenfreada urbanização a partir dos anos de 1950. Nesse sentido, analisar a escola no espaço rural é tecer um mosaico de retalhos do centro dos interesses políticos-econômicos, para a periferia – as franjas da indiferença.

Entretanto, a tessitura desta trama vem sendo feita e refeita, também, pelo sujeito humano¹⁰⁶ histórico em seu cotidiano que, para além do discurso oficial, reconstrói mundos e ultrapassa os seus limites. São grandes questões: veredas, grotas, chapadas, eucaliptais, escolas...

Outro setor de sensível presença da prefeitura de Turmalina é o da saúde, mas de forma precária, com a presença de um(a) médico(a), por períodos irregulares e que não atende à demanda da população. O Fundo Cristão tem uma inserção na comunidade através dos programas de saúde a partir da criança e das mulheres.

As empresas desempenham um papel importante no cotidiano de Poço D'Antas, uma vez que empreendem processos de relações de trabalho a partir da PEA local, de outros municípios, além de outras regiões de Minas Gerais e valem-se, cada vez mais, da mão-de-obra feminina. As empresas do ramo de eucalipto apresentam uma situação peculiar, uma vez que agem sobre o espaço, tanto na perspectiva ambiental, quanto na absorção da mão-de-obra local. O maciço de eucalipto pode ser percebido por alguns como oportunidade e, para tantos outros, como ameaça. Há uma dialética entre conflito e assimilação. A população parece transitar nesta contradição gerada por uma pretensa idéia de desenvolvimento. Parece haver um acordo “informal”, ainda não acertado, nesta

¹⁰⁶ Neste contexto de análise, reforça-se esta expressão, que tem por princípio um sujeito humanizado e não somente racionalizado, tendo em vista que as pessoas se apresentam de corpo e mente na construção do cotidiano. Assim, parte-se das análises de Morin (2000, p. 52) de que a partir de Descartes ocorreu a “[...] a dissociação entre o sujeito (ego cogitans), remetido para a metafísica, e o objeto, atributo da ciência. A exclusão do sujeito efetuou-se com base na concordância de que as experimentações e observações realizadas por diversos observadores permitiriam atingir um conhecimento objetivo. Mas, desse modo, ignorou-se que as teorias científicas não são o puro e simples reflexo das realidades objetivas, mas coprodutos das estruturas do espírito humano e das condições sócio-culturais do conhecimento.”

questão do eucalipto, desde o processo de ocupação das chapadas, com a desestruturação das terras comuns e a presença do Estado referendando a ocupação de tais áreas¹⁰⁷. Assim, ocorre, em Poço D’Antas, a partir da presença das empresas, um declínio de uma comunidade “tradicional” predominantemente agrária? O que se verifica em Poço D’Antas é a inserção da mulher no mundo trabalho, fora do contexto familiar. Em julho de 2006, um grupo de 20 mulheres foi contratado, pela empresa Plantar, para trabalhar nas plantações de eucalipto. Este episódio em Poço D’Antas está relacionado a alguns fatores sócio-demográficos: o período entre abril e novembro é de migração da população masculina para as usinas de São Paulo (para trabalhar no corte da cana), o que diminui a oferta de mão-de-obra masculina para trabalhar com o eucalipto e o meio do ano é o período da colheita de café, que demanda a absorção da mão-de-obra feminina. Assim, as mulheres apresentam uma crescente inserção no mercado de trabalho local, na percepção dos entrevistados, contudo, as respostas referentes ao trabalho da mulher na família vinculam estas ao trabalho doméstico (primeira resposta) e à roça (segunda resposta).

As famílias de agricultores têm, como uma das concepções de trabalho da mulher, a lida com a casa. O trabalho na roça, salvo algumas famílias que ainda trabalham a terra e retiram desta a sua reprodução material, pode ser avaliado como forma de complementação da renda e é praticado tanto pelas mulheres, quanto pelos homens. Ocorre uma permanência e uma mudança do papel da mulher em Poço D’Antas que, também focaliza a importância da mulher para o contexto da família, principalmente das que se transformam em chefes de família. Parece haver uma permanência do discurso do trabalho da

¹⁰⁷ Ver Calixto (2006), Reflorestamento, terra e trabalho: análise da ocupação fundiária e da força de trabalho no Alto Jequitinhonha, MG. A autora analisa a política de incentivos ao reflorestamento e as profundas mudanças no espaço rural do Alto Jequitinhonha.

mulher na família, mas uma mudança quanto à percepção do crescente espaço para a mulher no mercado de trabalho.

O espaço fala, são multiplicidades de vozes, corpos, formas, ações, estratégias e movimentos. Movimentos que se apresentam em suas similitudes e especificidades, em Campo Buriti e Poço D'Antas. É possível conhecer pela "fala" dos sujeitos humanos históricos, as características de cada lugar, sua posição no contexto do mundo; há sempre um processo pedagógico: os que "ensinam" e os que "aprendem". Entre esses últimos se inclui o pesquisador. As casas, as ruas, as nascentes, o cerrado, o rio Fanado, os maciços de eucaliptos, as estradas, os caminhos e as trilhas, a gruta e a chapada contam histórias. Eles fazem parte desta "fala" do espaço. Expostos nas chapadas Campo Buriti e Poço D'Antas se apresentam. Um 'aqui e agora' de ambigüidades. Fluidos, mutantes e concretos. São construções da inteligência coletiva, das qualidades humanas. São, talvez, formas de visibilidade e se estruturam, essencialmente, como linguagens. O espaço é uma das linguagens mais poderosas para o *dizer-fazer* e o *saber-fazer* dos sujeitos humanos históricos.

5 SIMILITUDES E ESPECIFICIDADES ENTRE AS COMUNIDADES RURAIS ADENSADAS DE CAMPO BURITI E POÇO D'ANTAS

As linguagens do espaço são domínios do corpo; sempre se falou e leu por aquilo que se vê e se constrói pelos lugares. Contudo, esta linguagem foi, por vezes, capturada por vários agentes, principalmente o Estado, que atuou de forma a disciplinar¹⁰⁸ o espaço, produzindo significados próprios de intervenções e territorializações, muitas vezes em parceria com os interesses econômicos e até, mesmo limitou a possibilidade de os sujeitos humanos históricos continuarem a produzir significados, compreender esta linguagem, que é de todo ser humano e, o mais grave, no caso brasileiro, produziu uma desmedida desigualdade espacial¹⁰⁹.

O espaço da humanidade é uma construção de processos e não necessariamente de limites. Vislumbra-se, por este trabalho, que não há identificações fixas e que é preciso ir além de recorrentes dicotomias sobre os lugares e seus cotidianos. Uma qualidade do “hibridismo”, pela consideração dos “entre-lugares”, por seus “espaços migrantes”, os quais, por sua vez, nos encaminham a pensar de outro modo sobre questões, como as de diferença e de diversidade. De alguma forma, os “textos” desta linguagem do espaço, Campo Buriti e Poço D’Antas difundem uma visibilidade, procuram apresentar as lutas das famílias de agricultores, um processo complexo em que é possível assistir as tensões entre a imposição de sentidos e a interpretação dos sujeitos e as suas produções de significados. Apesar da diversidade de enfoques construídos com os dados da pesquisa, é possível, a partir da composição da renda declarada das famílias (aposentadoria, Bolsa Família, complemento com a agricultura), a

¹⁰⁸ Conforme Weber (1996) que analisa a coação legitimada do Estado sobre as pessoas e, por conseguinte, sobre o espaço.

¹⁰⁹ Para corroborar esta afirmação pode-se referenciar os estudos comparativos do IBGE sobre as regiões brasileiras a partir do Censo de 2000 e da PNAD.

escola, a relação das famílias com a terra, água as questões ambientais envolvidas e as perspectivas de trabalhos para as mulheres, encontrar similitudes e peculiaridades entre Campo Buriti e Poço D'Antas.

Para uma melhor visualização de alguns elementos do espaço que compõem a realidade, de ambas as comunidades, foi elaborado o Quadro 1.

QUADRO 1 Comparativo de alguns elementos do espaço nas comunidades rurais adensadas

	CAMPO BURITI	POÇO D'ANTAS
ÁGUA - Beber e cozinhar - Higiene/lavar - Nível de <i>stress</i> hídrico - Escassez de água na grota - Tratamento/Saneamento	Cisternas Rio Fanado Alto Alta Não	Nascente Nascente Baixo Não ocorre Não
ESCOLA - Até a 8ª série - Creche	Sim Sim	Sim Sim
TERRA - Fragmentação/Herança - Baixa fertilidade do solo - Vínculos rurais	Sim Sim Alto	Sim Sim Alto
EUCALIPTO -Adensamento de plantio e cercamento das comunidades	Alto	Alto
MULHER E TRABALHO - Artesanato -Empresas (eucalipto, café e restaurante)	Sim Não	Não Sim
RENDA	Combinação de fatores	Combinação de fatores

Fonte: Pesquisa: Junho/julho de 2006

Será uma análise diacrônica, entre os elementos do espaço de cada comunidade, na qual ressaltar-se-ão as similitudes e as peculiaridades

5.1 Futuro do pretérito: a complexa conjugação de fatores do cotidiano das famílias de agricultores nas comunidades rurais adensadas

Independentemente do fato de que não conhecemos o futuro, este está objetivamente ainda não fixado. Ele está aberto, objetivamente aberto.
(Karl Popper, 1992)¹¹⁰

O universo de pesquisa no Alto Jequitinhonha conduz o debate às fronteiras das conexões do tempo e espaço, uma vez que retratam, em um mesmo contexto, passado e presente das ações dos sujeitos. As localidades estão no intercalar de circuitos históricos, que resvalam no tempo e se concretizam no espaço. As estratégias das famílias de agricultores visando a uma reorganização espacial nas comunidades rurais adensadas abrangem um instante do presente de ligação da configuração espacial, com um referencial pretérito de sistema fundiário, ações de políticas públicas e expropriações conduzidas pelo discurso do “desenvolvimento” e um futuro que está aberto.

Uma gramática conjugando o tempo e o verbo da ação-reflexão, ao articular a configuração espacial, as estratégias e as perspectivas das famílias de agricultores, sendo fundamental alinhavar: a questão fundiária, a migração; as características da reprodução material, renda e ocupação, a inserção no mundo do trabalho e as ressonâncias das políticas públicas, aposentadoria, pensão e programas de transferência de renda.

A territorialidade¹¹¹ dos agricultores familiares é estruturada pela composição de uma base comum, a partir de laços simbólicos. Assim, o controle da terra é exercido através de normas específicas e instituídas. Os indivíduos têm

¹¹⁰ Citado por Morin (2000)

¹¹¹ Trabalha-se com uma perspectiva de territorialidade como resultado das ações humanas sobre o espaço (formado por fixos e fluxos); a inter-relação entre os “sistemas de objetos e os sistemas de ações”.

direito à terra pelo fato de pertencerem a uma dessas unidades sociais: estrutura familiar, grupos de parentescos ou referências de comunidades rurais. Os sistemas de usufruto, comum da terra, contrapõem-se ao sistema jurídico e econômico vigente¹¹². Estes sistemas de uso da terra ficam à margem dos processos estatísticos e censitários oficiais. O fato de 67% das famílias entrevistadas em Campo Buriti e 93% em Poço D'Antas, ainda, manterem as suas terras denota um fato importante. Tal situação cria a possibilidade das famílias articularem a atividade agrícola, com novos elementos na composição da renda familiar. Há uma combinação de elementos, que formam uma conexão do tempo passado com o presente, para as estratégias de reorganização espacial das famílias de agricultores em **comunidades rurais adensadas**, conforme a Figura 14.

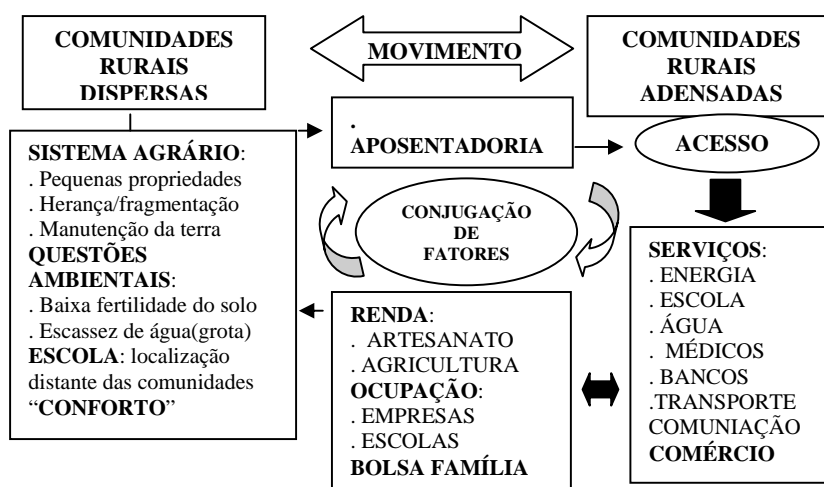


FIGURA 14 Combinação de fatores e estratégias que produziram o movimento das famílias em Campo Buriti e Poço D'Antas

¹¹² Ver Thompson (1995)

Estas famílias reproduzem a lógica da reciprocidade que tem sua origem na própria estrutura fundiária na grota (vale). Isto repercute, também, na migração, cujo processo está vinculado a uma estabilidade fundiária, isto é, a configuração espacial da terra atende a um arranjo já consolidado. Este é o caso das famílias entrevistadas em Campo Buriti e Poço D'Antas. Logo, a busca do agricultor familiar, por “melhores condições de vida”, é uma simultaneidade de razão prática, simbolismos, trabalho, terra, família e avaliações das políticas públicas.

Todos os entrevistados têm uma histórica de migração para contar, seja a sua própria ou de alguém da família. Em relação à pesquisa, este processo migratório conflui em três exemplos: a) a localização e o próprio surgimento de Campo Buriti está relacionada com a migração; b) ainda em Campo Buriti, o sr. Antônio Galdino, atualmente aposentado como trabalhador rural e plantando a sua roça, percebia na migração para São Paulo uma forma de “capitalização”, transformava dinheiro em terra. No dia da entrevista, um dos filhos, que trabalha fora, estava em visita à família; c) Poço D'Antas, por sua localização geográfica, é um “pólo” de atração de migrantes do Norte de Minas e outras regiões, interessados na oferta de trabalho nas empresas florestais ou na colheita do café. Neste contexto, o Alto Jequitinhonha midiaticizado por suas diásporas tem, também, as suas atrações. Essa migração sazonal em Poço D'Antas tem implicações na vida da comunidade, é “o povo de fora”.

O que se pode vislumbrar é que o padrão fundiário, no qual se inserem as comunidades rurais adensadas cria esta possibilidade de combinações de fatores que talvez não ocorram com tanta intensidade em outras mesorregiões de Minas Gerais ou regiões do Brasil.

As famílias que fizeram o movimento da grota(vale) para a chapada podem estar encerrando um ciclo, na lógica que efetiva os parâmetros da seguridade social no Brasil referentes ao trabalhador rural, na medida em que

deixam de ser “conceitos puros” na dicotomia urbano-rural e embrenham-se pelas zonas de ambigüidades. O fato de os entrevistados não estarem residindo nas comunidades rurais dispersas, nem praticando uma atividade agrícola, pode configurar um outro perfil de trabalhador, que acaba por ficar de fora da categoria de aposentadoria “especial” para o trabalhador rural.

Relata-se a entrevista com o sr. Vicente, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Turmalina, que conhece a situação dos agricultores da região e fez as seguintes análises.

*Acredito que o surgimento dos povoados ou o adensamento nas comunidades rurais está relacionado: ao projeto de eletrificação rural das **agrovilas** do governo federal (meados dos anos de 1980 e início dos 90). Atualmente estes moradores, que deixaram a roça estão com dificuldades para conseguir a aposentadoria do trabalhador rural .*

Este tema foi analisado com veemência pelo sr. Vicente e ele é fundamental pela amplitude social dos benefícios e pelo dilema que envolve a questão, pois, somente se aposenta quem comprova vínculo rural: carnês do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) pagamento do Imposto Territorial Rural (ITR), prova testemunhal. Entretanto, para além dos parâmetros formais da Previdência, surge uma questão de fundo geográfico, pois, quem passa a residir em Campo Buriti ou Poço D’Antas, mesmo que tenha vivido a maior parte do tempo na roça, corre o risco de não se aposentar. Tal circunstância tem acrescido ao debate, o tema da classificação dos lugares em rural ou urbano¹¹³. O sr. Vicente se encontra em uma situação incômoda, como presidente do Sindicato, ao qual compete o cumprimento de um protocolo de entrevistas e requerimentos de comprovações do pretense beneficiário. Por

¹¹³ Ver Veiga (2002)

vezes, o Sindicato é percebido como o “algoz” na aplicação de tais regras, que têm um sentido na concessão dos benefícios. O presidente do Sindicato está no centro da periferia dos interesses de uma política de planejamento que não considera as peculiaridades de cada lugar, que produzem um Brasil longe demais dos seus cidadãos¹¹⁴. Ao sr. Vicente cabe uma tarefa inglória: explicar, a quem sempre foi agricultor familiar, o que já se sabe de si, mas que não vê significado em exigências de uma legislação. São algumas exigências legais descoladas demais da realidade.

Em Poço D’Antas, devido a sua localização geográfica, a população se insere no mundo do trabalho nas empresas florestais, na plantação de café e nos restaurantes. Não deixa de ser um fato que, ao longo do tempo, pode configurar-se em um novo perfil de morador, diferente dos mais velhos que vieram da roça. A professora Faustina no seu poema *O restante que nos resta* alerta sobre a mudança do modo de vida através do trabalho: “Quando chegou a empresa/ Deixaram a agricultura/ Para viver de salário/ Que raramente se aposenta/ Quando vê que não agüenta/ Volta ao trabalho primário”. A estrofe do poema escrito por essa professora primária expõe, em verso, uma emenda que não completa o soneto de um modo de vida. Esta ida do trabalhador rural para uma atividade na empresa e o possível retorno a uma atividade primária pode configurar um rompimento, na contagem de tempo, com a lógica da aposentadoria do trabalhador rural. Ela expõe uma característica da sociedade do desemprego: raramente se aposenta, isto é, o trabalho é, por vezes, temporário –

¹¹⁴ Para Santos (2000, p. 113), “Ser cidadão de um país, sobretudo quando o território é extenso e a sociedade muito desigual, pode constituir, apenas, uma perspectiva de cidadania integral, a ser alcançada nas escalas subnacionais, a começar pelo nível local. Esse é o caso brasileiro, em que a realização da cidadania reclama, nas condições atuais, uma revalorização dos lugares e uma adequação de seu estatuto político”

colheita do café – terceirizado nas empresas de eucalipto. Estas famílias trabalham com uma complexa combinação de fatores.

5.2 A escola e a escolha, lendo o movimento

A vantagem é recíproca, pois os homens,
enquanto ensinam, aprendem
Sêneca (a. C. – 65 d. C.)

Nos dados apresentados sobre Campo Buriti e Poço D’ Antas, há um discurso predominante: a escola como um dos fatores, para a migração das famílias da grota(vale) para a chapada. Desta feita, a escola está no centro das estratégias de mudança espacial das famílias de agricultores. Estas famílias¹¹⁵ que saíram de suas terras em busca de novas perspectivas, o que parece indicar, valeram-se da escola como suporte a um novo dimensionamento para a vida dos filhos. Tentaram solucionar as questões que envolvem a ineficiente rede escolar no meio rural brasileiro marcado por horizontes sem fim de estradas e caminhos, distâncias geográficas e de políticas públicas. Resta, no entanto, dimensionar o alcance da escola no projeto de vida destas famílias de agricultores e de várias outras por todo o Brasil.

É patente o valor que as comunidades dão à escola, conjuntamente com a água, a energia e a facilidade de **acesso**, que aglutinam o ideal de “conforto”. É bom lembrar que as escolas das comunidades rurais adensadas oferecem o ensino até a 8ª série do ensino fundamental, para prosseguir nos estudos os alunos se deslocam até Turmalina; parece que o problema de **acesso** continua.

¹¹⁵ A família, por intermédio de suas ações materiais e simbólicas, tem um papel importante na vida escolar dos filhos, e este não pode ser desconsiderado. Trata-se de uma influência que resulta de ações muitas vezes sutis, nem sempre conscientes e intencionalmente dirigidas.

Entretanto continua em parte, porque é diferente esse percurso ser percorrido por crianças ou adolescentes.

Talvez a escola carregue uma miríade de significados, no caso brasileiro, como a caracterização de uma ponte com a modernização, a cidadania. Para tentar analisar esta proposição, seria necessário uma análise do papel da escola e, mais ainda, da educação na sociedade brasileira a partir do direito à educação que também faz parte do discurso comum. O direito à educação no Brasil é, concomitantemente, um processo de conquista e de reconhecimento de um país em dívida consigo mesmo. Nesse contexto, a escola, como instituição, as normas e regras e, principalmente, a estrutura física – o prédio – são em muitas comunidades, o primeiro passo de uma “conquista de cidadania”. Os **acessos** à escola e ao processo de ensino-aprendizagem convivem com a norma jurídica estatal, no caso brasileiro, associada à obrigatoriedade¹¹⁶ e à prática de exclusão e de alguns privilégios. A questão envolve recursos financeiros, mas gravita, também, em torno de uma distribuição de responsabilidades e autonomias entre municípios, estados e federação. Como se não bastasse, cada escola é um processo único no todo da educação.

As reflexões sobre a educação não apresentam, por vezes, uma consonância entre as necessidades dos alunos, os currículos propostos, a formação dos professores e os projetos políticos-pedagógicos da escola. Somente quando se analisa a Educação de Jovens e Adultos (EJA), por exemplo, surgem diversos contextos dos alunos: os que trabalham e estudam, os que procuram trabalho, os que não trabalham, mas não se “adaptam” em outros turnos, os que não mais têm idade para freqüentar os turnos da manhã e da tarde, os resignados, os convictos da importância da educação, os incluídos, os excluídos, os indiferentes, os conservadores e os plurais, entre tantos outros.

¹¹⁶ Segundo Cury (2000), no caso do Brasil, desde o Império, por exemplo, algumas províncias adotaram o princípio da obrigatoriedade. Na República, muitas constituições e leis buscaram determinar fontes de financiamento nacional.

Extensivo, em boa parte, aos professores¹¹⁷. Contudo é interessante o caso da senhora Elisa de Campo Buriti. O que dizer de uma senhora que, aos 58 anos decidiu aprender a ler e a escrever e, segundo o professor da escola de Campo Buriti – “é uma das alunas mais dedicadas”. Toda noite, para assistir as aulas, ela atravessa um caminho cindido por entre a mata, que conecta a gruta (vale) à chapada. Por que uma senhora, que sempre viveu em uma comunidade “tradicional”, resolveu, por vontade própria, voltar a estudar? Assim, a senhora Elisa está encantada pelas possibilidades da escola e a sua satisfação em saber ler e escrever mais uma página do seu cotidiano. Esta senhora, portanto, atua como um sujeito humano histórico, é uma experiência no que a coletividade pode oferecer.

Por outro lado, o contexto de implantação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB lei 9.394/96) em um momento histórico de transformações, tanto nos modelos produtivos quanto da estrutura do emprego e da imersão da sociedade no mundo virtual, por exemplo, onde a democratização do **acesso** à informação não necessariamente conduz à cidadania, trouxe algumas perspectivas. Essa nova lei criou, no seu escopo, aberturas para novos projetos educacionais em uma sociedade, ainda, pautada pelas desigualdades sociais (Saviani, 1999). Por vezes, há um descompasso da realidade cotidiana da escola e da maioria dos brasileiros, quando confrontados com as possibilidades de **acesso** à tecnologia e à tecnocultura, mas principalmente a um currículo coerente com uma dada realidade, para além das improvisações e do experimentalismos. Um exemplo é o fato das famílias de agricultores que parecem, valer-se de estratégias¹¹⁸ para subverterem a realidade, isto é, a escola,

¹¹⁷ A partir das experiências do autor como professor.

¹¹⁸ Pensa-se em estratégia como o estudo das regras e do jogo de poder nas relações sociais e entre pessoas e organizações. A estratégia do senso prático se dá, pelo menos, em dois níveis: ler a realidade sempre criticamente e reconstruir processos.

a água e o **acesso** são cenários construídos por uma população fazendo-se visível para o Estado. Encurtam-se as distâncias geográficas e também das políticas públicas.

O senhor Domingos relatou que, nos meados dos anos de 1980, os pais nas comunidades rurais dispersas foram sensibilizados para que não enviassem os filhos à escola, localizada há mais de 5 km, cujo acesso se dava através das trilhas e caminhos que cortam a grota e a chapada. Nesta época, Poço D'Antas se configurava prematuramente, a partir de uma pequena capela construída para as celebrações católicas. O "boicote" às aulas, de certa feita, deve ter "sensibilizado" os professores e órgãos públicos, o que conduziu à transformação da capela em sala de aula. O relato do senhor Domingos é um discurso estabelecido pelo senso prático de uma comunidade mobilizada pela concretude da realidade. Há pouco tempo a empresa Cia. Suzano Papel e Celulose cedeu uma área para a construção da escola do Poço D'Antas. Esta área deve ser transferida para a prefeitura e não para a associação, da comunidade adensada.

Em Campo Buriti, a professora Faustina, que sempre esteve envolvida com a educação, relatou um outro fato envolvendo a comunidade, a instituição escola e a administração pública. A Associação Comunitária de Educação Rural de Turmalina (ACERT) luta, amparada juridicamente, para que a associação e não a prefeitura administre a verba federal destinada à escola; tal demanda se transformou em debate na câmara municipal de Turmalina. Ambos os líderes comunitários estão preocupados não com a democrática alternância de governo, mas com a notória falta de projetos de Estado, principalmente nas prefeituras municipais por todo o Brasil.

A questão que se coloca é: até que ponto as comunidades têm autonomia suficiente para montar o currículo das escolas? Deixemos que a professora

Faustina – Campo Buriti – responde a esta questão¹¹⁹. Transcreve-se, a seguir, um dos seus vários escritos entre, poesias, contos, que dão significado ao ambiente e as pessoas do lugar:

NOSSO SONHO

Todos na vida temos sonhos
É direito de sonhar. Sonhamos com vida digna sem precisar migrar.
Precisa-se de dar um jeito, mas por onde começar?
Aparecem várias propostas pra acabar com a migração.
Mas se não tivermos emprego nem tampou uma formação,
como podemos enfrentar a vida do Sertão?
Vimos falar de um projeto de uma escola diferente, que nos prepara
para a vida. Com pessoas competentes onde alunos aprendem, que pra tudo tem
saída.
Basta estarmos preparados unidos e organizados para o ponto de partida.
Esse projeto apresenta grande importância na região unindo, escola, família e
parcerias.
Visando o desenvolvimento cultural e intelectual do cidadão.
Acreditamos no projeto EFA juntando nossas forças, segurando de mão em mão.
Unidos como corrente em prol da educação.
Nesse projeto tem luta. Precisa de participação onde os pais têm direitos de
unidos discutir assuntos, mas também na decisão.
É a escola que queremos, é a escola que vamos ter. Educando para a vida com
direito de viver.

Quando se lê o que esta professora escreve, além da sua efetiva participação frente a presidência da Associação Comunitária de Educação Rural

¹¹⁹ Para corroborar com a maestria do seu trabalho, há que se valer de Freire (1987, p. 78) “A existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir, humanamente, é *pronunciar* o mundo, é modificá-lo. O mundo *pronunciado*, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos *pronunciantes*, a exigir deles novo *pronunciar*. Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão.”

de Turmalina¹²⁰ (ACERT), que conduz a Escola Família Agrícola, na comunidade de José Silva, vislumbra-se, pela experiência de professor, uma proposta de escola, que se constrói no cotidiano, conforme Paulo Freire “na mediatização dos homens com o mundo.”

Em uma primeira entrevista (março de 2006), para coletar informações acerca de Campo Buriti, esta senhora já me impressionara, pela visão de conjunto do lugar. Ela tinha uma “estatística” do número de famílias e a disposição destas pelo espaço fez uma reflexão sobre os processos que conduziram ao surgimento de Campo Buriti na chapada.

Para mim tem algumas explicações, que envolvem a mudança das pessoas da grota para chapada: uma delas é a idéia de união para conseguir os direitos e que tem uma referência nos cultos, com a presença de um padre aos domingos onde discutíamos os problemas e as necessidades do povo da roça; uma outra é a chegada das empresas de eucalipto abrindo estradas; existe, também, a idéia do “conforto” (serviços públicos e facilidade de transporte) as famílias ficavam muito isoladas, como o meu caso (o marido migrava todo ano durante uns oito meses para o corte de cana nas usinas em São Paulo), outro problema era a escola, porque as crianças tinham que andar muito.

Nos anos de 1970, esta senhora iniciou a sua carreira de professora em uma escola na roça, construída por um proprietário de terra, onde havia uma sala que abrigava turmas multiseriadas de 1ª a 4ª do primário, uma cozinha, um quarto onde ela dormia e o salário era pago pela prefeitura. Atualmente, se encontra aposentada, mas não distanciada da educação e seus processos. A professora Faustina permanecia com os filhos, no terreno em Campo Alegre a maior parte do ano, pois, o marido migrava. Conforme esta senhora, “sempre se

¹²⁰A ACERT é uma associação constituída de pais de alunos, agricultores, que respondem juridicamente pelo CEART, dando apoio para concretização do objetivo de uma escola família que atenda às necessidades dos alunos do meio rural. O estatuto da associação encontra-se em anexo.

pensa em educação a partir da cidade”, complementar que a cidade produz informações sobre si mesma. Esta professora primária declara um sentimento.

A despeito das questões históricas e dos referenciais políticos-pedagógicos, a educação rural foi preterida em termos de investimentos e de projetos pedagógicos próprios no Brasil? Se utilizarmos a noção de modernização e desenvolvimento, há que se concordar que o espaço rural sempre foi midiaticizado como o espaço do “atraso”. Entretanto, na Europa, há um bom tempo e no Brasil da atualidade, se discutem e se põem em prática a *alternância* e o projeto de Escolas Famílias Agrícolas, que redimensionam o processo de ensino-aprendizagem no espaço rural a partir das suas peculiaridades.

Assim, novas linguagens espaços e tempos no ensinar e aprender são pretendidos na Escola Família Agrícola CEART. Um dos lemas desta escola é: “Da natureza a doçura do mel¹²¹, da terra a beleza do artesanato, dos livros a magia das palavras!” O artesanato é um dos elementos nesta mediação do mundo; é ao mesmo tempo, histórica e cultural, saber local e universalização das possibilidades e da cidadania. É *permanência-mudança* em que a participação da comunidade baliza os investimentos públicos e, conforme a professora há um currículo voltado para o processo ensino-aprendizagem, mas que não se detém, somente, na questão do conhecimento¹²² formal¹²³ e leva em consideração um processo: família–escola–comunidade, para se atingir o conhecimento

¹²¹ O objetivo do CEART com a construção do galpão de apicultura na escola é o de dar condições e orientar as famílias e os alunos na atividade apícola, cujo curso foi ministrado pelo Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV).

¹²² Esta uma questão levantada por Burke (2003, p. 19) O autor define conhecimento de uma forma didática: “Por uma questão de conveniência, este livro usará o termo “informação” para referir-se ao que é relativamente “cru”, específico e prático, e “conhecimento” para denotar o que foi “cozido”, processado ou sistematizado pelo pensamento.”

¹²³ Para Alves (2001), “O conhecimento, sua criação e difusão, dessa maneira, é entendido, naquele então e de maneira dominante ainda hoje, como aquilo que se dá nos *espaçotempos* autorizados para tal, ignorando-se o que, no cotidiano da vida era/é, igualmente, criado e difundido.

vinculado à realidade do aluno – o espaço rural. Para Freire (1987, p.73) “[...] a educação se re-faz constantemente na *práxis*. Para *ser* tem que *estar sendo*.”

Nada seria mais produtivo, quando se pensa em políticas públicas na educação, do que admitir que existem concretamente linguagens, espaços e tempos no ensinar e aprender diferenciados, para traçar elementos relacionais de tempos que, por vezes, parecem multidimensionais ou múltiplos simultâneos, quando o assunto é educação.

5.3 Corpos d'água, nas margens das possibilidades

O homem não tem porto, o tempo não tem margem;
ele corre e nós passamos.
A de Lamartine (1790-1869)

As margens das possibilidades passam pelas atitudes e valores do ser humano em relação ao ambiente e de propostas de desenvolvimento, que conciliem as variáveis: ambientais, sociais, culturais, científicas, políticas, econômicas e o saber local. O debate sobre a questão da água é um relato da historicidade pelo espaço, seja no Alto Jequitinhonha ou em qualquer outro lugar pela Terra, nos meandros da evolução de uma humanidade refém dos seus prodigiosos neurônios.

Em muitos casos, as populações são afetadas pelas questões ambientais, como a água em Campo Buriti: há uma relativa quantidade, mas não qualidade, o que impõe novos desafios para se pensar políticas públicas mais eficientes e de longo prazo. Não obstante, existam boas perspectivas da associação entre movimentos sociais que lutam pelo direito de **acesso** aos recursos naturais de agricultores familiares, pescadores, ribeirinhos, povos da floresta e do cerrado e de setores do ambientalismo. Assim, o **acesso** aos recursos e os usos que são feitos dos mesmos constitui a base dos dramas humanos gerados pelos grandes

programas de infra-estrutura e de gestão territorial. Este processo é de um equilíbrio dinâmico das variáveis envolvidas, em termos de gestão das interações que se processam entre as variabilidades econômicas e sociais, por um lado e as variabilidades naturais, por outro – tanto no espaço quanto no tempo. Logo, a gestão destes processos torna-se fundamental para a adequação destes fluxos e variabilidades que perpassam a questão dos recursos renováveis.

Pelo fato de os recursos serem renováveis, eles se encontram submetidos a uma forte variabilidade, ao mesmo tempo natural e de origem antrópica. O que se percebe em Campo Buriti e Poço D'Antas é a participação da municipalidade como subsidiária de um sistema de água que viabiliza a oferta deste recurso e que se estanca frente às demandas de qualidade. A posição da comunidade oscila entre a aceitação das condições de como a água é distribuída e a conscientização do problema.

A despeito das imposições naturais na composição de um geossistema, a sua estrutura é constituída pelos elementos e suas relações expressam-se por meio do arranjo de seus componentes. Surge a questão da escala. O problema da escala é importante quando se quer caracterizar os elementos (unidade básica do sistema) de um determinado sistema. Logo, um rio é elemento no sistema hidrográfico, mas pode ser concebido como sistema em si mesmo. Um outro elemento fundamental no ciclo hidrológico, o solo é o pivô da parte terrestre do ciclo hidrológico, atuando como zona-tampão¹²⁴ entre os sistemas atmosférico e aquático. Se houve mudanças da hidrologia do solo, elas podem estender-se para cima, no sentido da atmosfera e para baixo, para a porção inferior do ciclo.

Na medida em que se analisam os dados sobre a escassez de água na roça, isto é na grota(vale), principalmente a partir das entrevistas em Campo Buriti e o esgotamento da fertilidade do solo, discurso corrente em ambas as comunidades, surgem as seguintes análises:

¹²⁴ Este termo é utilizado por Drew (1986, p. 97)

- a) a intrincada rede de trilhas na bacia do rio Fanado¹²⁵ pode sugerir uma ocupação antiga da área mencionada. Devido a um processo de herança ocorreu uma fragmentação da terra, conforme o ciclo de Chayanov (1974);
- b) a fragmentação excessiva pulverizou a densidade demográfica, que desencadeou um processo de pressão sobre a terra, conduzindo ao uso intensivo do solo, mesmo havendo o pousio das áreas de plantio, o que pode ter levado a uma baixa da fertilidade (Galizoni, 2000 e 2005; Ribeiro, 1996);
- c) a pressão demográfica pode ter impactado as microbacias na medida em que ocorria a expansão das áreas de plantio, afetando o sistema hidrológico e, portanto, a oferta de água;
- d) somando-se a estas variáveis o cultivo da monocultura do eucalipto, pode ter precipitado o *stress* hídrico da região, que rompeu a sustentabilidade do processo produtivo na lógica dos agricultores familiares (Calixto, 2005; Lima, 2006).

Uma análise hidrológica deve ser feita em níveis de escala, por tratar-se de um elemento em fluxo, observando-se a bacia hidrográfica (águas superficiais) como um todo, que pode ter uma dimensão territorial muito ampla. A água da chuva pode tomar variados rumos logo que chega à superfície terrestre.

Sobre a disponibilidade de água, quando se analisam as ações humanas e a configuração espacial que emana destas em escala local, surgem algumas variáveis que compõem este enredo no universo de pesquisa no Alto Jequitinhonha. Por exemplo:

¹²⁵ Ver Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Folha de Minas Novas (1983)

a) as localidades de Campo Buriti e Poço D'Antas apresentam distinções, quanto à oferta de água. Em 2006, não havia escassez de água nas comunidades rurais dispersas nas grotas (vales) de Poço D'Antas, ao contrário de Campo Buriti, onde há escassez nas comunidades dispersas ao longo do rio Fanado. Conforme o senhor Domingos, a configuração espacial de um terreno na microbacia do Córrego do Poço D'Anta se arquitetura conforme a Figura 15:

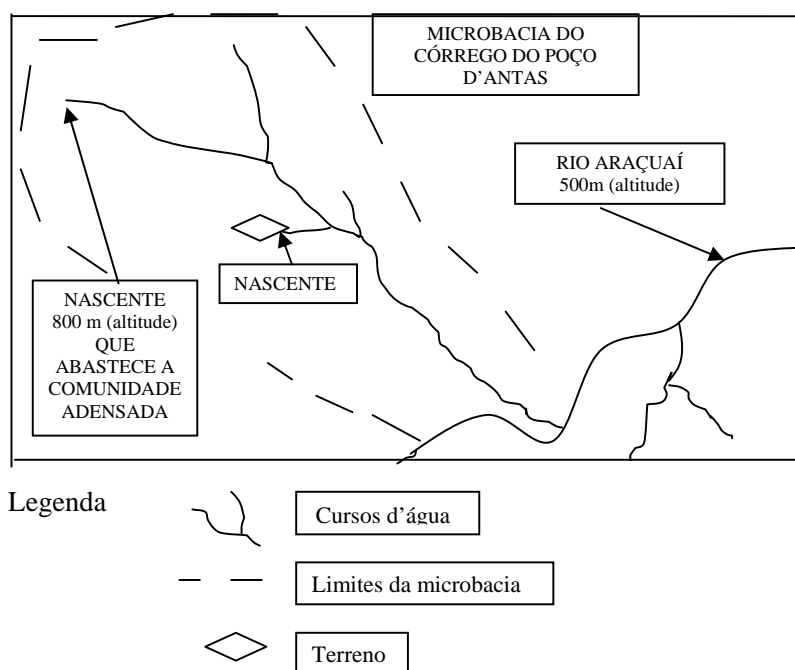


FIGURA 15 Croqui demonstrando a integração do terreno à microbacia

A casa da família, quase sempre, alinha-se de acordo com a nascente, pois, esta água é a mais valorizada para o consumo doméstico. Assim, o arranjo espacial da casa, na propriedade, obedece ao fluxo do curso d'água.

- b) a localização de Campo Buriti e Poço D'Antas em relação à monocultura de eucalipto tem uma configuração de potencial alteração da dinâmica do ciclo hidrológico como também do ciclo hidrográfico, seja pelo desmatamento da vegetação natural (cerrado) no topo da chapada, a forma de plantio do eucalipto com elevado adensamento de plantas por hectare, a dinâmica de interceptação dos fluxos de precipitação e a retirada de água do solo pelo sistema radicular e a desestabilização das vertentes das chapadas onde há ocorrência de mata e das nascentes dos cursos d'água.

As famílias que foram em direção às comunidades rurais adensadas de se depararam com uma equação sobre a água, cuja constante se encontra na grotá(vale), a própria oferta d'água. O sistema de abastecimento implementado bombeia a água por desníveis de até 250m (ver perfil topográfico das comunidades) com inclinações que podem atingir 30°. Em Campo Buriti, a água disponível em quantidade mas não em qualidade, vem do rio Fanado; em Poço D'Antas, da nascente do córrego de mesmo nome. A realidade destas comunidades expõe a questão da gestão integrada do espaço onde se justapõem simultaneamente questões sociais e ambientais. Os sujeitos possuem relativa autonomia, quanto ao processo de gestão, mas são reféns da falta de políticas públicas integradas do espaço.

Para manter o sistema de abastecimento Joaquim em Campo Buriti e José, em Poço D'Antas, são os, membros da comunidade, responsáveis, que verificam o funcionamento das bombas e executam pequenos reparos. É uma rotina por vezes extenuante, pois, ambos percorrem distâncias não muito longas, mas que se estendem por íngremes vertentes. As distâncias, até o ponto de captação da água, trazem à tona desígnios destas pessoas, pois, mesmo na

chapada, que aponta para o **acesso** os seus corpos d'água reclamam a água da grota (vale). As comunidades desafiam a lógica, para se tornarem visíveis às políticas públicas.

Contudo, são corpos d'água nas margens das possibilidades, vendo o mundo pela frente, sem ressentimentos, não são resignados: constroem novos espaços, novos **acessos**.

6 TECENDO AS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apenas quando somos instruídos pela
realidade é que podemos mudá-la
(B.Brecht, 1898-1956)

Na contemporaneidade, é patente a “redescoberta” de lugares que, na verdade, sempre estiveram no **movimento**, seja das pessoas ou da própria história e dos elementos da natureza. Como se dialogou ao longo do trabalho, são construções de espaços pelos sujeitos em seus cotidianos. Contudo, as análises feitas no presente podem se tornar efêmeras, não necessariamente pelas variáveis de cada lugar, mas por uma constante dos processos: a capacidade dos sujeitos humanos históricos de perceber o seu mundo e, principalmente, o desenvolvimento de estratégias e ações transformadoras. São infinitas as possibilidades que se oferecem com o espaço e o tempo. O espaço, das suas histórias, não tem fronteiras. Campo Buriti e Poço D’Antas são o estado da arte dos seus habitantes; a eles é permitido contemplar a sua obra. As famílias de agricultores entrevistadas apresentam as suas especificidades, recebem as influências externas, montam estratégias no lidar com o cotidiano e com as políticas públicas, demonstram força frente ao imponderável e mantêm-se com força frente as adversidades, constroem novos caminhos, **acesso**, e se expõem nas chapadas. Dialogam com o mundo e possuem as suas diferenças e diversidades, a despeito da questão da identidade, em um mundo globalizado, têm um lidar com a história, que não é de submissão, mas um caminhar pelas ambigüidades. Campo Buriti e Poço D’Antas estes lugares se localizam nos vários debates que se faz pelo país, educação, saúde, renda e emprego, saneamento, ambiente, seja em espaços rurais ou urbanos. Mais que tecer classificações e significados é fundamental compreender o movimento e dialogar com os processos, nos crepúsculos das indiferenças, das imposições e o

alvorecer das ações, estratégias, possibilidades, espaços do saber e das qualidades humanas.

Para estes **espaços híbridos** em **zonas de ambigüidades** surgem desafios para um processo de planejamento e de implementação de políticas públicas. Os relatos, estabelecidos pela dialógica das entrevistas, demonstram que os sujeitos humanos históricos estão em atividade, fazem uma leitura crítica da sua realidade, interpõem soluções, são sujeitos da ação-reflexão.

A questão do espaço pode propor, quase diretamente problemas, mas também soluções. Transpor para a terceira margem a possibilidade da participação das pessoas na gestão dos seus lugares, transformados em espaços por suas ações. Nesta questão, espaço não significa território *stricto sensu*, podendo até aproximar-se mais da noção de lugar, por se tratar de uma escala das pessoas, em que as distâncias são mediadas pelo cotidiano. Não são, necessariamente, distâncias do face a face, mas distâncias próximas e distâncias distantes, quando se incorpora a possibilidade das interações em vários níveis de escala. Como vislumbrou-se pelo trabalho, mais que as respostas, são as perguntas que dialogam com as **comunidades rurais adensadas**.

Para um desenvolvimento, em sentido amplo, mais humanizado, seria plausível incorporar o conhecimento ou o saber local das comunidades de Campo Buriti e Poço D'Antas, a participação da universidade (ver Ribeiro, 2006) e de ONGs à perspectiva de um Estado de ações flexíveis e do setor privado que, no caso da região em estudo tratam-se, principalmente, das empresas florestais. É, ao mesmo tempo, uma concepção e uma articulação dos sujeitos que atuam em um dado espaço, com pretensas vistas à resolução de questões: sociais e ambientais.

Nesse sentido, podem ser tecidas sugestões para Campo Buriti e Poço D'Antas, uma gestão informal¹²⁶ – integrada do espaço, para contornar algumas

¹²⁶ Ver Kerzner (2002)

questões, como, por exemplo: o tratamento da água e o sistema de saneamento, além de uma revitalização dos mananciais, em especial os que se vinculam à bacia do rio Fanado, à recuperação de áreas degradadas e à baixa fertilidade do solo nas grotas (vales) e o recuo dos maciços de eucaliptos das bordas das chapadas, devido à existência de nascentes a 750m e 800m de altitude (conforme legislação ambiental pertinente), além de questões na área da saúde e da educação.

O desafio, portanto, é coadunar as múltiplas variáveis dos elementos do espaço e as percepções dos sujeitos sobre o seu lugar. Como passar da teórica à prática?

Sugere-se uma proposta de metodologia, de gestão informal-integrada do espaço, fundamentando a análise em alguns pressupostos:

1) Os elementos básicos são: confiança, comunicação, cooperação e trabalho em grupos.

1.1) Confiança

Ter confiança em todos os participantes de uma gestão é fundamental na consolidação de uma relação efetiva entre: as pessoas-o Estado-as empresas. Sem ela, seria necessária uma burocracia apenas para ter a certeza de que todos os participantes dos projetos estão cumprindo suas tarefas da maneira que lhes foi determinada.

1.2) Comunicação

Já que são múltiplas as variáveis e as discontinuidades em um ambiente em rede, tem-se na comunicação uma elevada importância para evitar as interpretações unilaterais e divergentes ao extremo.

1.3) Cooperação

A cooperação, obviamente, é a disposição das pessoas para trabalhar em conjunto com as demais, em benefício do todo.

1.4) Trabalho em grupo

O trabalho em grupo deve ser desenvolvido por pessoas agindo juntas, com uma perspectiva de cooperação sob os limites da coordenação. Não se deve confundir cooperação com boas intenções e disposição. Disposição tem mais a ver com atitudes em relação ao trabalho do que com o trabalho propriamente dito.

2) Cada elemento do espaço tem um valor diferente, segundo o lugar e não de casualidades, mas de contextos.

Os fatos são entendidos a partir do presente, pois, ao longo de um processo histórico, há uma evolução constante. Determinado conceito só é real na medida em que possui um significado para as pessoas. As especificidades de cada lugar se acentuam com o processo de valorização dos elementos do espaço. As casualidades impedem a visão sistêmica e a pressuposição do movimento. O contexto permite analisar as partes e a sua posterior e necessária reintegração ao todo.

3) A realidade é a de aprender, aprender, aprender... em níveis de escala diferenciados.

A organização do processo, a partir de uma coordenação, é a de atribuir uma continuidade e uma regularidade. Deve ocorrer uma estruturação que evite o dinamismo autônomo. As relações entre as variáveis dos elementos do espaço ocorrem em escala: comunidade, município, microrregião, estadual, federal, global. O processo pode tirar o controle da escala local, transpondo-o para outros

níveis. Daí a necessidade de aprender sobre a realidade. Os sujeitos humanos históricos, informalmente, têm uma postura crítica, entretanto, o que falta é a capacidade de reconstruir em processo da crítica, isto é, colocar em prática a sua capacidade de transformação da realidade.

Assim, torna-se fundamental estabelecer estratégias (atitudes da prática), para que a articulação: comunidade, empresas florestais, universidade, ONGs e o Estado (nos vários níveis em especial o municipal) se efetue.

Para que um processo de gestão informal-integrada se torne plausível é fundamental a disponibilidade de recursos, principalmente financeiros, parcerias, suporte. As empresas florestais atuam na região a partir da ocupação das chapadas, com o plantio de eucaliptais que se perdem no horizonte da inconseqüência ambiental, numa perspectiva geomorfológica, em que há uma integração sistêmica entre a grota (vale) e a chapada, vinculando-se às questões geomorfológicas, pedológicas, biogeográficas e geológicas.

O impacto da monocultura do eucalipto, no Alto Jequitinhonha, é tema de inúmeras pesquisas. O que se busca demonstrar é a responsabilidade de tais empresas com os processos ecológicos, que envolvem estes sistemas complementares. Assim, ao se utilizar a chapada para a implantação dos maciços de eucaliptos, e toda a infra-estrutura de carreadores, ocorre uma intervenção direta nos processos ambientais, o que acarreta descontinuidades nos processos naturais que ocorrem numa escala de tempo geológica, demasiadamente lentos à percepção humana, mas que podem ser acelerados, principalmente, os processos erosivos sendo perceptíveis em uma geração. As intervenções das empresas de eucaliptos no sistema grota (vale)-chapada, podem desenvolver os processos apresentados no Quadro 2.

QUADRO 2 Processos antrópicos no sistema grota (vale)-chapada a partir da monocultura do eucalipto.

Tipo de mudança	Processo	Resultado	Reação
Pedologia e geomorfologia	<ul style="list-style-type: none"> . Movimentação de veículos . Abertura de estradas(carreadores) . Aração/gradeamento . Compactação do solo 	<ul style="list-style-type: none"> . A drenagem muda . Fluxo de matéria orgânica se altera . Aumento da erosão 	<ul style="list-style-type: none"> . Camada fértil na grota(vale) se afina . Aumento dos sedimentos no leito dos cursos d'água
Vegetação	<ul style="list-style-type: none"> . Desmatamento 	<ul style="list-style-type: none"> . Desequilíbrio no ciclo da reposição da matéria orgânica . Desequilíbrio químico: acúmulo de agrotóxicos através do eucaliptal 	<ul style="list-style-type: none"> . Sobreposição da monocultura do eucalipto em relação ao cerrado . Fragilização da mata de encosta e capões
Hidrologia	<ul style="list-style-type: none"> . Alteração no ciclo hidrológico, principalmente na armazenagem e transferência fluvial 	<ul style="list-style-type: none"> . Alteração na vazão dos cursos d'água 	<ul style="list-style-type: none"> . Aumento do <i>stress</i> hídrico no sistema grota-chapada

Fonte: observação e pesquisa de campo: Maio, Junho e Julho de 2006

Para a implementação da gestão informal-integrada do espaço, seria fundamental a participação das empresas florestais, por meio de “royalties”, pela utilização das chapadas, que estão vinculadas à grota (vale) local dos terrenos das famílias de agricultores entrevistadas em Campo Buriti e Poço D’Antas. A cobrança de tais “royalties” pode ser vinculada ao processo de certificação ambiental a que tais empresas pleiteiam na atualidade. O “pagamento” pode

ocorrer de várias formas e ações, investimento no saneamento básico das comunidades, melhorias das escolas, serviço de saúde perene, utilização dos técnicos em programas de recuperação de fertilidade do solo na grota, proteção das nascentes, monitoramento dos índices de agrotóxicos no solo e a sua percolação, entre outras ações que as comunidades julgarem pertinentes. O processo de inserção histórica dos maciços de eucaliptos no Alto Jequitinhonha gerou, a despeito de todas as expropriações da terra, a reafirmação da constituição dos saberes destas comunidades, enquanto estratégias de poder. O surgimento de Campo Buriti e Poço D'Antas é um dos elementos de demonstração destes sujeitos humanos históricos. O que permeia estes lugares é a capacidade humana de lidar com o espaço, suas inter-conexões, contradições e aprendizagens com a história, o tempo.

Há um sentimento de inconclusão das análises que, por vezes, se perdem pelo trabalho. Entretanto, o que se procurou nesta pesquisa foi demonstrar que o espaço é uma construção, de ações e estratégias de todo ser humano, seja onde estiver. Tentou-se evidenciar, que pelo menos para as comunidades pesquisadas, no Alto Jequitinhonha, a história está bem viva e vívida.

Dessa forma, se tomarmos o mapa dos saberes destas comunidades vamos encontrar complexidades, solidariedade, estratégias, decisões, insubmissão, diálogo, arte e terra. A dúvida que fica é, saber se fui coerente com os espaços pesquisados e a **arte do dizer** dos entrevistados. Pois, o que das grotas e chapadas se vislumbra é o que o horizonte é – tudo em tudo.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- _____. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Hucitec, 1992.
- ALVES, N. Espaço e tempo de aprender. In: _ **Linguagens, espaços e tempos no ensinar e aprender** / Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino (ENDIPE), Rio de Janeiro: DP&A, 2001. 2ª edição, 188p.
- AUGUSTO, H. A., RIBEIRO, E. O envelhecimento e as aposentadorias no ambiente rural: um enfoque bibliográfico. **Organizações Rurais e Agroindustriais**, Lavras, v. 7, n. 2, p. 199-268, mai./ago 2005
- BARTHES, R. **Elementos de semiologia**. São Paulo: Editora Cultrix, 2000.
- BAUDRILLARD, J. A incerteza é a nossa única certeza. In: **Café Philo**: as grandes indagações da filosofia; tradução, Procópio Abreu. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999. 143p.
- BAUER, M. W. **Pesquisa qualitativa, com texto, imagem e som**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. 516p.
- BRUSCHINI, C. **Uma abordagem sociológica de família**. Revista Brasileira de Estudos Populacionais, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 1-11, jan/jun, 1989.
- BURKE, P. **Uma história social do conhecimento**: de Gutenberg a Diderot; tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003. 239p.
- CALIXTO, J. S. **Reflorestamento, terra e trabalho**: análise da ocupação fundiária e da força de trabalho no Alto Jequitinhonha, MG. Lavras: UFLA, 2006. 130p.
- CARVALHO, J. A. de M. **Os dados censitários brasileiros sobre migrações internas**: algumas sugestões para análise. Revista Brasileira de Estudos de População, São Paulo, 15(2) 1998.
- CASCUDO, L. da C. **Civilização e cultura**: pesquisa e notas de etnografia geral. São Paulo: Global, 2004. 726p.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**: 1. artes de fazer, tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994. 351p.

CHAUI, M. **Convite à filosofia.**, 13ªed. São Paulo: Ática, 2005. 424p.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad econômica campesina.** Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974. 339p.

CHRISTOFOLETTI, A. **Aspectos da análise sistêmica em geografia.** Revista Geografia, Rio Claro, 3, n. 6, p. 1-31, out. 1978

CONNOR, S. **Cultura pós-moderna**: introdução às teorias do contemporâneo, 4 ed. – São Paulo: Loyola, 2000. 229p.

CURY, C. R. J. A educação como desafio na ordem jurídica. In: **_ 500 anos de educação no Brasil**, org. (Eliane M. T. Lopes, Luciano M. Faria Filho e Cynthia G. Veiga). Belo Horizonte: Autêntica, 2000

DELGADO, G. da C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil.** São Paulo: Icone, 1985.

DREW, D. **Processos interativos homem-meio ambiente**; tradução de João Alves dos Santos. São Paulo: DIFEL, 1986. 206p.

DURAND, G. **O imaginário**: ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem / tradução René Eve Levié. Rio de Janeiro: Difel, 1998.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico** in Durkheim. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**, 17ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979. 295 p.

_____. **Arqueologia do saber**, 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2002. 239 p.

FREI BETTO. **O que é comunidade eclesial de base**, 1ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981. 115p.

FREIRE, A. G. **Águas do Jequitinhonha**: a gestão coletiva dos recursos hídricos pelo agricultores de Turmalina – Alto Jequitinhonha, MG. Lavras: UFLA, 2001. 190p.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**, 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 184p.

GALIZONI, F. M. **A terra construída**: família, trabalho, ambiente e migrações no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. São Paulo: USP/FFLCH, 2000. 91p.

_____. **Águas da vida população rural, cultura e água em Minas Gerais**. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2005

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**, trad. Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1978. p. 322.

_____. **Nova luz sobre a antropologia**, trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2001. 247p.

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**; tradução, Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. 233p.

GUIMARÃES ROSA, J. **Primeiras estórias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. 236p.

HAESBAERT, R. in: **Identidades: recortes multi e interdisciplinares** / Luiz Paulo da Moita Lopes e Liliana Cabral Bastos, organizadores. Campinas: Mercado das Letras, 2002.

HEREDIA, B. M. A de. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 164p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Folha de Minas Novas**, 1983

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário de 1995**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 out. 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo de 2000**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 out. 2006.

JOHNSTON, R J. **Geografia e geógrafos**; tradução de Oswaldo Bueno Amorim Filho. São Paulo: DIFEL, 1986. 359p.

KAGEYAMA, A et ali. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: _____. **Agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 1990, p. 113-213.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Rio de Janeiro: Editora Laemmert, 1980. 325p.

KERZNER, H. Gestão de projetos: as melhores práticas; trad. Marco Antônio Viana Borges, Marcelo Klippel e Gustavo Severo de Borba. Porto Alegre: Bookman, 2002. 519p.

LAHIRE, B. **Homem plural**: os determinantes da ação. Petrópolis: Vozes, 2002. 231p.

LAKATOS, E. M., ANDRADE MARCONI, M. de **Fundamentos de metodologia científica**. 3 ed.. São Paulo: Atlas, 1991. 334p.

LÉVI-STRAUSS, C. **A família**. IFCH/UNICAMP, [s.d.] 27p. mimeografado, 1986

LIMA, V. M. P. “**Secas e s’águas: um estudo sobre as alterações na dinâmica da água no Alto Jequitinhonha, MG**”. Lavras: UFLA, 2006.

LYOTARD, J-F. **A condição pós-moderna**, trad. Ricardo Corrêa Barbosa, 5 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

MARCONI, M. de A. **Antropologia**: uma introdução, 4ª ed. – São Paulo: Atlas, 1998. 318p.

MARTIN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia; tradução de Ronald Polito e Sérgio Alcides 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2003.

MARTINS, J.S. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1981. 186p.

MATTEI, L. Novas dimensões socioeconômicas do espaço rural brasileiro. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 37, n° 1, jan-mar. 2006

MISRAHI, R. A felicidade é o nosso único objetivo? In: **Café Philo**: as grandes indagações da filosofia; tradução, Procópio Abreu. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999. 143p.

MONDIN, B. **O homem quem ele é?** Elementos de antropologia filosófica 9ª ed. São Paulo: Paulus, 1980. 319p.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** São Paulo: Cortez/Unesco, 2000. 102p.

MOSCOVICI, S. In: **Café Philo:** as grandes indagações da filosofia; tradução, Procópio Abreu. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999. 143p.

NORONHA, A. G. B. **O tempo de ser, fazer e viver:** modo de vida de populações rurais tradicionais do Alto Jequitinhonha, MG. Lavras: UFLA, 2003. 140p.

POPPER, K. In: **Café Philo:** A lógica da descoberta científica: as grandes indagações da filosofia; tradução, Procópio Abreu. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999. 143p.

RIBEIRO, E. M. Uma estimativa preliminar das receitas monetárias e não monetárias de agricultores familiares do Vale do Jequitinhonha. **Anais do XLIV Congresso das Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (SOBER)** Fortaleza, 2006

_____. (Org) **Lembranças da terra:** histórias do Mucuri e Jequitinhonha. – Belo Horizonte: Cedefes, 1996. 235p.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social:** métodos e técnicas, 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1999. 334p.

SÁNCHEZ-VÁZQUEZ, A. **Convite à estética;** tradução Gilson Baptista Soares. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

SANTAELLA, L. **Semiótica aplicada.** São Paulo: Thomson, 2002.

SANTOS, M. **O espaço e seus elementos: questões de método.** Revista Geografia e Ensino, Belo Horizonte, 1, n. 1, p. 19-30, mar. 1982.

_____. **Metamorfose do espaço habitado.** São Paulo: Editora Hucitec, 1997. 124p.

_____. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000.

_____. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. 384p.

SAVIANI, D. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas,** 5 ed. Campinas: Autores Associados, 1999

SILVA, J.G. da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** Campinas:Unicamp, 1996

_____. O novo rural brasileiro. **Nova Economia,** v. 7, n. 1, p. 43-81, 1997.

_____. A modernização conservadora dos anos 70. In: _____. **Tecnologia e agricultura familiar.** Porto Alegre: UFRGS, 1999. p. 85-137.

SOUZA, J. V. A. de. **Igreja, escola e comunidade:** elementos para a história cultural do Município de Turmalina. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2005. 174p.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna:** teoria social e crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 1995.

TUAN, Yi-fu, **Topofilia:** um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente, tradução Livia de Oliveira. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1980. 288p.

VEIGA, J. E. da, **Cidades imaginárias:** o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas : Autores Associados, 2002.

WEBER, M. **Economia e Sociedade.** Vol. 2. Brasília: EdUnb, 1996.

WEBER, M. **Metodologia das ciências sociais.** Tradução de Augustin Wernet. Parte 1. 4ª ed. São Paulo: Editora Cortez, 2001. 210p.

WOORTMANN, K. “**Com parentes não se neguceia**” o campesinato como ordem moral.*as.* Anuário Antropológico/87 – Brasília: EdUnb, 1990 a. p. 11-73.

_____. **Migração, família e campesinato.** In: Revista Brasileira de Estudos de população. Jan./jun. 1990 b, p. 35-53

ZAJDSZNAJDER, L. **Ética, estratégia e comunicação na passagem da Modernidade à Pós-modernidade,** 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

ANEXOS

ANEXO A
QUESTIONÁRIOS DE ENTREVISTAS

QUESTIONÁRIO PRÉ-TESTE
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO: GESTÃO SOCIAL, AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO
ALUNO: EXZOLVILDRES QUEIROZ NETO
PROF^a ORIENTADORA: FLÁVIA MARIA GALIZONI

Entrevistado (a): _____

Idade: ____ Sexo: []1. mas. []2. fem.

Povoado: _____

1) PERFIL DA FAMÍLIA

1.1 Qual é a origem da família?

a) Localidade: _____ b) Município: _____

1.2) Tamanho da família? _____

					ORIGEM		MIGRAÇÃO	
Nomes	Ocupação principal	Escola-ridade	Ida de	Sexo 1M 2.F	Loca- lidade	Muni- cípio	Des- tino	Ocupa- ção

2) RENDA DA FAMÍLIA – BENEFÍCIOS

2.1) Qual é a origem da renda da família?

1 () salário 2 () agricultura 3 () aposentadoria

- 4 () artesanato 5 () venda de produtos caseiros
6 () migração

2.2) Qual é a atividade que representa a maior fonte de renda da família?

2.3) Existe alguma perspectiva de montar algum negócio?

Qual? _____

2.4) Qual é a soma da renda de todas as pessoas que moram na sua residência?

1. [] menos de R\$ 150,00
2. [] entre R\$ 150,00 e R\$ 300,00
3. [] entre R\$ 300,00 e R\$ 450,00
4. [] entre R\$ 450 e R\$ 600,00
5. [] acima de R\$ 600,00

2.5) A família recebe algum benefício do governo?

2.6) Qual a dificuldade que as pessoas do povoado enfrentam para se aposentar?

3) TERRA – ATIVIDADE AGRÍCOLA – RENDA

3.1) A família tem terra? 1 () sim 2 () não

3.1.1) SIM

- a) Tamanho do terreno: _____
 - b) Condição atual de uso: _____
 - c) Tipo de produção: _____
 - d) Participa do PRONAF e que tipo de empréstimo?
-

e) Há pessoa vivendo no terreno? 1 () sim 2 () não

f) Distância do terreno em relação ao povoado? _____

g) Qual a localização do terreno? _____

3.1.2) NÃO

a) Qual o motivo da saída da família da terra?

b) Há quanto tempo?

c) Qual era o tamanho do terreno?

d) Qual era o tipo de produção?

e) Onde estava localizada a terra?

f) Qual era a distância do terreno em relação ao povoado?

4) ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO DO POVOADO – GESTÃO PÚBLICA

4.1) Como a população do povoado discute os assuntos de interesse da comunidade, de que forma em qual espaço?

4.2) Que organizações, entidades públicas ou privadas atuam junto à população do povoado?

4.3) Como você avalia as ações da prefeitura municipal em relação ao povoado?

4.4) Qual é a ação que a prefeitura municipal mais desenvolve no povoado? De que forma?

5) DOMICÍLIO – ESCOLA – SANEAMENTO - ENERGIA

5.1) Em que ano a família mudou-se para o povoado? _____

5.2) Quais os integrantes da família mudaram primeiro?

5.3) Principal motivo para morar no povoado?

5.4) O que você considera como vantagem em viver no povoado?

5.5) O que você considera como dificuldades por morar no povoado?

5.6) Principais problemas do povoado?

5.7) O terreno da casa é: 1 () próprio 2) () cedido

5.8) Quantos membros da família freqüentam, regularmente, a escola do povoado?

5.9) Qual a importância da escola, do povoado, para a família?

5.10) Como a escola tem influência na vida das famílias do povoado?

6) SANEAMENTO (ÁGUA – ESGOTO – LIXO) / ENERGIA

6.1) De onde vem a água?

PARA:	Forma de abastecimento de água:	Como chega a água no domicílio?
BEBER		
COZINHAR		
HIGIENE PESSOAL		
LAVAR ROUPA		

6.2) Como você avalia a qualidade da água utilizada no povoado? Há algum tipo de tratamento da água?

6.3) A família paga pela água utilizada? 1. [] Sim 2. [] Não

Quanto? _____ O valor é pago para quem e como este recurso é aplicado?

6.4) Quem gerencia a manutenção do sistema de abastecimento de água? De que forma? Como os moradores participam?

6.6) O esgoto e a água utilizados no domicílio estão ligados à:

1. Rede geral de esgoto 2. Fossa comum 3. Fossa séptica
4. Vala 5. Rio

6.7) Qual a distância da cisterna em relação à fossa? (CAMPO BURITI)

6.8) Destino do lixo:

1. Coleta: serviço de limpeza 2. Colocado em caçamba
3. Queimado (Local: _____)
4. Enterrado (Local: _____)
5. Jogado fora (Local: _____)

6.9) Há ligação elétrica no domicílio? 1. Sim 2. Não

7) GÊNERO (MULHER) – FORMAS SIMBÓLICAS – FAMÍLIA

7.1) Quais são os trabalhos da mulher na família? Qual a diferença entre o trabalho da mulher e do homem? Como o trabalho da mulher é valorizado?

7.1) Com quais fontes de renda as mulheres contribuem para o sustento da familiar?

7.2) Qual é o espaço de participação das mulheres no povoado? Onde? Como?

7.3) Quais as possibilidades de trabalho, para as mulheres no povoado? Nas proximidades ou na cidade?

QUESTIONÁRIO UTILIZADO NAS ENTREVISTAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO: GESTÃO SOCIAL, AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO
ALUNO: EXZOLVILDRES QUEIROZ NETO
PROF^a ORIENTADORA: FLÁVIA MARIA GALIZONI

. Entrevistado (a): _____

. Idade: ____ . Sexo: [] 1. mas. [] 2. fem. Estado Civil: _____

. Povoado: _____

1) PERFIL DA FAMÍLIA

Qual é a origem da família: (marido e mulher têm a mesma naturalidade)?

Homem: _____

Mulher: _____

a) Localidade: _____

b) Município: _____

c) Tamanho da família: _____

SEXO IDADE EST. CIVIL OCUPAÇÃO MIGRAÇÃO

HOMENS

MULHERES

2) RENDA DA FAMÍLIA - BENEFÍCIOS

2.1) Qual é a origem da renda da família?:

1. Salário 2. Agricultura 3. Aposentadoria 4. Artesanato
5. Venda de produtos caseiros 6. Migração 7. Outra _____

2.2) Qual é a atividade, que representa a maior fonte de renda da família?

2.3) Qual é a soma da renda de todas as pessoas que moram na sua residência?

1. menos de R\$ 150,00
2. entre R\$ 150,00 e R\$ 300,00
3. entre R\$ 300,00 e R\$ 450,00
4. entre R\$ 450 e R\$600,00
5. acima de R\$ 600,00

2.4) A família recebe algum benefício do governo, qual? (VALOR APROXIMADO)

2.5) Existem dificuldades para as pessoas, do povoado, se aposentar? Quais?

3) TERRA – ATIVIDADE AGRÍCOLA – RENDA

3.1) A família tem terra ? 1. Sim 2. Não (Se não, mas já teve terra?)

a) Tamanho do terreno: _____

b) Como você conseguiu a terra?

c) Onde está localizado o terreno?

d) Qual é a distância do terreno em relação ao povoado? Como é o acesso?

e) Você usa a terra? Como você usa a terra? Quem usa a terra?

f) Você tem ou já obteve, algum crédito ou financiamento para lavoura ou criação? Que tipo?

3.2) NÃO

a) Qual o motivo(s) que levou a família a sair dar terra?

b) Há quanto tempo a família saiu da terra?

c) Qual era o tamanho do terreno?

d) Como você ou a família usava a terra?

e) Onde estava localizada a terra?:

f) Qual era a distância do terreno em relação ao povoado?

g) Quem ficou nessa terra?

4) FORMAÇÃO DO POVOADO – ESCOLA

4.1) Qual é a origem do povoado? Quando ele surgiu? Como foi formado?

4.2) Quantas famílias vivem, atualmente, no povoado?

4.3)

a) Em que ano a família se mudou para o povoado?

b) Mudou toda a família ou ficou alguém na terra, quem?

4.4) Por que a família mudou para o povoado?

4.5) Que integrantes da família mudaram primeiro?

4.6) Como você conseguiu o terreno da casa no povoado? Qual é o tamanho do lote?

4.7) Você tem parentes no povoado? (Qual a descendência ou ascendência e se os parentes são do marido e/ou da mulher)

4.8) Qual é o principal motivo para a família morar no povoado?

4.9) O que você considera como vantagem em viver no povoado?

4.10) O que você considera como dificuldade(s) por morar no povoado?

4.11) Quais os principais problemas do povoado?

4.12) Como você classifica o espaço do povoado, por quê? 1. [] urbano
2. [] rural

4.13) Quantos membros da família freqüentam, regularmente, a escola do povoado? Qual a série? Algum membro da família freqüenta a escola de outro lugar? Quem? Por quê?

4.14) Em que ano a escola do povoado começou a funcionar? Como ela foi construída? Qual a participação do povo na construção? A escola é 1. [] municipal 2. [] estadual

4.15) Como você avalia a importância da escola, do povoado, para a família?

5) ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO DO POVOADO – GESTÃO PÚBLICA – GESTÃO DO ESPAÇO

5.1) Como os moradores do povoado discutem os assuntos de interesse da comunidade, de que forma e em que lugar isto ocorre?

5.2) Que organizações (entidades ou órgãos públicos) atuam no povoado?

5.3) Qual é a ação que a prefeitura municipal mais desenvolve no povoado? De que forma?

5.4) Como você avalia as ações da prefeitura municipal em relação ao povoado?

6) SANEAMENTO (ÁGUA – ESGOTO – LIXO) / ENERGIA

6.1) De onde vem a água?

PARA:	Forma de abastecimento de água:	Como chega a água no domicílio?
BEBER		
COZINHAR		
HIGIENE PESSOAL		
LAVAR ROUPA		

6.2) Como você avalia a qualidade da água utilizada no povoado? Há algum tipo de tratamento da água?

6.3) A família paga pela água utilizada? 1. Sim 2. Não

Quanto? _____ O valor é pago para quem e como este recurso é aplicado?

6.4) Quem gerencia a manutenção do sistema de abastecimento de água? De que forma? Como os moradores participam?

6.6) O esgoto e a água utilizados no domicílio estão ligados à:

1. Rede geral de esgoto 2. Fossa comum 3. Fossa séptica
4. Vala 5. Rio

6.7) Qual a distância da cisterna em relação à fossa? (CAMPO BURITI)

6.8) Destino do lixo:

1. Coleta: serviço de limpeza 2. Colocado em caçamba
3. Queimado (Local: _____)
4. Enterrado (Local: _____)

5. [] Jogado fora (Local: _____)

6.9) Há ligação elétrica no domicílio? 1. [] Sim 2. [] Não

7) GÊNERO (MULHER) – FORMAS SIMBÓLICAS – FAMÍLIA

7.1) Quais são os trabalhos da mulher na família? Qual a diferença entre o trabalho da mulher e do homem? Como o trabalho da mulher é valorizado?

7.1) Com quais fontes de renda as mulheres contribuem para o sustento da familiar?

7.2) Qual é o espaço de participação das mulheres no povoado? Onde? Como?

7.3) Quais as possibilidades de trabalho, para as mulheres no povoado? Nas proximidades ou na cidade?
